

UNIVERSIDADE CESUMAR - UNICESUMAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO CONHECIMENTO
NAS ORGANIZAÇÕES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MELHORES PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO:
ESTUDO DE CASO NO NÚCLEO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DE MARINGÁ**

ANA CAROLINA DA SILVA

MARINGÁ

2023

ANA CAROLINA DA SILVA

**MELHORES PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO:
ESTUDO DE CASO NO NÚCLEO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DE MARINGÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações (PPGGCO) da Universidade Cesumar (Unicesumar) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Letícia Fleig Dal Forno.
Coorientador: Prof.Dr^a. Iara Carnevale de Almeida

MARINGÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586m Silva, Ana Carolina da.

Melhores práticas na educação: estudo de caso no Núcleo Regional de Educação de Maringá / Ana Carolina da Silva. – Maringá-PR: UNICESUMAR, 2023.

112 f.; il.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Fleig Dal Forno.

Coorientadora: Profa. Dra. Iara Carnevale de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, Maringá, 2023.

1. Ensino Remoto. 2. Boas práticas. 3. Aprendizagem Adaptativa. 4. Ações Criativas. I. Título.

CDD – 371.35

Leila Nascimento – Bibliotecária – CRB 9/22
Biblioteca Central UniCesumar

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANA CAROLINA DA SILVA

**MELHORES PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO:
ESTUDO DE CASO NO NÚCLEO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DE MARINGÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações (PPGGCO) da Universidade Cesumar (Unicesumar), como pré-requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações.

Linha de Pesquisa: Educação e Conhecimento

Data da apresentação: 24/02/2023

Banca Examinadora:

Prof^a.Dr^a. Letícia Fleig Dal Forno
Universidade Cesumar (Presidente)

Prof^a. Dr^a. Isabel Scafutto
Universidade UNINOVE

Prof.Dr. Mateus Ramalho Ribeiro da Fonseca
Universidade Cesumar

MARINGÁ
2023

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de mestrado requer uma trajetória permeada por muitos desafios, esforços, incertezas, alegrias e muitas dificuldades pelo caminho, gostaria de agradecer algumas pessoas que me acompanharam nessa caminhada. Gratidão primeiramente, a Deus pela oportunidade de realizar este percurso, que mesmo em meio às dificuldades, me deu forças para continuar e chegar a outra margem.

Agradeço ainda de coração ao meu esposo, minhas filhas, “Riquezas”, os quais compreenderam o porquê das minhas ausências em casa, e de privá-los da minha companhia, atenção e da falta de tempo para irmos juntos.

À Universidade Cesumar (Unicesumar), agradeço por ter me dado a oportunidade de desenvolver este estudo. Agradecimentos sinceros aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento, pelos conhecimentos compartilhados, e aos que acreditam que a transformação do mundo só acontece por meio da educação.

À Profa.Dra. Letícia Fleig Dal Forno, minha Orientadora, com muita satisfação e enorme gratidão pela contribuição na realização deste trabalho, a qual me acolheu, me ajudou e me abriu horizontes.

Aos colegas do Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações, agradeço pela amizade, apoio e pelas terapias ocupacionais pós trabalhos.

A todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo, meus sinceros agradecimentos.

“Valeu a pena? Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. (Fernando Pessoa)

RESUMO

Devido à Pandemia da Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou medidas restritivas que restringiram aulas presenciais. As instituições de ensino foram as primeiras a terem suas atividades presenciais suspensas, levando-as a se ressignificar. Com vistas a isso, esse estudo tem por objetivo abordar as práticas pedagógicas adotadas pelo sistema de ensino através das chamadas boas práticas e melhores práticas, tendo como plano de estudo o Núcleo Regional de Educação de Maringá (NRE), e o aparelhamento das ferramentas digitais na metodologia escolar. As postagens nas redes sociais exemplificam ações educacionais do ensino remoto. Para contextualização da importância dessas implementações, foi feito um estudo com finalidade exploratória e descritiva, apresentando conceitos do uso da Gestão de Conhecimento, os impasses gerados pela aplicação de ferramentas não usuais nos moldes educacionais. O referencial teórico desta pesquisa apoia-se principalmente nas contribuições de Goedert e Amdt (2020), Moreira e Schlemmer (2020), Península (2020), Santo e Trindade (2020), Santana e Sales (2020), Souza (2020), entre outros, que apresentam teses importantes para a formação neste campo didático. Estas fontes serviram de base para conceituar a importância das práticas pedagógicas nas escolas, pois como cita Cheng (2015), “possibilita uma melhora no processo de gerenciamento do conhecimento pedagógico na escola”. Como resultado, espera-se que este estudo esclareça a importância de conhecer as boas e melhores práticas de ensino na educação. Explorar esses conteúdos contribui para a ressignificação do ensino remoto na identidade educacional, enquanto serve de portal para entender o esforço de docentes e alunos na contribuição e difusão dos conteúdos apresentados nas aulas. O uso da tecnologia é um instrumento necessário para a efetivação das atividades presenciais nas instituições de ensino, as quais foram ministradas remotamente com o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), proporcionando atividades adaptativas de impacto no âmbito social. São poucos artigos sobre a aplicação das boas e melhores práticas enquanto conteúdo na prática pedagógica. Portanto, dissertar e compor em tese todas as observações presentes, acrescenta para a formação de profissionais, estudantes e todos que sentem curiosidade, interesse e necessidade para compreender a potência de uma ferramenta de ensino voltada ao ensino remoto e ao uso de potencializadores e ferramentas digitais nas escolas.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Boas práticas. Aprendizagem Adaptativa. Ações Criativas.

ABSTRACT

Due to the Covid-19 Pandemic, caused by the SARS-CoV-2 virus, the World Health Organization (WHO) enacted restrictive measures that restricted face-to-face classes. Educational institutions were the first to have their face-to-face activities suspended, leading them to resignify. With a view to this, this study aims to address the pedagogical practices adopted by the education system through the so-called good practices and best practices, having as a study plan the Núcleo Regional de Educação de Maringá (NRE), and the equipping of digital tools in school methodology. Posts on social networks exemplify educational actions of remote teaching. To contextualize the importance of these implementations, a study was carried out with an exploratory and descriptive purpose, presenting concepts of the use of Knowledge Management, the impasses generated by the application of unusual tools in educational molds. The theoretical framework of this research is based mainly on the contributions of Goedert and Amdt (2020), Moreira and Schlemmer (2020), Península (2020), Santo and Trindade (2020), Santana and Sales (2020), Souza (2020), among others, who present important theses for training in this didactic field. These sources served as a basis for conceptualizing the importance of pedagogical practices in schools, because, as quoted by Cheng (2015), "it enables an improvement in the process of managing pedagogical knowledge at school". As a result, this study is expected to clarify the importance of knowing good and best teaching practices in education. Exploring these contents contributes to the redefinition of remote teaching in the educational identity, while serving as a portal to understand the efforts of professors and students in contributing and disseminating the contents presented in classes. The use of technology is a necessary instrument for carrying out face-to-face activities in educational institutions, which were taught remotely using Digital Information and Communication Technologies (TDIC), providing adaptive activities with impact in the social sphere. There are few articles on the application of good and best practices as content in pedagogical practice. Therefore, disseminating and composing all the present observations into a thesis, adds to the training of professionals, students and everyone who feels curiosity, interest and need to understand the power of a teaching tool aimed at remote teaching and the use of enhancers and digital tools at Schools.

Keywords: Remote Learning. Good habits. Adaptive Learning. Creative Actions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Práticas de Processos Organizacionais em Gestão do Conhecimento.....	21
Quadro 2. Síntese dos modelos de Gestão Escolar em outros países com ensino híbrido.....	25
Quadro 3. Cronograma.....	30
Quadro 4. QUANTIDADE DE PRÁTICAS POR DISCIPLINA.....	36
Quadro 5. Meios e/ou materiais para aplicação de práticas.....	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição de cestas básicas.....	38
Figura 2. Distribuição de material didático.....	38
Figura 3. Reativação do Grêmio Estudantil e aulas de Inglês.....	38
Figura 4. Programa ganhando o mundo.....	38
Figura 5. Programa Jovem Embaixador.....	38
Figura 6. Programa Mãos Amigas.....	39
Figura 7. Ensino Remoto Em Atividade.....	44
Figura 8. Corpo Docente Em Evento Que Integra As Boas Práticas.....	45
Figura 9. Aplicação De Aulas Com Foco Nas Melhores Práticas.....	45
Figura 10. Aulas Online Durante O Ensino Remoto.....	45
Figura 11. Avisos Nas Redes Sociais Do NRE Maringá.....	45

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1. VISÃO GERAL DAS REDES DO NRE.....	46
---	----

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS	14
1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.2 JUSTIFICATIVA	14
1.3 ADERÊNCIA DO TEMA AO PPGCO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR.....	18
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS 2 E 3.....	32
4 RESULTADOS	34
5 DISCUSSÕES	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

O conteúdo desta pesquisa foi desenvolvido no percurso de informações e processos acerca do uso das redes sociais na didática escolar, em uma recente de tempo demarcado pela aplicação do ensino remoto em face à Pandemia da Covid-19 ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2. Seu início em março de 2020 e perdurando até o ano de 2022, emprega um período onde o sistema de educação precisou reinventar-se para garantir a validação do calendário escolar.

Os Núcleos Regionais de Ensino (NRE) representam a Secretaria na administração regional e recebem apoio da sede, bem como desenvolvem programas que fortalecem a ação da Secretaria junto aos municípios do Estado (Seed/Pr, 2023). Atuam em várias modalidades de ensino: Educação Infantil, Fundamental, Médio, Técnico, EJA, Formação de Docentes, Educação Especial e EAD.

A importância dos núcleos na implementação de práticas permanece como pilar na construção da identidade educativa nas regiões do Estado, considerando os dados do Ideb¹ (2021), que classificou o estado do Paraná com a melhor educação no Brasil do Ensino Médio.

Para contextualizar as teses e artigos relacionados ao tema, foi escolhido o NRE Maringá, núcleo que abrange 25 municípios do estado do Paraná. Com busca por uma logística e estruturação na legislação escolar que atenda aos setores da educação com foco na implementação de recursos tecnológicos educacionais. Servindo de parâmetro para descrever os dados necessários neste estudo, busca-se relatar o impacto das dinâmicas adotadas no ensino remoto, que faz parte do processo de alfabetização considerado moderno e intuitivo.

Com o ensino sendo cada vez mais atrelado ao uso de ferramentas digitais e incorporadas ao cenário globalizado, considerando o impacto do saber na comunidade, é essencial também na busca dos professores por novas formas de aplicar seus conteúdos e atingir o máximo de potencial nas suas aulas, desta forma, surgiram vários estudiosos defendendo esta ideia. Souza (2020), sinaliza que as instituições de ensino precisavam buscar soluções imediatas para manter as aulas e os vínculos com os estudantes. E tais soluções deveriam garantir a continuidade do ano letivo, as ações pedagógicas envolvendo ensino e aprendizagem e o processo de escolarização de todas as etapas de ensino (SOUZA, 2020).

Cheng (2015, p.73), enfatiza que a Gestão do Conhecimento (GC) no nível organizacional da escola pode ser descrita como “uma abordagem que permite aos professores desenvolverem um conjunto de políticas e práticas ou processos para coletar informações e compartilhar o que sabem, levando a ações que melhoram os resultados de ensino e aprendizagem”. Conforme Batista (2006, p.13),

¹ O Ideb é o principal indicador de qualidade da Educação do Brasil, sendo realizado a cada dois anos. Pesquisa divulgada em 16/09/2022 em evento do MEC.

as práticas de gestão do conhecimento são “procedimentos de gestão organizacional direcionados à produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento no interior da organização e suas conexões externas”.

O objetivo principal de uma escola é ofertar educação de qualidade em todas as modalidades de ensino, para concretizarem necessitam de estratégias eficientes. Por isso é necessário compreender a aplicabilidade da Gestão de Conhecimento e a definição de Ensino Remoto, formando assim, a base para apresentar as ações criadas pelo NRE em seus desenvolvimentos voltados à inserção das Boas Práticas e Melhores Práticas.

Entende-se que a GC aplicada nas organizações educacionais repercute em possibilidades de ações ou práticas que visam auxiliar no compartilhamento e disseminação de informações e conhecimento (CHENG, 2015). O autor acrescenta, que a aplicação do conceito de comunidade de práticas nas escolas torna-se uma estratégia de gestão do conhecimento, e possibilita uma melhora no processo de gerenciamento do conhecimento pedagógico na escola.

Nas instituições de ensino a gestão do conhecimento promove a partilha do conhecimento, resultando em uma melhora nos processos de ensino e de aprendizagem (CHENG e LEE, 2016). Também se identifica neste estudo, a consideração de Nonaka e Takeuchi (1997), quanto ao entendimento de que as organizações buscam formas distintas para expandir e criar conhecimento, e esta é uma realidade das organizações escolares (SENGE; CAMBRON-McCABE; SMITH; DUTTON e KLEINER, 2005).

Segue um desenvolvimento teórico acerca da utilização de práticas na gestão de conhecimento (GC), a utilização de metodologias com o uso de recursos digitais no desenvolvimento de vias práticas e na concepção de ferramentas em prol do compartilhamento do conhecimento. Desse modo é possível entender os mecanismos existentes para se aprofundar no estudo da comunicação no processo de educação. Além da disponibilização de uma tabela, onde são apontadas práticas de processos organizacionais utilizados no desenvolvimento destas gestões, há ainda uma análise acerca dos métodos utilizados em diferentes locais. O intuito é possibilitar a sintetização das formas de organização e implementação de práticas nas escolas, que além de concordarem com as diretrizes específicas das metodologias de ensino, servem de espelho para que outras sejam desenvolvidas e empregadas no âmbito escolar.

Antes de aprofundar a explicação sobre as metodologias de práticas, boas práticas e melhores práticas, segue um referencial teórico do emprego prático da GC dentro das organizações. O objetivo é que se compreenda o uso da Gestão de Conhecimento e de como está atrelada ao seu uso na prática pedagógica.

1.1 OBJETIVOS

Investigar como as melhores práticas divulgadas pelo Núcleo Regional de Educação de Maringá em suas redes sociais, exemplificam as ações educacionais no ensino remoto. A partir dos estudos, entender a importância desta implementação na organização do sistema educacional da região, considerando o âmbito nacional no período em que se estabeleceu o ensino remoto, como base para entender o impacto na metodologia de ensino.

A metodologia para apurar estes dados se encontra na identificação das boas práticas entendidas pelas instituições e utilizadas, sendo analisadas na guia Resultados deste estudo.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O principal objetivo é discutir as potencialidades na prática docente, bem como as adaptações necessárias para que se implemente um ensino potencialmente amplo. Para tal, buscou-se como objetivos específicos:

- 1- Verificar os conceitos de boas práticas na gestão do conhecimento;
- 2- Analisar como é possível desenvolver o processo de ensino remotamente;
- 3- Discriminar como atuaram as melhores práticas aplicadas no período de 2020 e 2021.

1.2 JUSTIFICATIVA

Enquanto profissional de educação, entendo a importância do trabalho colaborativo para o desenvolvimento do estudante e do trabalho na instituição escolar. Assim, a ideia central em explorar a Gestão de Conhecimento no contexto da pandemia e ensino remoto, vem para contribuir com o acesso a estas informações e ajudar a aprofundar o interesse de pesquisadores. Boas práticas e melhores práticas são ferramentas inovadoras e têm importante papel neste cenário atual em que se fomenta a busca por métodos criativos na atividade educacional.

Antes da instituição do ensino remoto nas escolas, o docente trabalhava com outro posicionamento, voltado ao aconselhamento e posicionamento dentro de um ambiente fechado e com regras definidas de comportamento, expressão e utilizando competências teóricas para exercer suas funções. Este novo modelo de aula costuma exigir outras capacitações, não somente técnicas para lidar com a tecnologia, ferramentas desconhecidas ou que não eram exploradas com afinco, bem como tato

social, uma vez que a dinâmica passa a ser, de certa forma, informal, e traz novas fórmulas de apresentação do material didático.

O conteúdo apresentado busca compreender a necessidade de aplicação de ferramentas inovadoras na prática escolar, tomando como exemplo as instituições escolares do NRE de Maringá. Principalmente no ensino público, onde há o compartilhamento das melhores práticas realizadas em suas unidades escolares. Para que esse processo ocorra, são necessários estudos sobre GC nas redes educacionais, possibilitando que gestores e a comunidade de ensino tenham acesso às alternativas que possam aperfeiçoar o trabalho escolar.

Durante o período de pandemia da Covid-19 se evidenciou a necessidade de avaliar e ponderar as práticas na educação e utilizar a tecnologia como instrumento necessário para a efetivação das atividades presenciais ou remotas nas instituições de ensino. Este estudo visa, portanto, contribuir para evidenciar a importância do compartilhamento entre os profissionais da educação, para um novo momento onde o compartilhar conhecimento de uma forma coordenada aos processos atuais é primordial.

1.3 ADERÊNCIA DO TEMA AO PPGCO

O Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações (PPGCO), da Universidade Cesumar – Unicesumar, foi idealizado e organizado em uma área de concentração denominada Gestão do Conhecimento nas Organizações, respondendo ao contexto contemporâneo que exige dos indivíduos e das organizações competências voltadas para o trabalho com informação e conhecimento. Tem como importante objetivo buscar estratégias científicas e tecnológicas para a implantação de processos de gestão organizacional orientados pelo compartilhamento do conhecimento.

Neste estudo, especifica-se as discussões inerentes da linha de pesquisa educação e conhecimento. Essa linha de pesquisa, tem esse objetivo de investigar os pressupostos teóricos do conhecimento e da educação. Pretende-se, então, investigar como as melhores práticas divulgadas pelo NRE de Maringá atuam no compartilhamento do conhecimento com os docentes e discentes, por meio da socialização na concepção da gestão do conhecimento em sala de aula e no ensino remoto, evidenciado durante os anos de 2020 e 2021.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Observando o cenário educacional através das metodologias de ensino, as escolas buscam ferramentas que possibilitem a compreensão e imersão do conhecimento individual nas dinâmicas de ensino na estrutura organizacional.

Como analisado nos estudos de DAL FORNO, SARTORI, ALMEIDA, STROZZI, CALVI. (2019), a base do ensino é o resultado do que é concentrado “no conhecimento individual das pessoas que integram o ambiente de trabalho – na equação em que o progresso organizacional é proporcional ao conhecimento que é compartilhado pelos sujeitos” (p. 2).

Diante da pandemia da Covid-19, houve a necessidade de romper com o processo de aulas presenciais. Surge a demanda para gestores e profissionais da educação desenvolverem recursos, estratégias e propostas para a continuidade do ano letivo. Conforme Souza (2020), o período de pandemia da Covid-19 exigiu que os profissionais da educação buscassem por soluções imediatas para manter as aulas e os vínculos com os estudantes e nesse contexto, as escolas necessitam migrar o ensino remoto. E Leal (2020) define o ensino remoto no contexto atual como uma estratégia educacional que envolve o uso de tecnologia para garantir a continuidade ao longo do ano letivo. Estando assim, interligado à educação e às tecnologias digitais, que formam ferramentas educacionais estratégicas no processo de aprendizagem. Já para Alves (2020), constitui-se no conjunto de práticas pedagógicas mediadas por plataformas digitais. Como aponta Morán (2015), a tecnologia integra todos os espaços e tempos, onde ensinar e aprender ocorrem interligados. O autor descreve tecnologia como o conjunto de plataformas digitais que auxiliam o acesso ao conhecimento.

Os autores Spinardi e Both (2018), acreditam que o modelo de ensino remoto proporciona maior interação, flexibilidade, autonomia e disciplina aos estudantes. Segundo os autores, os atuais processos de aprendizagem nas sociedades digitais são caracterizados pela facilidade de interação proporcionada pelas tecnologias digitais para disseminar conceitos de conhecimento e relações sociais.

Segundo Motin (2020, p. 248), o ensino remoto: “é baseado na transmissão em tempo real das aulas. A proposta é que professor e estudantes de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorriam no modelo presencial”. Acrescenta ainda que com esta “dinâmica é possível ser mantida a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um, em diferentes localidades, sendo necessário o uso de plataformas digitais” .

Conforme Dal Forno; Saliba e Tenório (2020, p.248):

É nesta perspectiva de implementação de um ciclo de mudança nas organizações educacionais e na interpretação das associações entre as dimensões da organização escolar que se identifica a possibilidade de causar estratégias para a educação que estejam associadas com a inovação, com a ruptura de paradigmas na organização educacional, na escola e em sala de aula.

Neste sentido, o Ensino Remoto é, portanto, definido como um processo de ensino-aprendizagem combinado com tecnologia usando plataformas digitais e outros meios, tendo os alunos no centro desse processo e os professores como árbitros, enfrentando com responsabilidade os desafios em um ambiente escolar virtual. As escolas se organizaram de modo a migrar para o uso das tecnologias digitais, gerando uma transposição de práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem, o chamado ensino remoto (SOUZA, 2020). Assmann (2006), ressalta que a utilização da tecnologia é resultado de um processo amplo e ininterrupto dos processos de ensino e de aprendizagem.

Moreira e Schlemmer (2020, p. 9) enfatizam que “nessa modalidade, o ensino presencial físico é transposto para os meios digitais, em rede. O processo é centrado no conteúdo, ministrado pelo mesmo professor da aula presencial”. Embora haja um distanciamento geográfico, Moreira e Schlemmer (2020, p.9) descrevem que “privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, [...] o professor protagoniza vídeo aula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de web conferência”. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica é substituída por uma presença digital numa sala de aula digital.

Nessa perspectiva, o cenário da educação e seus profissionais estão verificando possibilidades de rever as práticas utilizadas em sala de aula no ensino presencial, reconhecendo momentos de reflexão e ressignificação de todos os envolvidos na educação, permeando nesse cenário o “uso das novas tecnologias como ferramenta para interação, comunicação e aquisição de conhecimento” (SOUZA, 2020, p.121).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma série de diretrizes divulgadas pelo MEC (2020), onde os estados bem como os municípios pudessem se organizar, buscando em suas especificidades garantir o direito à educação. O Estado do Paraná, considerando suas características, optou pela oferta de educação não presencial (SEED, Resolução 1.016/2020²Paraná, 2020b).

Palú (2020, p.92), acrescenta que “o início das aulas remotas também mostrou o déficit de Desafios da Educação em Tempos de Pandemia políticas públicas no que diz respeito à formação do professor”, uma vez que a maioria do corpo docente não estava preparado para esse novo formato, e neste cenário, “os sistemas de ensino ofertaram formações on-line, para que os professores tivessem um mínimo de instrumentalização para continuar ofertando a educação nesse novo contexto”.

Como afirma Pozo (2004) é necessário que os profissionais que atuam na educação revejam seus papéis a cada novo contexto que surge. Deve-se considerar ainda, que “a escola já não é a primeira fonte de informação para os alunos e o professor também não é mais a única fonte informações e conhecimentos para os alunos construírem conhecimentos significativos” (POZO, 2004. P.10).

² Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19.

Schuelter e Coelho (2010, p, 9), corroboram, afirmando que na instituição escolar a GC se associa por meio da transformação, aplicação e aquisição. No entanto, enfatiza que será através da liderança escolar, da cultura organizacional, tecnologia da informação e gestão de desempenho que o processo de implementação do conhecimento de gestão na instituição escolar terá resultados favoráveis aos objetivos definidos pela metodologia de ensino. Schuelter e Coelho (2010, p, 7), afirmam ainda, que as ferramentas de GC estão associadas às TDICs, e acrescentam a tecnologia como fator-chave para a GC. Assim, esta dissertação tem como foco o cenário da educação desenvolvida no processo de ensino remoto e na verificação do uso de TDIC, por meio da proposta desenvolvida pelo NRE de Maringá e aplicada em suas redes sociais.

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED através da Diretoria de Educação e seu Departamento de Programas da Educação Básica – DEDUC, criou o Grupo de Estudo Formadores em Ação com objetivo de discutir o currículo associados às metodologias ativas e as tecnologias educacionais, e utilizam a redes sociais como Facebook, Instagram do NRE, para divulgarem e compartilhem os resultados, como enfatizam Porto, Oliveira e Chagas (2017, p.10):

[...] as práticas culturais estão permeadas de artefatos digitais que não se resumem apenas as relações comunicacionais, mas a consolidação de novos modos de aprender e de acessar informação, abrindo assim a necessidade de inovação também nos modos de ensinar.

Identificando ainda, que “as escolas devem buscar formas de aprimorar a competência profissional dos professores” (CHENG, 2015, p.26), bem como utilizar a GC, agregando valor aos métodos e práticas disponibilizadas e desenvolvidas no âmbito escolar, para criar valor e buscar as melhores práticas de ensino (CHENG, 2013), este estudo visualiza as aproximações entre as inovações desenvolvidas pelas escolas pertencentes ao NRE de Maringá e os processos de ensino gerenciados pelos professores atuantes na rede.

Na tentativa de compreender como o ensino na educação básica tem funcionado, durante a pandemia, este estudo tem por foco mapear as estratégias educacionais adotadas no Estado do Paraná, tendo como foco o NRE de Maringá. Assim, problematiza-se: Como as melhores práticas educacionais divulgadas nas redes sociais do Núcleo Regional de Educação de Maringá exemplificam as ações no ensino remoto?

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

Ponderando que, apesar de se tratar de um assunto discutido com mais intensidade, ainda é difícil

encontrar estudos voltados à avaliação da eficácia do ensino remoto (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020), portanto, os resultados de casos internacionais e estudos que abriguem conteúdo baseado em pandemias anteriores foram utilizados nesta discussão. Ressaltando ainda, que o contexto atual em que a organização educacional se apresenta, existem opções e possibilidades bem mais amplas do que as situações do passado. Isto se deve, principalmente, pela disponibilidade e disseminação das tecnologias digitais de informação e comunicação (ARRUDA, 2020), na qual serão discutidas a seguir para complementação da importância deste tema neste estudo.

A GC surge como um recurso que possibilita o gerenciamento dos ativos intangíveis nas organizações situados nas pessoas que compõem a esfera institucional e nos processos desenvolvidos a partir de todo conhecimento externalizado pelas pessoas (Nonaka & Takeuchi, 2008). Práticas e ferramentas da Gestão do Conhecimento (GC) figuram como estratégias que visam compreender como é estimulado e tratado o conhecimento individual, nomeado por Nonaka & Takeuchi (2008) de tácito, em detrimento da constituição do conhecimento organizacional. Atualmente a sociedade está vivenciando um período atípico, um momento histórico, segundo declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), quanto a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Agravando-se no país em meados de março de 2020 até meados do ano de 2021, acompanhado de medidas de restrição social (quarentena), o que exigiu ajustamentos dos vários setores da sociedade, dentre eles o da Educação.

O Ministério da Educação (MEC) autorizou as instituições de ensino superior, públicas e privadas, de todo o Brasil, a substituírem as aulas presenciais por aulas remotas³, devido às restrições para conter o vírus, impondo uma nova ordem, com novos desafios para professores e estudantes. Nesse cenário pandêmico e atípico, de acordo com Souza (2020), a escola tem tentado se aprofundar nos melhores métodos que possibilitem a abrangência do ensino prático, que implemente a eficácia tanto no ensino presencial, quanto no remoto.

Diante desse cenário, Palú (2020, p.87), enfatiza que “as escolas constituem espaços de grandes aglomerações de pessoas e em razão das particularidades dessas instituições tiveram de ser fechadas no mundo inteiro”, e complementa ainda que “por esse motivo, a oferta desse direito está sendo reorganizada, porém, em novos moldes, sendo que grande parte delas está ofertando atividades de maneira remota”.

De acordo com Cheng (2019), a organização educacional busca, por meio da gestão do conhecimento, melhorar a capacidade de aprendizagem escolar, visto que o conhecimento é inerente ao ser humano e se relaciona ao processo de ensino aprendizagem. Conforme Dal Forno, Saliba e Tenório

³ (Portaria 343, de 17 março de 2020. Portaria 544, de 16 de junho de 2020) que liberou as escolas do cumprimento dos 200 dias letivos, embora tenha mantido a obrigatoriedade das 800 horas na educação básica (Medida Provisória 934, de 1º abril de 2020).

(2020, p.218) “a Gestão do Conhecimento nas organizações educacionais ressalta a importância de identificar que existe uma dinâmica entre o conhecimento individual e o conhecimento organizacional”.

As redes sociais, conforme Guedes, Sá e Rodriguez (2010), permitem a difusão do conhecimento por meio de seus mecanismos de propagação e transferência de informação. E com essa perspectiva a SEED criou o Grupo de Estudo Formadores em Ação para aperfeiçoar seus professores, e utilizam as redes sociais como Facebook, Instagram do NRE, para divulgar e compartilhar os resultados. Nesse contexto, ainda vale ressaltar que muitos estudos e debates permeiam o ensino brasileiro com o intuito de melhorar e encontrar subsídios que façam tal desafio tornar-se uma realidade mais aceita pelos próprios alunos. Assim sendo, uma prática que pode ser efetiva no contexto em qual a presente dissertação de Mestrado se insere é o termo conhecido como “Gestão de Conhecimento Escolar”, conforme CHENG (2015).

Os estudos de Dos Santos e De Paula (2012, p. 2) ressaltam que tal conceito é um tanto quanto controverso e pode ser entendido como sendo “quase sinônimo da ciência da Administração: o processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir do seu conhecimento ou capital intelectual”. Ainda em seus estudos, os autores ponderam que a Gestão do Conhecimento Escolar se trata de uma espécie de métodos que podem influenciar os ativos intelectuais da organização e orientar seu desenvolvimento. Assim sendo, a Gestão do conhecimento seria, portanto, o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos que são estratégicos na vida de uma organização (Dos Santos, De Paula, 2012).

No contexto de entendimento da GC, Machado, Uripia e Dal Forno (2017) focam seus estudos em entender a Gestão de Conhecimento pensada juntamente a administração pública, que entende tal conceito um caminho para incorporar o ensino tático de abordagens que possibilitem a expansão de práticas ideais aos processos em uma organização, como citam:

[...] um método integrado de criar, compartilhar e aplicar o conhecimento para aumentar a eficiência; melhorar a qualidade e a efetividade social; e contribuir para a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade na administração pública e para o desenvolvimento brasileiro. (MACHADO; URPIA; DAL FORNO, 2017, p. 5)

Com um olhar que permanece voltado aos entendimentos da administração público, Machado, Uripia e Dal Forno (2017) ainda seguem o raciocínio de seus estudos, evidenciando que a proposta pública está vinculada a alguns pressupostos, sendo eles:

Este modelo de GC para a administração pública brasileira conta com: i) direcionadores estratégicos da organização: visão de futuro, missão, objetivos estratégicos, estratégias e metas; ii) fatores críticos de sucesso ou viabilizadores da GC (incluindo: liderança, tecnologia, pessoas e processos); iii) processo de GC (baseado em 05 atividades principais: identificar, criar, armazenar, compartilhar e aplicar); iv) ciclo KDCA (respectivamente: corrigir ou armazenar, elaborar o plano de GC, verificar e executar); v) resultados de GC (imediatos e finais) e; vi) partes interessadas na administração pública (o cidadão-usuário e a sociedade). (MACHADO; URPIA; DAL FORNO, 2017, p. 5)

Assim sendo, é importante ressaltar que por ser um processo que indica diferentes interpretações, a depender do cenário em que é inserido, tal procedimento encontra justificativa, pois a sua correta aplicação com tais processos organizacionais em uma instituição podem impulsionar as atividades organizacionais e gerar valor tanto para as organizações quanto para a sociedade, se alinhados e apoiados pela aprendizagem e inovação organizacional (MACHADO, URPIA e DAL FORNO, 2017).

Apresentado sobre do que se trata tal conceito, é válido mencionar que, a GC busca, por meio de práticas diversas, alcançar resultados organizacionais positivos. Assim, por meio de uma tabela criada por Machado (2020), os autores propõem termos, autores e de modo geral, práticas que exemplificam a Gestão de Conhecimento em achados bibliográficos, apresentadas no Quadro abaixo.

Quadro 1. Práticas de Processos Organizacionais em Gestão do Conhecimento

Prática	Descrição
Mapeamento do Conhecimento	Codificação por meio de taxonomias ou de mapas de conhecimento. Permitem identificar os ativos e as fontes de conhecimentos tácitos ou explícitos, mas não os contêm. Serve para localização, avaliação das capacidades, das oportunidades, das necessidades e das restrições de conhecimentos. É uma representação visual de recursos e fluxos de conhecimentos da organização.
Banco de Competências Individuais	Repositório de informações que especifica em profundidade as competências humanas: conhecimentos, habilidades e atitudes no contexto organizacional.
Banco de Competências Organizacionais	Repositório de informações que especifica em profundidade as competências organizacionais que atuam mediante o trabalho em equipe nas organizações.
Sistema de Gestão por Competências	Possui orientação no sentido de avaliar as competências internas, determinar quais competências essenciais necessárias e definir estratégias para superar as deficiências de competências identificadas comparativamente no nível individual e organizacional.
Gestão do Capital Intelectual	Gerenciamento dos ativos humano, estrutural e de relacionamento com vistas a renovar, organizar, avaliar, proteger e aumentar a disponibilidade dos ativos que representam os conhecimentos presentes no âmbito organizacional.
Sistema de Inteligência Organizacional	Estabelece processos referentes à aprendizagem organizacional, por meio da transformação de dados e informações em inteligência. Inclui a captura e a conversão de informações para extração do conhecimento a partir desta, como forma de apoiar os gestores na tomada de decisão.
Benchmarking	Busca sistemática das melhores referências para comparação, com fins a assimilação de processos, práticas, produtos ou serviços em um esforço para aumentar a produtividade, a qualidade e o

	desempenho organizacional.
Melhores Práticas	Metodologia ou abordagem para identificação, seleção e difusão de práticas inovadoras, <i>know-how</i> confiável e processos que garantam melhor desempenho organizacional.
Memória Organizacional	Registro do conhecimento organizacional explícito em repositórios sobre processos, produtos, serviços e relacionamento com os <i>stakeholders</i> , envolvendo recursos de gestão de conteúdo e mecanismos de consulta e recuperação. Deve acontecer de forma colaborativa.

Fonte: MACHADO; URPIA; FORNO; MASSUDA 2020, p.8, disponível em referências.

Os conteúdos apresentados no Quadro 1 e nos estudos dos autores são importantes, pois permitem compreender a forma com que tais práticas são apresentadas aos gestores. Sendo de caráter educativo e intuitivo, não definindo regras ou fórmulas específicas para sua aplicação. Consequentemente, permite que o conhecimento e desenvolvimento individual seja atrelado à construção das metodologias a serem aplicadas desde a gestão, no início do seu processo.

Ainda em seus estudos, Machado; Urpia; Forno e Massuda (2020), ressaltam sobre o quadro acima:

Considera-se que estas práticas de GC estão dispostas aos gestores não como um produto, uma fórmula ou como uma forma de estrutura organizacional, mas sim como orientadoras e direcionadoras do como fazer, e inclusive podem ser incorporadas pelas organizações públicas sem, no entanto, alterar radicalmente seus padrões estruturais (Machado, Urpia, & Dal Forno, 2017^a). Para Ziviani. (2019, p. 63), “para que a gestão do conhecimento cause impactos relevantes na organização, é necessário integrá-la à sua estratégia”. Portanto, a implantação da GC nas organizações públicas requer um esforço de gestão no sentido de adaptar as estratégias dessas organizações sem ter que realizar mudanças estruturais. (MACHADO; URPIA; FORNO; MASSUDA, 2020, p. 6-7).

A gestão do conhecimento nas instituições de ensino busca a promoção e partilha do conhecimento, visando melhores resultados para a estratégia escolar.

As organizações, conforme Nonaka e Takeuchi (1997), buscam formas distintas para expandir e criar conhecimento. Ainda sobre organizações, segundo Cheng (2016, p.77) “é uma estratégia de gestão que recorre à informação e ao conhecimento para aprimorar o desempenho, a gestão e a operação organizacional”. E complementa que a “formulação de um planejamento estratégico eficaz depende da sabedoria coletiva da equipe e da cultura de compartilhamento de conhecimento”. Para compreender a partilha de informações e conhecimento nas organizações de ensino, o corpo docente tem importância crucial neste processo.

1.4 MELHORES PRÁTICAS, BOAS PRÁTICAS E A ESCOLA

Uma vez apresentado o conceito de Gestão de Conhecimento e ensino remoto na prática pedagógica, apresenta-se aqui a definição dos termos centrais identificados neste estudo.

Segundo o INEP (2021), a pesquisa⁴ “Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil” originou-se em 2008, quando o MEC iniciou os entendimentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo em vista a necessidade de aprimoramento das políticas públicas nesse nível de ensino e a importância que o tema assumia para o Ministério.

Em dezembro do mesmo ano, o BID aprovou uma doação do Fundo Social, assinando convênio de Cooperação Técnica com o MEC. Em 2009, entrou-se em acordo com as Secretarias Estaduais de Educação (Seeds), realizou-se a pesquisa de campo em 35 escolas de quatro Secretarias (AC, CE, SP e PR) e analisaram-se os resultados preliminares com os Estados e com o MEC.

Pensar em boas práticas, ou seja, aquelas que tenham efetividade no processo de gestão e docência, é essencial para que as escolas alcancem seus objetivos, na aplicação do ensino e preparo na formação do aluno, como reafirma Monteiro (2006). O autor descreve este conceito ressaltando haver uma difusão do entendimento do termo no contexto interescolar, salientando que a absorção do que deve ser aplicado está diretamente ligado à própria vivência da instituição, que entende seus desafios na prática pedagógica. Monteiro (2006, p. 16) cita:

O termo boas-práticas é bem aceito por uns e contestado por outros. Na essência o conceito é que interessa. O que é que de bom se pode classificar para solucionar muitos dos problemas que nos vão surgindo no cotidiano vivenciado na escola. Este é o cerne da questão. Arranjar instrumentos, elementos, projectos, estratégias de intervenção pedagógica, não só para fazer face aos problemas que vão surgindo, mas também perspectivar em termos de futuro a prevenção de eventuais problemas. Talvez seja aí mesmo que reside a capacidade de algumas escolas conseguirem adiantar-se aos problemas, de maneira a que quando eles surjam esteja já preparada a solução para o problema. MONTEIRO (2006, p. 16).

Desta forma, Nonaka e Takeuchi (1997) ressaltam o modelo de comunidade de prática baseado na ideia de que não se pode separar o conhecimento da prática. Nessa perspectiva, Cheng (2013, p.48), complementa que a “comunidade de prática compartilha conhecimento de maneiras vivas, [...] mesmo que as informações sejam capturadas em um manual, o conhecimento é frequentemente altamente contextual e não pode ser coletado.”

A Unesco (2020) demonstra algumas práticas chinesas desenvolvidas para manter a aprendizagem ininterrupta durante o surto da Covid-19, apresentam experiências que possibilitem a aprendizagem online, aplicada de forma flexível, descritas, alguns elementos principais no ensino remoto. Ressalta Cheng (2015, p.45) que “uma comunidade de prática pode ser aplicada como uma ferramenta de gestão do conhecimento para alavancar o conhecimento”.

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (2021)

Ainda, na concepção de APO (2009), “boa prática” descreve o processo de desenvolvimento e acompanhamento de uma maneira padrão de fazer as coisas, enfatizando que tais práticas são flexíveis e têm como base a aprendizagem e melhoria contínua. Conforme divulgado no site da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná – Seed-PR, (disponível em referências), o grupo de estudo Formadores em Ação é uma proposta voltada à prática em sala de aula aliado a metodologias ativas dentro do esporte, que comporte ainda a utilização de tecnologias educacionais, como o uso das redes sociais e mídias digitais para a integração de conteúdos didáticos na dinâmica escolar. Seu principal objetivo é ressignificar as práticas pedagógicas curriculares, aprimorando a formação docente (SEED, 2021).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), “Melhores Práticas” consistem em formas identificadas para a execução de determinada ação, processo ou projeto, com vistas à eficiência e eficácia e, conseqüentemente, à excelência na gestão. Em práticas educativas, atos como observar, registrar e documentar, além de serem instrumentos didáticos, configuram construções históricas dos modos de aprender, pensar e agir em sociedade. Alguns passos para a sua aplicação incluem: observação e escuta; registro; pensar, propor e planejar.

Cheng (2015, p.05), enfatiza a necessidade do compartilhamento das boas práticas, para que essas não se percam com os trabalhadores do conhecimento que porventura venha a se aposentar, ainda acrescenta que “se as melhores práticas forem identificadas e aplicadas a situações semelhantes em outros lugares, a eficácia da escola pode ser aprimorada”. e Minioli e Silva (2013), diz que ao aproximar o contexto educacional com a gestão do conhecimento, torna-se possível identificar a necessidade do compartilhamento do conhecimento, especificamente as aproximações de conceitos que relacionam: professor e aluno; ensino, aprendizagem e compartilhamento do conhecimento no espaço da sala de aula.

Segundo Costa (2019, p.19), ocorre porque o “espaço escolar é onde deve acontecer a aprendizagem significativa, em que são sistematizadas as formas de aprendizagem relacionadas à conversão do conhecimento tácito”. e sendo assim, o conhecimento será de fato construído e compartilhado a partir de sua socialização, conforme descreve Nonaka e Takeuchi (1997).

E ainda dentro do mérito de boas práticas, Kerbes (2018) sugere uma tabela que contém, de forma resumida, conceitos que conferem “boas práticas” observadas em seus estudos, sendo que o autor realizou uma grande pesquisa para chegar ao resultado apresentado:

Quadro 2. Síntese dos modelos de Gestão Escolar em outros países com ensino híbrido

INDICADOR	SUBINDICADORES
-----------	----------------

1- Gestão Pedagógica	- Aprendizagem - Planejamento didático coletivo; - Processos avaliativos - Novas tecnologias - Articulação curricular - Desenho curricular - Apoio acadêmico a alunos com maior dificuldade. - Avaliação em larga escala.
2- Qualificação profissional de Diretores e professores	- Formação contínua - Gestão de pessoas - Gestão democrática - Gestor escolar - Liderança - Processos de RH
3-Gestão administrativa e material da escola	- Gestão material da escola - Estrutura e infraestrutura da escola. - Gestão financeira e contábil. - Inadimplência - Atração e retenção de alunos. - Marketing - Planejamento estratégico
4- Trabalho conjunto: processos coletivos de tomada de decisão.	- Planejamento didático coletivo - Gestão democrática e participativa -Planejamento de ações pedagógicas e projetos - Clima escolar

Fonte: Kerbes (2018. P.89). disponível em referências, adaptada pela Autora.

No Quadro 2 é possível identificar as metas estabelecidas dentro de cada setor do sistema pedagógico, apontando os indicadores planejados a cada objetivo estabelecido pela diretriz escolar. Importante ressaltar que aqui são determinados os marcadores em um ensino híbrido, sendo necessário alguns ajustes para a aplicação no ensino remoto.

As análises observadas através da leitura dos artigos para consulta citados, apontam como as práticas a serem implementadas partem do processo de agrupamento dos meios pedagógicos utilizados em sala, e onde, a partir da definição do que seriam métodos vitais dentro da organização, são inseridas as metodologias de ensino inovadoras, a partir do uso das mídias digitais, redes sociais, etc.

Sobre as definições destes termos, os discentes aprendem de forma individualizada, pois cada profissional tem ritmos de aprendizagem únicos. Zunguze (2017), enfatiza que o uso de uma mesma estratégia tem um conflito negativo, apontando que, aprender assim, ressalta-se a importância de respeitar as especificidades de cada indivíduo. Como descrito, as melhores práticas (*em inglês, best*

practices) consistem na identificação e difusão de melhores práticas que podem ser definidas como um procedimento validado para a realização de uma tarefa ou solução de um problema. Inclui o contexto onde pode ser aplicado. São documentadas por meio de bancos de dados, manuais ou diretrizes (Adaptado de ALVARES, 2007, não paginado).

A implementação das melhores práticas no contexto escolar busca otimizar o relacionamento estabelecido entre professor e aluno, auxiliando na realização de métodos de aprendizado que melhor se adequem ao perfil do educando. O objetivo é de tornar a construção do conhecimento de forma proveitosa e que produza bons resultados perante à comunidade escolar. Uma das formas de aprofundar o dinamismo no processo educacional é o uso da Aprendizagem Adaptativa.

De acordo com Graf (2012) e Seghroucheni (2014), os sistemas de aprendizagem adaptativa têm como característica principal fornecer uma gestão da aprendizagem, de forma inteligente, ao adaptarem-se às necessidades dos estudantes, pois é baseado no entendimento e as características peculiares de cada estudante, que as definições de ensino diferentes podem ser mais adequadas para um tipo de estudante, do que para outro (Esichaikul 2011).

Segundo os autores, quando o conteúdo de um determinado curso pode ser fornecido de uma forma flexível, adaptado para os estudantes individualmente, características através do sistema adaptativo podem entregar o conteúdo para que ele capitalize peculiaridades sobre o estudante, para otimizar os resultados da aprendizagem. São processos que beneficiam o emprego de práticas expressivas no âmbito escolar e fora dele, na identidade do estudante enquanto parte de um sistema de desenvolvimento conjunto com o ambiente social, nas práticas fundamentais de educação e disciplina.

A realidade brasileira vem passando por mudanças principalmente após os eventos causados pela pandemia da Covid 19, e se faz necessário compreender o papel da educação como elemento de transformação social, como ressalta Dal Forno; Saliba e Tenório (2020, p.208) “A intervenção que se busca [...] uma escola que relaciona seus determinantes com a Sociedade do Conhecimento para a promoção de mudanças em relação ao paradigma de ensino e de aprendizagem”. Um dos aspectos a serem observados é a competência do corpo docente em lidar com novas modalidades de ensino.

Marinho (2008) aponta que, antes do ensino remoto ser uma realidade, estar preparado para atuar na docência com TDIC, exigia do professor uma formação secundária. No entanto, atualmente, professores ainda não estão preparados para o uso de TDIC em sala de aula na formação inicial. De acordo com pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2018), apenas 43% dos professores de escolas urbanas tiveram disciplina durante a graduação sobre o uso de TDIC na aprendizagem (CGI, 2019b). Como analisado, a aprendizagem do uso pedagógico dessas tecnologias fica a cargo de uma formação continuada ou do autodidatismo.

Lopes e Furkotter (2016, p. 269) apontam que essa lacuna ainda existe na formação de profissionais da educação devido à temática ainda ser tratada pelo aspecto instrumental, enquanto acessórios desvinculados da área educacional e não estar estabelecida de forma clara e abrangente nas grades curriculares dos cursos de licenciatura. O uso das tecnologias enquanto ferramentas de ensino, muitas vezes acarretam desafios relacionados ao comportamento do aluno, à comunicação entre diretrizes pedagógicas e instituições sobre a flexibilidade de métodos para inovar e manter o padrão técnico pedagógico. É nesse sentido, que a gestão de conhecimento é aplicada, a fim de esclarecer e oportunizar clareza no horizonte esperando pelo ensino

De acordo com Pires (2008), a gestão do conhecimento nas organizações com uso de TDIC é imprescindível, uma vez que poderá tornar a organização mais criativa, inovadora e competitiva. ademais, Alves (2011) corrobora afirmando que na instituição escolar a gestão do conhecimento está associada a transformação, aplicação e aquisição, no entanto, enfatiza que será através da liderança escolar, da cultura organizacional, tecnologia da informação e gestão de desempenho que o processo de conhecimento gestão na instituição escolar terá resultados positivos.

Conforme Dal Forno; Saliba e Tenório (2020):

[...] no espaço educacional é possível interpretar que a organização educacional precisa se identificar com a concepção de ser um espaço que possui a estruturação do conhecimento do indivíduo e do seu próprio conhecimento, para que assim os fenômenos educativos e pedagógicos tenham as características da organização educacional que os promovem. (DAL FORNO; SALIBA E TENÓRIO, 2020, p.220).

Em relação aos ativos de conhecimento tangíveis e intangíveis acrescenta Alves (2011). Nessa perspectiva promove processo inovador envolvendo capital intelectual dos envolvidos, assim, é responsabilidade do gestor escolar proporcionar o crescimento e a desenvoltura de todos os envolvidos no âmbito escolar. Diante do exposto, a realização desta pesquisa torna-se relevante, por proporcionar dados sobre boas práticas na educação no NRE de Maringá, possibilitando identificar a gestão do conhecimento durante o período atípico sem aulas presenciais e através do ensino remoto, definidos a partir de março de 2020, segundo o MEC. Assim, é fundamental aprimorar os mecanismos de ensino, e um aliado para esse processo é a introdução da gestão do conhecimento, permitindo aos gestores educacionais, que são peças fundamentais na formação social, a articulação entre todos os envolvidos com a instituição, objetivando educação de qualidade. De acordo com Choo (2006), a gestão do conhecimento nas organizações se faz necessária, uma vez que poderá tornar a organização mais criativa, inovadora e competitiva. “A tecnologia tem o potencial de aprimorar o conhecimento” enfatiza Cheng (2013, p.02)

Dessa forma, a tecnologia passou a ser uma das ferramentas importantes para a efetivação dos trabalhos presenciais, as quais estão sendo ministradas remotamente, tendo como aliado as TICs

proporcionando atividades adaptativas no âmbito educacional, como enfatizam Zunguze (2017, p.16), “aprendizagem adaptativa visa personalizar o ensino, uma sequência ou caminho de aprendizagem podem ser criados e eles variam de estudante para estudante”.

Santo e Trindade (2020, p.81), demarcam o “surgimento do ensino remoto emergencial (ERE) a partir de situações atípicas como pandemias e outras catástrofes e o define como possibilidade para a continuidade das atividades pedagógicas”, visando diminuir os prejuízos derivados da suspensão das aulas presenciais.

A inclusão dos termos emergencial e do remoto na definição das práticas de ensino desenvolvidas no contexto que o mundo está vivendo em 2020 é fundamental na perspectiva de Tomazinho (2020), pois o que caracteriza o remoto é a impossibilidade de professores e estudantes frequentarem as escolas em razão da tentativa de contenção da propagação do novo coronavírus. Já o emergencial, situa a temporalidade desta alternativa, uma vez que os planejamentos pedagógicos de todas as instituições de ensino foram interrompidos abruptamente, com riscos de não mais serem aproveitados no ano de 2020 e novas alternativas precisaram ser adotadas na mesma velocidade.

Cassapo (2003), ressalta que as futuras tecnologias de Gestão do Conhecimento, serão tecnologias cognitivas cujo principal objetivo será descarregar os membros de uma organização dos confrontos, atualmente pouco produtivos, do ponto de vista da “internalização”, entendendo que o cenário atual favorece a participação coletiva e o trabalho de suporte mútuo entre os colaboradores, em todos os âmbitos de trabalho. Acrescenta ainda que definir o objeto que pretende gerenciar o conhecimento não é fácil, ainda ressalta uma consideração importante que na abordagem filosófica não existe conhecimento sem a pessoa que o detém (CASSAPO, 2003).

De acordo com os apontamentos de Cheng e Lee (2016, p. 560), na escola, todas as pessoas envolvidas no processo de construção da aprendizagem tornam-se responsáveis pelo compartilhamento do conhecimento em detrimento da evolução do capital interno. Complementam ainda que “o capital intelectual é o conhecimento individual ou coletivo de uma organização que pode ser usado para ganhar vantagem competitiva e aumentar o valor de outros tipos de capitais [...] incluindo ainda reputação, reconhecimento da empresa e confiança que em última análise são baseadas no conhecimento”.

Schuelter e Coelho (2010), aponta que a gestão do conhecimento com suas técnicas e ferramentas é uma excelente alternativa para aperfeiçoar os sistemas de educação a distância, gerando resultados positivos, corroborando Zunguze (2017, p.18) enfatizando que “os sistemas de aprendizagem adaptativa, na prática, podem variar drasticamente quanto a sofisticação, nível de detalhe e até mesmo a diversidade de modelos de interface do usuário”. Conclui-se que a partir destas variações, que embora sejam efetivas, nem todas as práticas da GC são utilizadas em seu máximo potencial, sugerindo a criação

de meios para serem ampliados nas atividades escolares, e que fora observado durante a coleta de dados e apontamento de ideias relacionadas.

O uso das redes sociais tem sido objeto de muita discussão em diversos setores, incluindo o educacional. Alguns especialistas argumentam que as redes sociais podem ser usadas como uma ferramenta valiosa para a gestão escolar, permitindo aos administradores escolares manter um canal aberto e eficaz de comunicação com os pais, alunos e funcionários. Por outro lado, também há preocupações quanto à segurança e privacidade das informações compartilhadas nas redes sociais, bem como a possibilidade de distração e perda de tempo.

Andréia (2020, p. 20), em seu estudo sobre a transformação das plataformas em ferramentas de aplicabilidade, destaca que “as plataformas não são meras intermediárias em que a sociedade se faz visível e a partir das quais interações sociais podem ser estudadas, mas sim ambientes que condicionam a emergência de um social”. Aliando este conceito ao entendimento da implementação de métodos inovadores na estrutura de ensino, é possível compreender sua função neste processo de ampliação do ensino. Sendo importante que as escolas estabeleçam diretrizes claras e regulamentos para o uso das redes sociais, a fim de assegurar que sejam usadas de forma segura e apropriada. Além disso, é crucial que os gestores escolares estejam cientes dos desafios e oportunidades que o uso das redes sociais pode trazer e estejam preparados para lidar com eles de forma adequada.

A concretização deste estudo visa defender a importância da inovação em sala de aula, e no caso do período compreendido entre 2020 e 2021, no desempenho das atividades remotas empregadas no ensino dentro de casa.

3 METODOLOGIA

A metodologia estruturada e que se desenvolve para o presente estudo refere-se a uma pesquisa de natureza aplicada (MARCONI e LAKATOS, 2003), com uma abordagem qualitativa e objetivos descritivos-exploratórios (MARCONI e LAKATOS, 2003). Destinada ao campo da Educação e ligada a um ambiente de disseminação de boas práticas, o objetivo é realizar uma análise sobre como o ensino remoto, exemplificado pelas práticas adotadas pelo NRE de Maringá, está alinhado aos conceitos de boas práticas, melhores práticas, e sua atuação no processo de capacitação de profissionais, alunos e comunidade.

QUADRO 3 - CRONOGRAMA

Pesquisa	Classificação
Natureza	Aplicada

Objetivos	Descritivo e exploratório
Abordagem do problema	Mista
Fonte de informação	Campo
Procedimento técnicos	Pesquisa bibliográfica Dissertação

Fonte: Autoral.

O referencial teórico desta pesquisa apoia-se principalmente nas contribuições de Goedert e Amdt (2020), Moreira e Schlemmer (2020), Península (2020), Santo e Trindade (2020), Santana e Sales (2020), Souza (2020), Tomazinho (2020), Cheng (2015) entre outros, visto que os artigos e estudos dos autores citados refletem os preceitos do tema e caracterizam de forma didática e abrangente, todo o contexto buscado nesta dissertação de Mestrado.

A partir disso, definiu-se como processo de coleta de dados as postagens (texto, imagens e vídeos) apresentadas pelo NRE de Maringá nas redes sociais como uma proposta de disseminação de boas práticas de ensino. Para tal serão analisadas as postagens desenvolvidas em duas redes sociais administradas pelo NRE Maringá: o Instagram (@nremaringá) e o Facebook (@nremaringá).

Esse recorte de rede social se faz pelo fato de o NRE de Maringá divulgar em rede aberta (pública) a disseminação do projeto desenvolvido no ensino remoto a fim de compartilhar exemplos de boas práticas de ensino, desenvolvida pelos professores que atuam na Rede Estadual de ensino e pertençam ao Núcleo de Educação da região.

Para seguir com os procedimentos metodológicos desta pesquisa, define-se que para cumprir com o objetivo específico 1 – “Verificar e descrever os conceitos de boas práticas na gestão do conhecimento educacional” foi desenvolvida uma revisão bibliográfica (MARCONI e LAKATOS, 2017), por meio de estudo da literatura e análise de pesquisas já realizadas no tema boas práticas de ensino, ensino remoto, GCs e melhores práticas.

Para cumprir com o objetivo específico 2 – “Analisar o processo de ensino remoto no período da pandemia promovido pelo Núcleo Regional de Maringá” foi desenvolvida a análise por meio de pesquisa (MARCONI e LAKATOS, 2003), com referência ao material disponível no sítio eletrônico do Seed/Pr⁵ e artigos da secretaria de educação do Estado sobre o ensino remoto, a definição dessa modalidade de ensino e as orientações oferecidas aos professores da rede.

Para cumprir com o objetivo específico 3 – “Verificar e analisar como as melhores práticas foram divulgadas nas redes sociais do NRE de Maringá, com a seleção e análise das postagens no Facebook e

⁵ <https://www.nre.seed.pr.gov.br/>

no Instagram do NRE”, a verificação do que foi postado como boas práticas de ensino e a análise do tipo de material (ou seja, fotos ou vídeos) (BAUER e GASKELL, 2002), e apresentação de boas práticas. A revisão dos dados é de abordagem qualitativa, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) por categorias como: “disciplina”, “conteúdo”, “ano escolar”, “foto” ou “vídeo”. Além disso, foi realizada a transcrição das imagens e vídeos (BAUER e GASKELL, 2002).

A pesquisa bibliográfica acontece por meio de buscas no portal Brasil Escola, Scielo, Periódicos da Capes, tendo como objeto de estudo as publicações a partir de 2016 até 2021, além de referências indicadas nos artigos disponíveis dos autores citados na revisão de dados.

O material selecionado foi composto por artigos que atendam os critérios de inclusão previamente definidos, os documentos para estudo têm de ser referir a um dos descritores: “aprendizagem adaptativa”, “boas práticas”, “gestão do conhecimento”, “ensino remoto”, “educação em tempo de pandemia” e “tecnologia digital”, escritos em português e com acesso completo à leitura.

Os critérios de exclusão são quanto a documentos fora do período preestabelecido, ou não atender aos critérios de inclusão. Acrescenta-se ainda com relação aos objetivos propostos, que estes objetivam explorar hipóteses, apresentar uma análise de como a pandemia influenciou o processo da rede pública estadual, apresentando boas práticas na educação. A junção destes dados possibilita a investigação e estudo criteriosos.

Como definem Lakatos e Marconi (1992), a concepção de uma pesquisa bem sucedida se deve principalmente pela definição do tema, sua importância de ser especializado, ou seja, definido dentro do tema qual caminho irá explorar, dentre as variações possíveis, caro, sem que esta seja feita em cada análise tomada, já que compromete a síntese do trabalho.

Uma observação compartilhada também por Cervo e Bervian (2002, p. 82), de que “é comum a escolha de temas que, na tentativa de serem explorados minuciosamente, acabam impedindo que a ideia central seja devidamente apresentada”. Considerando estes aspectos, a análise foi centrada diante dos resultados obtidos a partir das observações de conteúdos postados nas redes sociais das instituições do NRE, observando seus métodos de gestão, especificamente na utilização de tecnologias de ensino pelo seu corpo docente, visto que são parte essencial e de maior importância no processo de inclusão das tecnologias e informação.

Há uma gradativa permissão de que cada participante do processo, implemente suas próprias ideias e mecanismos próprios, desde que o foco central e objetivo principal seja alcançado. A partir das análises destes conteúdos, é possível compreender a utilização de meios alternativos para incentivar a participação e permanência dos alunos nas aulas. Divulgando principalmente através das redes sociais, projetos que viabilizam o reconhecimento dos alunos em destaque, prêmios em concursos internos, que promovem além da participação coletiva, um desenvolvimento por parte do corpo docente, que detêm

de benefícios extras, conforme seu grupo de trabalho se desenvolve com relação ao rendimento, entrega de resultados e implementação de novos recursos na estrutura escolar.

Esta base analítica possibilita determinar os dados definidos para alcançar o resultado desta pesquisa.

Quadro 3 - CRONOGRAMA

ETAPAS	EXECUÇÃO
Revisão bibliográfica	2021 - 2022
Execução dos objetivos 2 e 3	Análise das redes sociais @nremaringá no segundo semestre de 2021/2022
Coleta de dados	2022

Fonte: Autoral.

O cronograma acima define as etapas esperadas, onde a partir deste material, foi realizado o desenvolvimento prático de ideias e análises requeridas para concluir o estudo. Segue abaixo:

3.1 EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS 2 E 3

- 4 Analisar como é possível desenvolver o processo de ensino remotamente.
- 5 Discriminar como atuaram as melhores práticas aplicadas no período de 2020 e 2021.

Esta etapa de metodologia e estudo visa descrever os dados coletados nas redes sociais do NRE de Maringá. Nessas observações práticas foram estudados os processos de planejamento do ensino remoto. Fazendo aqui um paralelo com estudos do Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (SIEPE), apresentado no material divulgado por SILVA (2014) acerca das contribuições pedagógicas, é possível definir os aspectos da condição estrutural e social das regiões onde se encontram as dificuldades para implementação de metodologias de ensino digital, para responder aos objetivos geral e específicos deste estudo. Estes últimos definiram nossas categorias de análise, abordadas a seguir: 1) estratégias de ensino; 2) dificuldades enfrentadas; 3) ações bem-sucedidas; e 4) inovações observadas com a implementação.

A implementação deste modelo de ensino, aliado ao emprego das redes sociais na didática escolar, foi criado como observado, a partir da evasão, catalisada pela pandemia e determinações governamentais acerca das restrições de atividades sociais neste período. Pois com as medidas de suspensão das aulas presenciais, inicialmente temporárias, os municípios da microrregião em questão

propunham em seus planejamentos intervenções pedagógicas entre escola e aluno, mediadas pelos professores, de maneira que os processos de ensino pudessem ser mais próximos das características e necessidades do aluno, satisfazendo a demanda objetivada pelas orientações pedagógicas.

A estratégia inicial de ensino utilizada se deu a partir da distribuição de materiais impressos, tendo como justificativa a meta de atingir todos os alunos, inclusive os que não têm acesso à internet. O núcleo, formado por instituições de maior porte, optou por estratégias que exigiam a tecnologia como plano de ação principal, utilizando a distribuição de materiais impressos como um procedimento complementar. Neste contexto, foram distribuídos os seguintes materiais listados: os livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático; as apostilas utilizadas pelo sistema de ensino e as atividades fotocopiadas produzidas pelos professores, etc.

A criação de salas de aula virtuais, oportunizadas através de grupos nos aplicativos *WhatsApp*, se deu como uma intervenção do corpo docente, e que rapidamente se difundiu nas demais localidades e instituições. Segundo o CIEB (2020), “a maioria dos municípios entende que orientações por *WhatsApp*, envio de materiais digitais pelo professor e videoaulas gravadas e enviadas aos estudantes via redes sociais, são as estratégias mais adequadas à realidade da rede.”.

Os estudos de SILVA (2014) citam como principal dificuldade apresentada a utilização de TIC para promover estratégias de ensino inovadoras relacionadas à falta de acesso digital, tanto por parte de alunos da zona rural, quanto de professores carentes do material necessário para envio de materiais. que buscava suprir essa demanda, foram disponibilizados alguns notebooks, o próprio espaço de informática dentro das instituições, bem como o acesso à rede Wifi, para que fosse feito o envio e recebimento de materiais.

A utilização do aparelho móvel nos grupos, expandiu e apaziguou alguns destes déficits na ausência de materiais para estudo por parte dos alunos, uma vez que a maioria, senão todos, possuem pelo menos um aparelho celular, o que minimizaria, pelo menos na teoria, a evasão também presente na forma remota de ensino. Além disso, organizaram uma plataforma dentro da escola para suportar a aplicação de aulas online, algumas disponíveis para acesso no canal oficial do núcleo no YouTube.

Entretanto, esta não é uma possibilidade para todas as escolas. Moran (2003) afirma que,

As condições de gerenciamento de muitas das escolas públicas são precárias. Infraestrutura deficiente, professores malpreparados, classes barulhentas. É difícil falar em gestão inovadora nessas condições. Mesmo reconhecendo essa dificuldade organizacional estrutural, a competência de um diretor de escola pode suprir boa parte das deficiências. (MORAN, 2003, p.151)

O autor avalia que existe um espaço de tempo considerável para que medidas de implementação

de tecnologias, estruturas que ofereçam suporte seja compreendida, aprovada e implementada nas escolas.

4 RESULTADOS

As redes sociais, recurso do NRE de Maringá para expor as ações pedagógicas das escolas, agrupou postagens ao longo do percurso do ensino remoto de emergência com a proposta de divulgar boas práticas ou práticas de inovação.

Disponíveis no @nremaringa, contemplando página de Facebook e Instagram, buscaram atingir a classe estudantil e comunidade para contribuir com a relação entre escola e população, desde a divulgação de projetos dentro da escola, atividades, participações especiais, destaques, tanto internos como metas atingidas, quanto externos como conquistas do sistema de ensino no âmbito social, expressando as qualidades de cada um, e exaltando o orgulho das instituições.

Observando e fazendo a análise das publicações produzidas pelas páginas das redes sociais, foi possível destacar que ao buscar a separação das imagens postadas, as mesmas seguidas dos seus posts possuíam definições de tempo entre as publicações, e nem mesmo a definição de quem assinava os posts, alguns conteúdos foram inseridos e assinados pela Secretaria de Educação do Estado e outros pelo próprio NRE.

Aqui, cabe uma avaliação sobre as boas práticas apresentadas. Em processos educativos, a observação, registro e documentação configuram modelos das formas de agir e pensar conforme a sociedade. Isto significa que, uma abordagem de ensino eficiente teria origem no resultado obtido em ampla escala dentro das noções de sucesso do sistema educacional. A partir das práticas bem sucedidas, as formas de expandir as boas ideias seriam buscadas, estudadas e difundidas.

Analisando, este tipo de abordagem busca corroborar com a metodologia de inclusão, acatada de forma empírica neste processo de ensino híbrido. Com a implementação do ensino remoto, as páginas das instituições passaram a abordar conteúdos com foco nas ações e projetos das instituições, especificando as metodologias e sinalizando o uso das práticas de aprendizagem. Já tem em sua primeira ação uma prática indicada, as boas práticas educacionais são divulgadas nas redes sociais com a utilização dos perfis para estabelecer uma comunicação fácil, interativa e de interesse. Os alunos buscam se destacar nas atividades escolares e recebem o reconhecimento como caráter de valor e mérito dentro do círculo escolar. A implementação dos recursos digitais, no seu uso e, na prática de desenvolvimento coletivo nos projetos apresentados, possibilita o acesso dos alunos às diretrizes que regem o ensino dentro da comunidade escolar, permitindo o acolhimento do corpo estudantil aos processos de ensino.

As disciplinas em destaque nas publicações são de Geografia, visto que a didática empregada na matéria utiliza-se de práticas pedagógicas que permite a execução de atividades extraclasse, inserindo não somente a comunidade escolar, bem como a comunidade em geral.

Para cumprir com o objetivo específico 1 - Verificar os conceitos de boas práticas na gestão do conhecimento, a análise que compõe o quadro 4 denomina a quantidade de práticas por disciplina. Esta classificação possibilita compreender o que é entendido enquanto boa prática pelas instituições do Núcleo, onde cada disciplina busca incluir na sua competência de ensino os processos vigentes e consolidados de práticas pedagógicas, como a busca pela comunicação bilateral entre escola e aluno, a instrução da coordenação escolar junto ao corpo discente, etc.

O quadro a seguir busca definir a quantidade de práticas adotadas por cada disciplina no Núcleo do NRE Maringá.

Quadro 4 - QUANTIDADE DE PRÁTICAS POR DISCIPLINA

Disciplinas	Classificação	Quantidade de Melhores “Boas Práticas”
Arte e Arte Contemporânea	boas práticas	5
Aula Vaga e Intervalo “Arte da palhaçada	Práticas inovadoras	2
Ações a Comunidade	Práticas inovadoras	7
Biologia	boas práticas	2
Ciências	boas práticas	7
Educação Especial: Sala de Recurso Multifuncional de Altas Habilidades (2); Mais Aprendizagem (2)	Práticas inovadoras	4
Educação Física	boas práticas	1
Exatas: Educação Financeira (1); Física (1); Matemática (1).	boas práticas	3
Geografia	boas práticas	10
História (1) e Parte Diversificada: Espaço Patrimônio e Cultura (1)	boas práticas	2
Interações: Professores x alunos; alunos x escolas.	Práticas inovadoras	3
Língua Estrangeira: Celem (1); Inglês (5)	Práticas inovadoras	6
Língua Portuguesa	boas práticas	5
Projetos Pedagógicos: Xadrez; adote um Descritor; Superação a Evasão Escolar do EJA; Empreendedorismo; Pizza Literária.	Práticas inovadoras	5
Sociologia	boas práticas	2
Trabalho Interdisciplinar/Trabalho colaborativo com outras disciplinas	Práticas inovadoras	4

Fonte: Autoral, com base nas análises de metodologia, em 2022.

Identificou-se assim, que no Núcleo, o reconhecimento das boas e melhores práticas pedagógicas se estabelece como a capacidade de fornecer uma resposta personalizada aos professores sobre suas atividades e resultados para o progresso dos alunos. Os programas de inclusão e capacitação executados por meio destas práticas podem trazer melhores resultados, podendo ser aplicados tanto em escolas públicas quanto privadas.

A comunicação efetiva que permite ao aluno um contato direto com as ideologias empregadas pelo corpo docente, incentivando o progresso social e individual, promovendo a prática de atividades desportivas, incorporando no processo de ensino o desenvolvimento cognitivo, humanitário e empático. Outra constatação muito interessante que aponta para a necessidade de mudança é que tanto os profissionais quanto os próprios professores são incentivados por esforços. São estes, a formação de novos professores, programas de tutoria/tutoria e observação de suas próprias salas de aula e de outros professores. Há assim, um impacto significativo na melhoria da educação. Por outro lado, não frequentam formações complementares de forma regular.

O potencial da educação remota permite repensar o processo de ensino e aprendizagem individual e coletivamente. Existem muitas formas de estruturar o conhecimento que pode ser fornecido aos alunos para complementar o contexto em que está contido, mas não se deve esquecer que a tecnologia não deve ser utilizada como fornecimento de educação aleatória e única, mas sim, complemento. A introdução de um novo método de ensino requer a intervenção do professor. Reconhecendo a necessidade de reformular a interação das salas de aula virtuais, este método de ensino não é uma mera reprodução, se portando como uma ferramenta inovadora.

As classificações das práticas inovadoras e boas práticas representadas no Quadro 4 formam uma síntese da grade de ensino adotada pelo NRE, definidas a partir das metodologias pedagógicas a serem implementadas nas escolas. É possível perceber o foco nas ações em comunidade, servindo de base para alguns projetos aplicados pelas instituições. Segundo as definições do MEC, em análise ao sucesso nos índices do IDEB relacionados ao ensino, as boas práticas são referenciadas e definidas, “[...] em termos conceituais, consideram-se como boas práticas escolares as ações de intervenção que contribuam direta ou indiretamente para que as escolas atinjam seus objetivos educacionais, auxiliando na melhoria do desempenho escolar.” (MEC, 2007 e 2011, p.134).

As postagens foram separadas por disciplinas, tags, “propagandas” ou divulgações da Seed em atividades que envolviam a comunidade, onde se identificava o caráter decisório das instituições para selecionar e classificar as postagens como estratégia de engajamento.

Citando a Aprendizagem compartilhada (estimulando a prática em equipe), o uso de tecnologias na sala de aula, protagonismo do aluno (construção e condução do seu próprio processo de ensino) e Interdisciplinaridade (Incentivo a projetos que tragam valor social em diferentes áreas), bem como o formato com que a metodologia é aplicada e seu alcance (7 práticas pedagógicas, MindMakers. Disponível em referências).

No caso das práticas inovadoras, os materiais de cada conteúdo são apresentados a seguir.

Quadro 5 – MEIOS E/OU MATERIAIS PARA APLICAÇÃO DE PRÁTICAS

Disciplinas	Meios e Materiais
Aula Vaga e Intervalo “Arte da palhaçada	Atividades de campo; uso de materiais para arte, confecção e criatividade;
Ações a Comunidade	Execução de feiras, eventos; Expansão do <i>Programa Mãos Amigas</i> .
Educação Especial: Sala de Recurso Multifuncional de Altas Habilidades (2); Mais Aprendizagem (2)	Atividades de campo; uso de materiais para arte, confecção e criatividade;
Interações: Professores x alunos; alunos x escolas.	Dinâmicas com o auxílio das redes, debates e fóruns online;
Língua Estrangeira: Celem (1); Inglês (5)	Atividades diversas com uso de brincadeiras e jogos para testar o conhecimento; <i>Programa Ganhando o Mundo</i> ; <i>Programa Jovens Embaixadores</i> .
Projetos Pedagógicos: Xadrez; adote um Descritor; Superação a Evasão Escolar do EJA; Empreendedorismo; Pizza Literária.	Eventos regulares com mostras científicas, feiras culturais;
Trabalho Interdisciplinar/Trabalho colaborativo com outras disciplinas	Seminários e crossover de turmas para organizar projetos extraclasse, maximizando a participação dos alunos nas atividades da escola em escala geral;
O uso das redes é utilizado em todos os processos.	

Fonte: Autoral, com base nas análises de metodologia, em 2022.

A seleção apresentada no Quadro 5 de melhores práticas e práticas pedagógicas, representa um guia prático para a inserção prática destas atividades.

No que concerne ao compartilhamento do conhecimento, esta partilha refere-se à ação de difusão

de informação relevante entre os elementos da prática escolar. Isto contribui para o conhecimento coletivo, transferindo valor e recursos para a organização (BARTOL e SRIVASTAVA, 2002), tendo sido relacionada com o desenvolvimento de inovações (SOUSA e AMARAL, 2012).

FIGURA 1 e 2 – Distribuição de cestas básicas e material didático



Fonte: @nremaringa, 2021.

Nas redes sociais o governo do Estado do Paraná, através dos núcleos regionais, divulga a entrega de livros, horários das aulas transmitidas pela TV, como ocorreram principalmente durante a pandemia. Também mostram a entrega de alimentos (merenda escolar) no lockdown, dividida entre a comunidade (dos estudantes beneficiários da Bolsa Família).

FIGURA 3 – Reativação do Grêmio Estudantil e aulas de Inglês



Fonte: @nremaringa, 2021.

O Grêmio Estudantil visa o mérito individual e conjunto das classes, estabelecendo uma competição saudável e que caminhe em apoio ao conhecimento integrado.

FIGURA 4 e 5 – Programas Ganhando o Mundo e Jovens Embaixadores



Fonte: @nremaringa, 2021.

E estão também entre as divulgações das redes sociais do Estado do Paraná, o portal da mulher paranaense que é "Ame-se", o Programa Jovens Embaixadores onde os alunos do ensino público vão fazer um intercâmbio em outro país (Estados Unidos), bem como o Programa Ganhando o Mundo (Canadá), etc.

FIGURA 6 – Programa Mãos Amigas



Fonte: @nremaringa, 2021.

Um trabalho também realizado nas escolas do estado do Paraná é o Programa Mãos Amigas, apenas do Sistema Penitenciário semi-aberto que prestam um serviço à escola como (pinturas, organizando jardins, entre outros).

Destacam-se ainda, divulgação de trabalhos, cursos, *lives*, resultados de avaliações, uma forma de mostrar o projeto desenvolvido pelos núcleos de ensino regional na totalidade.

Segue abaixo alguns posts extraídos em referência às boas práticas empregadas pelo NRE. As postagens iniciam com o termo “Boas Práticas”.

01/07/20
Boas Práticas! 🍌 🍌

Mesmo a distância, nossos alunos estão tendo a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, por meio da orientação de seus professores. A professora Raquel Pereira Dias da **disciplina de Geografia**, do Colégio Estadual Gastão Vidigal, nas 2^{as} séries I e J, apresentou a ferramenta Google my Maps. Orientou seus alunos pelo mural a explorar a ferramenta com os dados das 20 maiores cidades do mundo (população, densidade, tamanho e curiosidades). Em seguida, elaborou um formulário com os dados apresentados. Uma forma divertida e diferente do aluno estudar, explorar o conteúdo e ampliar seu domínio cultural.

Parabéns professora pelo empenho e dedicação!

[#paranainovador](#) [#seedpr](#) [#Nremaringa](#) [#GestaoEscolar](#)

[remaringa](#)

Boas Práticas - Varal Solidário do Colégio Estadual Vinicius de Moraes

No dia 03/07/2020 houve as entregas de Atividades Pedagógicas no Colégio Estadual Vinicius de Moraes. Neste mesmo dia, foram **entregues as Cestas do Programa** Bolsa Família e houve a participação da Professora Geisa Luz, Coordenadora do projeto Costurando Vidas [#MáscarasQueSavamVidas](#), que tem como objetivo a proteção da vida, por meio da divulgação do uso correto da máscara, com a entrega de 200 máscaras a nossa comunidade. A Professora Marciléia Bonilha, Diretora do Colégio abraçou esse trabalho de solidariedade e ajuda ao próximo e nesse dia com a ajuda dos funcionários e professores da escola, realizou a ação do VARAL SOLIDÁRIO, com a distribuição de peças de roupas para os pais e ou responsáveis. Momento de muita emoção e felicidade por fazer o nosso trabalho e ao mesmo tempo ajudar a comunidade que precisa dessa atenção especial.

15/07/20

[nremaringa](#)

SOCIALIZANDO BOAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPO DE PANDEMIA

O Núcleo Regional de Educação de Maringá, realizou, nesta manhã, 15 de julho, a LIVE “Socializando boas práticas educacionais em tempo de pandemia”, onde as professoras de **Línguas Estrangeiras/CELEM** demonstraram como realizam aulas dinâmicas usando ferramentas que tomam as aulas mais produtivas para os alunos durante esse momento de afastamento social, provando que o professor é e sempre será o Protagonista da Educação.

O chefe do NRE, prof. Luciano Pereira dos Santos, considerou a necessidade do tema como contribuição para as ações nesse tempo de aulas remotas, aproximando os Professores/mestres de seus alunos. Foi destacado o uso de aulas via MEET (Ferramenta da plataforma Google)

Comprovando que o professor estabelece condições favoráveis de ensino na sala de aula. Razão pela qual a adaptação a essa nova realidade tem sido uma experiência muito forte para todos nós.

Nossos agradecimentos às Educadoras que colaboraram com este Projeto e participaram com dinamismo e sublimidade.

Evelyn Romera Canassa – Professora de LEM

Claudia Aparecida Simões – Professora de Língua Italiana - CELEM

Andréa Zingara Miranda – PROFESSORA DE LÍNGUA FRANCESA - CELEM

Paula Adriana de Oliveira Silva - Professora de Língua Espanhola – CELEM

As Interpretes em Libras: Maria Elizabeth Dumont NEGRELLI e Priscila Baena Castillo.

Assista a live no link abaixo ou por meio do QR code disponível na imagem da notícia:

<https://www.youtube.com/watch?v=LocLioHtYVvk>

17/07/20

[nremaringa](#)

Boas Práticas!

Na primeira quinzena do mês de julho aconteceu um SEMINÁRIO via Google Meet, desenvolvido pelos alunos do 3º Série A, sob a orientação do Profº Rodolfo Rodrigo Oliveira do Colégio Estadual Márcia Vaz Toste de Abreu do município de São Jorge do Ivaí. O Seminário teve como temática central os "Movimentos sociais no Brasil", tendo em vista o andamento dos direitos adquiridos por meio de uma constante luta por parte de anônimos e personalidades. A realização do trabalho, promovida pela **disciplina de Sociologia**, foi precedida de pesquisa em grupo realizada pelos os alunos no seu ambiente domiciliar. Posteriormente, alunos e professor socializavam os resultados das pesquisas através de

mensagens e reuniões virtuais para esclarecimento de dúvidas e organização do seminário. A realização do seminário, consideradas as diversas etapas, permitiu aos alunos, adquirir conhecimento por meio da pesquisa e debate, onde cada um pode explicar o conhecimento adquirido e construir novos conceitos a respeito do tema.
nremaringa Boas Práticas! No dia 16/07/20, na Escola Estadual São Vicente Pallotti de Mandaguari, a Profª Valéria Pinheiro e os alunos da Sala de Recursos Multifuncional de Altas Habilidades se caracterizaram para produzir desenhos sobre o tema Diversidade Cultural, com o objetivo de refletir e levantar aspectos e características sobre a cultura caipira, valorizando a mesma. Parabenizamos a Profª Valéria e os alunos pela atividade significativa que promove o respeito a diversidade. #NreMaringa #Seedpr #GestãoEscolar
nremaringa Boas Práticas! No dia 30 de julho/2020, o Colégio Estadual Vereador Luiz Zanchim promoveu uma atividade de acolhimento e motivação aos alunos. Foi realizada uma palestra via Google Meet pela professora Dr. Verônica Ipólito que abordou o tema: “As cinco maiores pandemias da História: da Peste Negra ao Covid-19”. Houve participação dos alunos, pais, professores, pedagogas e equipe gestora. As estratégias e recursos usados pela professora encantaram todos os participantes. Ela fez uso do Aplicativo Snap Câmera do Google Meet, que chamou muito a atenção de todos. Ela realizou várias demonstrações com o auxílio do aplicativo, inclusive como era o uso da máscara dos médicos da morte, durante a terrível Peste Negra. Parabéns Professora pelo empenho e dedicação! #NreMaringa #Seedpr #GestãoEscolar #AulaParaná
03/08/2020 nremaringa Boas Práticas! Buscativa! UM NOVO MOMENTO, UM NOVO OLHAR O Colégio Estadual Vinicius de Moraes, por meio da Equipe Gestora, Equipe Pedagógica e Funcionários, sob a gestão da Professora Mariléia Bonilha - Diretora, tem se destacado nas ações para com a comunidade escolar. Sabendo da necessidade em atender todo o alunado e com as dificuldades encontradas para conseguir atingir a totalidade deles, encontrou uma forma bastante inusitada de conseguir atingir o objetivo de “Nenhum aluno a menos” nas buscas ativas dos mesmos. Através do brilhante trabalho e desempenho do Funcionário Nilton Cesar Arantes, que se prontificou a ajudar nessa ação pedagógica e tem se deslocado, com todos os cuidados próprios de precaução, ao endereço dos alunos que não têm conseguido algum tipo de contato e entregue uma carta de Comunicado para os pais ou responsáveis, com a convocação de comparem a escola, para regularizar a vida escolar desses alunos. Com isso, o Colégio tem recebido um número promissor de responsáveis que vêm e buscam as atividades para seus filhos e são orientados com todas as informações necessárias para o andamento do ano letivo. Vemos dessa forma que, Novos Momentos necessitam de Novas Ações e um Novo Olhar para que possamos conquistar e atingir todos os nossos objetivos.
14/08/2020 nremaringa Encontro Virtual Socialização de Boas Práticas: Organizado pelo Setor de Tutoria Pedagógica do NRE. O Encontro aconteceu por polos, atingiu um público de mais de 400 profissionais da educação, dentre eles, diretores (as), diretores (as) auxiliares e pedagogos (as). O foco foi apresentar por meio das boas práticas desenvolvidas durante o ensino remoto emergencial, ações vinculadas ao protagonismo juvenil, gestão escolar, ações com o uso de aplicativos e

buscativa priorizando a permanência dos alunos.

Na ocasião o chefe, professor Luciano Pereira, aproveitou para enfatizar que a empatia, a acolhida aos alunos e famílias, a boa organização das ações escolares e a boa comunicação podem facilitar em muito o trabalho, além de evidenciar a escola como um braço do Estado cumprindo efetivamente sua função. Apresentaram as ações realizadas no Polo 01 os seguintes colégios:

Colégio Estadual Presidente Kennedy, Maringá

Colégio Estadual Adaile Maria Leite, Maringá

Colégio Estadual Vinicius de Moraes, Maringá

Colégio Estadual Duque de Caxias, Maringá.

Fonte: Autoral. Retirado do perfil @nremaringa.

Como resultado, esta pesquisa e referencial apresenta o entendimento de que, o desenvolvimento de uma educação para a tecnologia nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, que vise professores e alunos protagonistas, implica em adotar “inovações” levantadas, como levantadas neste estudo, aprimorando a forma de ensino empregada nas instituições, para trazer a tecnologia para a escola de maneira potencializadora no processo de escolarização.

Segue abaixo alguns posts extraídos das páginas do núcleo na rede social Instagram, compreendendo a didática prévia adotada nas instituições. Das Práticas Pedagógicas do NRE foram analisadas um total de 68 publicações.

2.216 publicações
2.229 seguidores
289 seguindo
01/07/22 fecharam às 19:50, era para ter fechado o perfil no dia 02/07/2022.

*Postagens em destaque.

*As postagens completas analisadas para resultados estão inseridas no Apêndice deste documento.

21/01/20

[nremaringa](#)

Nesta terça-feira (21), às 13h30, aconteceu a abertura do 19º Campeonato Centro-Sul Americano de Handebol masculino. Os jogos serão realizados nos ginásios Chico Neto, Parque do Japão e no Centro de Excelência de Handebol da UEM inaugurado no próprio evento. O torneio conta com a participação das seleções do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai.

O evento é organizado pela Secretaria de Esportes e Lazer (SESP) e Associação Maringaense de Handebol. Estavam presentes, o chefe do NRE Maringá, professor Luciano Pereira dos Santos, o Prefeito de Maringá, Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, o Reitor, professor Júlio César Damasceno, professor Décio Sperandio, o Secretário de Esporte, professor Valmir Augusto Fassina, o professor Dorivaldo Teixeira, a professora Priscila Garcia Marques, entre outros.

A Seleção Brasileira estreia ainda hoje às 19h no Ginásio do Parque do Japão enfrentando a Seleção do Paraguai. A entrada é 1 kg de alimento não perecível.

[#paranainovador](#) [#NreMaringá](#) [#governopr](#)

[@setiparana](#) [#uem](#)

06/02/20 nremaringa InspiraSpace! Núcleo Regional de Educação presente, nesta quarta dia 05/02, no lançamento do ambiente destinado a professores e aluno que visa promover aprendizado, integração e reflexão. Um espaço totalmente reestruturado onde a inteligência artificial evidencia a busca pela inovação. @unicesumaroficial @wilsonmatosfilho @profrenatofeder #NREMaringá #paranainovador #unicesumar
06/02/20 nremaringa PROJETO ALURA Nesta quinta-feira (06), foi realizada uma reunião no SEBRAE com o intuito de organizar um Grupo Especial de Trabalho para implantação do Projeto ALURA nas Escolas da Rede Estadual de Maringá. Estiveram presentes o Chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, Professor Luciano Pereira dos Santos, os representantes da SEED Thiago Mariano e Cleiton Rosa, Adriano Henrique da ALURA, Nikolas Kretzmann do SEBRAE, Luis Marcos Campos do SBM, Edney Mossambani do CODEM e demais atores do setor empresarial ligados a TI. #GoParaná #paranainovador #GonreMaringá #NREMaringá #governopr #seedpr @profrenatofeder @ratinho_junior @maito5517 @rpatroni @wrquessada @nickolasszk @edneymarcosmossambani @cleiton_fisica
13/05/21 nremaringa vídeo Sala de Altas Habilidades da Escola Cívico-Militar São Vicente Pallotti O Instituto Cultive Brasil Suíça é uma organização que apoia e oportuniza a produção literária e estimula os jovens escritores. A Sala de Altas Habilidades da Escola Cívico-Militar São Vicente Pallotti sempre incentiva as produções textuais nos mais variados temas. Esse tipo de atividade é uma prática constante da nossa sala. Nossa parceria com o Instituto Cultive vem resultando em produções literárias excelentes e em várias premiações. Em 2020 os alunos Igor Tadashi Miamoto, Maria Gabriela Brensis e Dercílio Santana Júnior participaram de um concurso de poemas cujo Tema foi: "Era uma vez um anjo". Esse poemas foram publicados na Revista Revue Cultive de dezembro de 2020. Um segundo momento do Concurso, seria a publicação destes poemas em um Livro. Essa publicação ocorrerá agora em maio, em Genebra. Nossos três jovens talentos participarão de uma live no dia 15 de maio, falando das suas produções. https://salaodolivrodegenebra.com/participantes

Fonte: Autoral. Retirado do perfil @nremaringa.

A partir do ensino remoto, o núcleo passou a divulgar trabalhos que expressavam a participação dos alunos no processo remoto. E destas descrições, o NRE expõe na síntese das atividades educativas o uso de práticas enquanto ferramenta educativo e modula a visão consciente da classe estudantil diante das incursões em que a escola é inserida dentro da sociedade.

FIGURA 7 - Ensino Remoto Em Atividade



Fonte: @nremaringa, 2021.

FIGURA 8 – Corpo Docente Em Evento Relacionado Às Boas Práticas



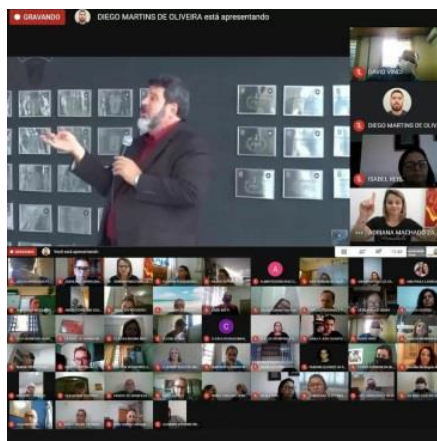
Fonte: @nremaringa, 2021.

FIGURA 9 – Aplicação De Atividades Com Foco Nas Melhores Práticas



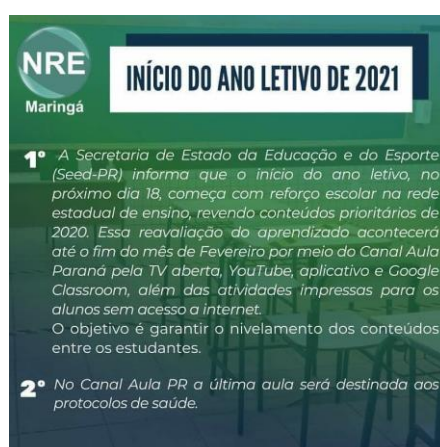
Fonte: @nremaringa, 2021.

FIGURA 10 – Aulas Online Durante O Ensino Remoto



Fonte: @nremaringa, 2021.

FIGURA 11 – Avisos Nas Redes Sociais Do Nre Maringá



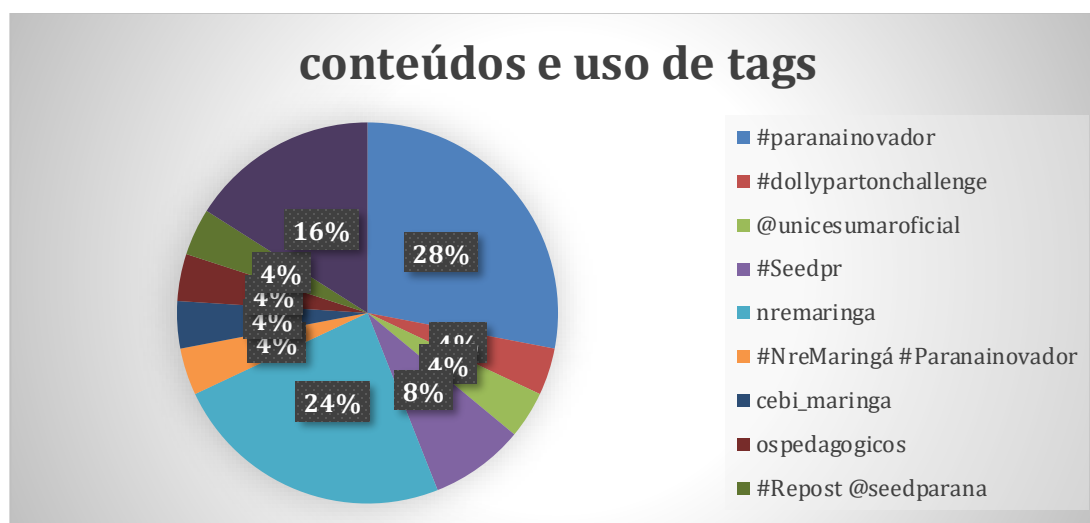
Fonte: @nremaringa, 2021.

Nas figuras, se destacam o emprego das aulas em formato de vídeo, com material de fácil acesso, as reuniões do corpo docente e um destaque nas redes sociais do Núcleo com os devidos avisos de início do ano letivo. Este conteúdo foi disponibilizado durante o período de ensino remoto.

Outro fator observado foram as tags utilizadas nas publicações (68 observadas), o que é avaliado aqui como um dado referente ao alcance e engajamento com que estas plataformas atingem seu público, neste caso, o corpo estudantil. A tag #paranainovador é atrativo, pois traz um contexto social que envolve não apenas o âmbito escolar, como todos os setores do estado, atraindo o olhar da sociedade para o progresso implementado dentro das instituições.

Também é uma forma de destacar a participação coletiva e de atrair possíveis atividades oriundas de outros setores dentro do programa escolar, como foi o caso da [#dollypartonchallenge](#), adequando o entretenimento à didática de ensino.

GRÁFICO 1 – VISÃO GERAL DAS REDES DO NRE



Fonte: Autoral, dados obtidos através da observação dos posts do @nremaringa, entre o período desta pesquisa, final de 2020 ao início de 2022.

Como pode ser observado, as postagens utilizam as hashtags e termos próprios como método para agregar conteúdo dentro e fora da sala, expandindo e possibilitando o alcance e acesso de todos na propagação da ideia. 28% das postagens analisadas utilizam o termo “paranainovador”, que busca ressaltar o formato didático incorporado na dinâmica de ensino.

Em 24% das postagens, também há o termo “nremaringa”, bem como “Seedpr” em 16%, que buscam definir a utilização de formatos de ensino próprios dentro do sistema educacional, salientando que estes se alinham aos parâmetros estabelecidos pelo Núcleo.

Outros termos compreendem posts específicos, alguns com materiais disponibilizados pelo governo, campanhas e projetos pontuais nos módulos escolares. Vale destacar a utilização do termo boas práticas nas postagens acompanhadas de “+ práticas criativas”, sinalizando o desenvolvimento de metodologias práticas que apontem as virtudes e talentos dos alunos.

5 DISCUSSÕES

Buscando na análise dos conteúdos apresentados, a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) se reflete como um mecanismo crucial nos métodos de ensino abordados a partir da volta às aulas presenciais. Um período de aplicação e aprimoramento do ensino remoto, que naturalmente apresenta alguns impasses.

Ao decorrer da formação crítica, defendo que deveria ter acontecido um planejamento no início das postagens, pois não havia uma relação entre a propaganda feita pelo Seed/Pr do que estava sendo empregado a nível de estado e os posts das instituições. Faltava organização e elementos essenciais para difundir as informações prestadas. Ainda, o engajamento dessa etapa inicial apontava que havia

dificuldade de acesso por parte dos alunos à internet. Com o tempo, é nítido a capacitação dos profissionais responsáveis, não só pela criação, adaptação e emprego dessas atividades, como também pela divulgação e padronização destes conteúdos.

Como visto nos exemplos aplicados pelo NRE Maringá, com o que se pode considerar sucesso, a hegemonia para priorizar o que de fato deve ser feito nas escolas é vital, a fim de garantir um desempenho dos profissionais envolvidos. A necessidade da inclusão do ensino remoto, remodela a dinâmica de educação, e tenta desprender-se de modelos rígidos, na busca por metodologias ativas e inovadoras. Todavia, é imprescindível que professores, corpo acadêmico em geral, estejam esclarecidos sobre a importância de romper a forma de ensino tradicional e se lancem aos novos desafios, na continuidade do processo de formação sobre estas práticas. É imprescindível respeitar a relação teórico-prática, porque professores que entendem de redes sociais tendem a difundir mais facilmente as dinâmicas na aula durante o processo de planejamento da atividade, criando um ambiente familiar em que os alunos criam iniciativa. Também se faz importante desenvolver maneiras de compartilhar informações relacionadas aos tópicos do conteúdo lecionado.

Quando um educador está presente, por exemplo, no Facebook, é notório a disposição e iniciativa própria na concepção de prática autônomas voltadas ao ato convívio social entre escola e discentes. Durante a formação regular de professores ou formação de futuros professores, é importante abordar temas muitas vezes considerados "tabu", como a importância do trabalho com tecnologia em sala de aula, meio ambiente, educação, uso de redes sociais na educação e pedagogia. Incluir na política educacional da escola do projeto. Essa discussão estimulará a reflexão sobre a instituição da colaboração escolar e sobre os conceitos que regem o uso da tecnologia e das redes sociais na prática educativa, aproximando a pedagogia da realidade do aluno.

Kenski (2007, p. 103), cita que “[...] a proximidade com os alunos ajuda os alunos a entender suas perspectivas, ver o conhecimento por novos ângulos e aprender ao mesmo tempo”. Por sua vez, na forma de troca de conhecimento com os alunos, os professores são estimulados a mediar relacionamentos online para desenvolver a alfabetização, discutir ideias, expressar pensamentos e avaliar relações educativas de valor.

Um ponto importante para refletir sobre o estudo remoto, é a forma com que os professores usariam de modo excessivo as ferramentas tecnológicas ou a linguagem virtual, pelo simples motivo de querer modernizar e atualizar, caso contrário, sua aula pode ser menos eficaz como uma palestra em que o professor fala sem parar por horas.

A autora dessa dissertação reconhece que há a necessidade de repensar a formação dos alunos no ensino remoto, e como deve ser realizada sua prática como mediadores do conhecimento, pois diante de tantas tecnologias educacionais e alunos conectados, pode ser necessário reestruturar atitudes em

relação à didática abordada pelos professores após a sua formação acadêmica.

Em relação às boas práticas e melhores práticas, observa-se que a partir do momento em que o termo foi difundido nos Núcleos da rede, foram tomados de diferentes aspectos críticos, e passou a incluir não somente um contexto de teorias e aulas dentro de sala, mas também ações e eventos sociais, em comunidade. Baseando nessa perspectiva, pode-se considerar que o seu uso é mais do que uma integração ou evolução didática. Todavia, é perceptível que desencadeia em ramificações de possíveis conflitos, como por exemplo, a disposição das instituições em empregar estes projetos.

Existem os impasses financeiros, que podem dificultar a sua aplicabilidade. A importância do trabalho conjunto do NRE junto às Secretarias de Educação do Estado são fundamentais para que essa progressão de ensino se torne um facilitador e não algo que prejudique o andamento de tais eventos. Segue, por fim, o que capitaliza como contribuição para a elucidação do tema compreendido, como essa pesquisa agrega na temática e colabora para que outros estudos sejam empregados.

Observei que a Seed/Pr a nível de Estado busca pela formatação de métodos educativos inclusivos. Por base na análise feita nesta dissertação, esta vem expor e sinalizar para que estes formatos sejam propagados e empreendidos por outros Núcleos ao pesquisar pelo tema. Ainda são poucos artigos sobre a aplicação das boas e melhores práticas enquanto conteúdo na prática pedagógica, portanto, dissertar e compor em tese todas as observações presentes. Acrescenta para a formação de profissionais, estudantes e todos que sentem curiosidade, interesse e necessidade para compreender a potência de uma ferramenta de ensino voltada ao ensino remoto e ao uso de potencializadores e ferramentas digitais nas escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado tinha por objetivo, responder a seguinte problemática: quais melhores práticas educacionais foram divulgadas nas redes sociais do Núcleo Regional de Educação de Maringá? E qual sua importância?

Em sua missão, o NRE de Maringá foca na busca para instituir mecanismos de formação e de supervisão do trabalho pedagógico com as tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas estaduais de sua área de abrangência. A principal atribuição aos valores de uma gestão no processo geral de uma organização, pode ser notado através das ramificações criadas a partir de uma ideia sendo utilizada e incentivada no meio escolar, Tendo como base não somente o estado do Paraná, mas fazendo um paralelo com o sistema pedagógico anteriormente focado no ensino presencial, é possível analisar que ainda é um processo de construção da cultura organizacional. Atualmente, novos aspectos foram inseridos devido à pandemia, suas consequências para o ensino presencial e benefícios

para o processo de implementação do ensino à distância, ou de meios para que estes fossem implementados na gestão escolar.

O estudo de autores permite que sejam observados outros parâmetros e cenários nas atividades escolares. A imersão de atividades extraclasse e extracurriculares nas metodologias indicadas, como a importância de melhorias, tanto físicas quanto metodológicas, novos recursos e estudos, reflexões sobre o ambiente no qual o aluno e professor estão inseridos. Não apenas local, mas no aspecto social enquanto parte da sociedade, no acesso digital, qual o nível de desenvolvimento de cada um na cultura das redes atualmente, e como isto pode ser útil no processo educacional.

Uma questão a ser levantada diante deste estudo é a constatação de que existem consequências geradas a partir da instituição de práticas pedagógicas integradas às ferramentas de ensino alternativas, como o uso da internet e meios digitais. Um exemplo é a exclusão digital, com a falta de recursos materiais dentro e fora das escolas. Ainda é possível encontrar situações em que, mesmo com o auxílio dos aparelhos móveis, o aluno encontra dificuldade para se conectar à internet, e não somente da falta de prática, desempenho cognitivo na alusão ao conteúdo, considerando que existem técnicas a serem aprimoradas para um efetivo domínio destas ferramentas.

Apesar disto, é possível afirmar que o ensino remoto tem se mostrado uma opção importante para garantir o vínculo entre estudantes e professores, especialmente diante da dificuldade de se fazer projeções sobre o retorno das aulas presenciais (ARRUDA, 2020).

Em relação à educação, este estudo carece de apresentar para além dos meios disponíveis para se instruir a didática remota no ensino, além da utilização de boas práticas e melhores práticas como mencionadas ao longo desta análise.

O principal objetivo é discutir as potencialidades na prática docente, bem como as adaptações necessárias para que se implemente um ensino potencialmente amplo. Esse trabalho pode contribuir com trabalhos futuros para compreensão das práticas realizadas nas escolas e a importância em se criar um ambiente colaborativo para o compartilhamento do conhecimento, como também para inserir modelos de Gestão do Conhecimento.

A especialização dos professores, muitos deles nunca haviam trabalhado com esta forma de ensino, utilizando a internet ou redes sociais, o que trouxe uma proximidade entre docente e aluno. Para os professores, em termos de crescimento profissional e possibilidades de intervenção nas práticas pedagógicas, o uso da tecnologia foi visto como um fator de inovação, pois ela pouco se estendia para além da pesquisa de conteúdo e atividades para elaboração de aulas e das questões pedagógico-administrativas, como produção e envio de relatórios por meio de ferramentas básicas de edição de textos e correio eletrônico.

Além disso, houve a idealização, na prática, de um sistema que possibilita a imersão do seio

familiar na construção e observação direta do ensino empregado aos seus filhos, sobrinhos, netos, etc., o que gerou não só maior comunicação, como uma maior proximidade em termos de relacionamento, motivando a parceria da escola com a comunidade. Esse fator também é considerado uma das ações mais bem-sucedidas neste processo.

Segundo estudos de COSTA; TESCKE; PERUZZO e MELLO (2021, p. 2) sobre as definições de GC por Horn (2015, p. 64), é importante ressaltar que, embora o ensino híbrido já estivesse em funcionamento de maneira mais sutil, aos poucos implementando a cultura das redes dentro do espaço escolar, ainda assim foi considerado uma inovação no ensino básico, uma vez que estes eram comuns majoritariamente no ensino superior, especificamente no ensino à distância.

O estudo busca possibilitar a clareza de ideias, correlacionar as práticas de gestão do conhecimento na educação, importantes neste processo de transição entre o ensino remoto para presencial com novas implementações adquiridas no período pandêmico. Assim, é fundamental inovar e um para esse processo é a gestão do conhecimento na educação, levando em consideração o progresso dos alunos, professores, gestores e órgãos de educação designados e inclusos em todo o processo de aprendizado.

Todas as partes se unem objetivando um sistema coeso, unilateral, que não faça distinção entre quem está ensinando, sendo ensinado ou fazendo com que se possa ensinar, já que uma educação concebida via boas práticas de ensino, é mérito de todos na organização e estrutura educacional.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, L. **Gestão do Conhecimento**: breve introdução. Brasília: UnB, 2007. Não paginado. Disponível pelo artigo em: < <https://www.archivozmagazine.org/pt/um-panorama-sobre-a-gestao-do-conhecimento-com-enfase-nos-aspectos-humanos/>> Acesso em 22 janeiro, 2023.
- ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. Interfaces Científicas – Educação, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 348-365, 4 jun. 2020. Universidade Tiradentes. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p348-365>. Acesso em 10 março, 2023.
- ANDRÉA, Carlos d'. Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos / Carlos d'Andréa. - Salvador: EDUFBA, 2020. 79p; – (Coleção Cibercultura) ISBN 978-65-5630-009-2 Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043> Acesso em 09 fevereiro, 2022.
- ASIAN PRODUCTIVITY ORGANIZATION (APO). **Knowledge management**: facilitators' guide. Tokyo: Asian Productivity Organization, 2009. Disponível em: <Disponível em: http://www.apo-tokyo.org/00ebooks/IS-39_APO-KM-FG.htm>. Acesso em: julho de 2021. » http://www.apo-tokyo.org/00ebooks/IS-39_APO-KM-FG.htm
- ASSMANN, H. **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.
- BRASIL. MEC Ministério da Educação, Educação online. Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br>> . Acesso em: 09 fevereiro, 2022.
- BRASIL. MEC Ministério da Educação. CNE aprova diretrizes para escolas durante pandemia. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia> Acesso em 5, Maio de 2022.
- CASSAPO, Filipe. **O que entendemos exatamente por conhecimento tácito e conhecimento explícito**, publicado na SBGC, 2003 <http://www.sgbc.org.br/>
- CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, p.82, 2002.
- CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018. Núcleo e Coordenação de Informação do Ponto e BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2019a. Disponível em: < <https://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>> Acesso em 12 dezembro, 2022.
- CHENG, E. C. K. **Enhancing school learning capacity by conducting knowledge management**. Social and Behavioral Sciences, v. 93, p. 281-285, 2013.
- CHENG, E. C. K.; LEE, J.C.K. **The management process for creating school intellectual**. De La Salle University, 2016.
- CHENG, E. CK. **Gestão do Conhecimento para a Educação Escolar**. Springer Briefs em Educação. Springer, 2015.

CHENG, E. **Sucessful Transposition of Lesson Study: A Knowledge Management Perspective**, New York: Springer, 2019.

CHOO, Chu Wei. **A Organização do Conhecimento**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

CIEB. Centro de Inovação para Educação Brasileira. Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para Ensino Remoto. 2020. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

COSTA, Andreia de Cássia Gonçalves. **Socialização do conhecimento: relação professor e aluno, ensino aprendizagem na sala de aula**. Maringá-PR. UniCesumar, 2019.

DAL FORNO, Letícia Fleig.; SALIBA, Maurício.; GONÇALVES, Maurício.; TENÓRIO, Nelson. Gestão do Conhecimento e Educação: Processo de Mudança, Espaço para inovação. In: PEREIRA, Ana Lúcia.; SOUZA, Antônio Carlos.; BRÍGIDO, Edimar.; GABRIEL, Fábio Antonio.; MARTINEZ, Flávia Wegrzyn Magrinelli. (Organizadores) **Ágora: fundamentos epistemológicos e pesquisas avançadas em educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 275p.

DOS SANTOS, Márcio José; DE PAULA, Claudio Paixão Anastácio. Gestão do conhecimento no contexto da gestão escolar: estudo de caso de uma escola pública. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 159-174, 2012.

Esichaikul, V., Lamnoi, S., & Bechter, C. (2011). Student modelling in adaptive e-learning systems. *Knowledge Management & E-Learning: An International Journal (KM&EL)*, 3(3), 342- 355.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e Grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008.

GOEDERT, Lidiane; AMDT, Klalter Bez Fontana. Mediação Pedagógica e educação mediada por tecnologias digitais em tempos de pandemia **Criar Educação. Revista de Pós-Graduação em Educação** – UNESC, Criciúma, v.9, n.º2, Edição Especial 2020.

Graf, S., Lin, F., Kinshuk, A., & McGreal, R. (2012). *Intelligent and Adaptive Learning Systems: Technology Enhanced Support for Learners and Teachers*. IGI Global.

GUEDES, A. L. A.; SÁ, M. F.; RODRIGUES, M. V. R. A percepção da transmissão do conhecimento nas redes sociais informais (RSI) de atendimento ao cliente: estudo em uma empresa pública de tecnologia da Informação e comunicação. VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão – Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para a Gestão Sustentável. **Anais...**, Niterói: CNEG, 2010.

HORN, Michael B. *Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação*. Porto Alegre: Penso, 2015. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/38/os-desafios-do-ensino-hibrido-no-ensino-remoto> Acesso em 09 de fevereiro, 2023.

KERBES, A. Gestão escolar: indicadores de boas práticas em escolas privadas no Brasil. 2018. p.89. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1138/1/akerbes.pdf> Acesso em 24, Abril de 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEAL, P. C. S. A Educação Diante De Um Novo Paradigma: Ensino A Distância (Ead) Veio Para Ficar! *Gestão & Tecnologia*, Goiânia, v. 1, n. 30, p. 41-43, jul. 2020. ISSN 2176-2449.

LIMA, F; COSTA, A; LOPES, C; HARACEMIV, S. Educação não presencial na eja do paraná em tempos de pandemia: uma proposta possível? p.9, 2020. Disponível em: < <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21022/16185#:~:text=Inicialmente%2C%20por%20meio%20da%20Resolu%C3%A7%C3%A3o,escolares%20no%20formato%20n%C3%A3o%20presencial.>> Acesso em: 5, maio de 2022.

LOPES, Rosemara Perpetua; FURKOTTER, Monica. Formação inicial de professores em tempos de TDIC: uma questão em aberto. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 269- 296, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982016000400269&lng=en&nrm=iso Acesso em 5 de dezembro, 2022.

MACHADO, Caio Pisconti . ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS. **Revista Alcance**, v. 27, n. 3, p. 8-9; 326-343, 2020.

MACHADO, Caio Pisconti; URPIA, Arthur Gualberto B. da C.; DAL FORNO, Leticia Fleig. Gestão do conhecimento no ensino público: uma agenda de pesquisa. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 1, p. 8; 145-165, 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. V. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINHO, Simão Pedro P. As tecnologias digitais no currículo da formação inicial de professores da educação básica. O que pensam alunos de licenciatura. Relatório de pesquisa. 2008. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20120828101647.pdf Acesso em 08 de dezembro. 2022.

MINIOLI, C lila. Scucato.; SILVA, Helena de Fátima Nunes. Gestão do conhecimento no espaço escolar: **A memória Organizacional do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: Editora CRV, 2013

MONTEIRO, Ana Paula Fernandes. **Boas práticas em escolas posicionadas nos últimos lugares nas listas de ordenação**. 2006. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/673/1/LC235.pdf>. Acesso em 25 nov. 2021.

MOR  N, J. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção M dias Contempor neas, São Paulo, v. 2, p. 15-33, 2015.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, v. 20, 2020.

MOTIN, M. F.; MORAES, G. C.; BASTOS, I. P.; BUSATO, R.; ALVES, V. T. O ensino remoto de disciplinas do eixo da matemática em tempos de pandemia. In: PALÚ, J.; SCHUTZ, J. A.; MAYER, L. (Orgs.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p.247-260.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka; **Criação de Conhecimento na Empresa**; tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Priscila Martins Celeste; Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

PALÚ, Janete. A crise do capitalismo, a pandemia e a educação pública brasileira: reflexões e

percepções. In: PALÚ, J.; SCHUTZ, J. A.; MAYER, L. (Orgs.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p.85-106.

PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná. **Grupo de estudos Formadores em Ação tem inscrições abertas**. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Grupo-de-estudos-Formadores-em-Acao-tem-inscricoes-abertas>. Acesso em julho de 2021.

PENÍNSULA, A. I. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/> Acesso em maio 2021.

PORTO, C., OLIVEIRA, K.E., and CHAGAS, A., comp. **WhatsApp e educação: entre mensagens, imagens e sons** [online]. Salvador: Ilhéus: EDUFBA; EDITUS, 2017, 302 p. ISBN 978-85-232-2020-4. <https://doi.org/10.7476/9788523220204>. Acesso em jul. 2021.

POZO, Juan Ignacio. A Sociedade da Aprendizagem e o Desafio de Converter Informação e Conhecimento. **Pátio: Revista Pedagógica**, n.31, p.8-11, 2004.

SANTO, Eniel E.; TRINDADE, Sara Dias. Educação a distância e educação remota emergencial: convergências e divergências. In: MACHADO, Dinamara P. **Educação em tempos de Covid-19: reflexões e narrativas de pais e professores**. Curitiba: Editora Dialética e Realidade, 2020.

SANTANA, Camila Lima Santana e.; SALES, Kathia Marise Borges. Aula em casa: Educação, tecnologias digitais e pandemia Covid 19. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.10, n1. P.75-92 Número Temático. 2020.

SCHUELTER, G.; COELHO, C. C. de S. R. **Gestão do conhecimento nos sistemas de educação à distância: técnicas e ferramentas para melhorar o processo de produção**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC. Florianópolis – SC, 2010.

Seghroucheni, Y. Z., Achhab, M. A., & Mohajir, B. E. E. (2014). Revisiting the Didactic Triangle in the Case of an Adaptive Learning System. *International Journal of Engineering Pedagogy*, 4(4).

SENGE, O.; CAMBRON-McCABE, N.; SMITH, T.L.; DUTTON, J.; KLEINER, A. **Escolas que aprendem**. Artmed e Bookman. Porto Alegre. 2005.

SOUZA, Elmara Pereira de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**. Ano XVII. Volume 17 n.º30 jul/dez. 2020.

SOUSA, A. J. F. P.; AMARAL, S. A. Impacto do compartilhamento da informação e do conhecimento para o desenvolvimento de inovações em grandes organizações. *Pespectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 2, número especial, p. 12-26, 2012.

SPINARDI, J. D.; BOTH, I. J. Blended learning: o ensino híbrido e a avaliação da aprendizagem no ensino superior. *Boletim Técnico do Senac*, [S.L.], v. 44, n. 1, p. 1-12, 27 mar. 2018. *Boletim Técnico do Senac/Senac Journal of Education and Work*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26849/bts.v44i1.648>. Acesso em 10 março, 2023.

TOMAZINHO, P. Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade de a escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. **Rev. Medium**, abril 2020. Disponível em <https://medium.com/@paulotomazinho/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar6667ba55dacc>. Acesso em: 28 maio 2021.

UNESCO. **Manual de Apoio à Aprendizagem Flexível durante a Interrupção do Ensino Regular.** 2020. Disponível em: [https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Documents/Handbook-on-Facilitating-Flexible-Learning-in-COVID-19-versa%CC%83oPortuguesa%20\(6\).pdf](https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Documents/Handbook-on-Facilitating-Flexible-Learning-in-COVID-19-versa%CC%83oPortuguesa%20(6).pdf). Acesso em: julho de 2021.

ZUNGUZE, Manuel Constantino. **Adaptatividade em Apresentações Paralelas Multimídia: Trajetórias de Aprendizagem Temporais.** Tese (Doutorado) --Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias na Educação, Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Porto Alegre, BRRS, 2017.

MindMakers. Práticas pedagógicas: 7 dicas inovadoras para implantar na sua escola. Disponível em: <https://mindmakers.com.br/praticas-pedagogicas/> Acesso em 09 de fevereiro, 2023.

SEED-PR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORMADORES EM AÇÃO 2022. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=99321&evento=13301> Acesso em 09 de agosto, 2022.

Mais sobre Boas Práticas disponíveis no portal do MEC. <
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/boas-praticas>>

APÊNDICE

SEED, Resolução 1.016/2020

4	1 08/Abr/2020 -	no 10665	Diário00FICIAL1) —	Diário Oficial Certificado Digitalmente O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
4			Poder Executivo Estadual	

foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 34/2020 - CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Padre Jorge Scholl — Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Marechal Cândido Rondon, s/n, do Município de Ubatã, NRE de Goioerê.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2110/2012, de 11/04/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4236/2017, de 04/09/2017 e Parecer nº 2524/2017 - CEF/SEED, com vigência até 20/04/2027.

§ 2º A Resolução nº 4116/2006, de 13/09/2006 e o Parecer nº 2159/2006 - CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 1334/2008, de 01/04/2008 e o Parecer nº 171/2008 - CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5790/2013, de 13/12/2013 e Parecer nº 112/2013 — CEE/PR, com vigência até 01/04/2018.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida no período de 02/04/2018 a 01/04/2021.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no 40.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente. Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de março de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 866/2020 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 33/2020 - CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual IV Centenário — Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Raposo Tavares, 440, do Município de Quarto Centenário, NRE de Goioerê.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5013/2012, de 14/08/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5205/2018, de 05/11/2018 e Parecer nº 3857/2018 - CEF/SEED, com vigência até 05/09/2022.

§ 2º A Resolução nº 2788/1994, de 31/05/1994, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 1038/2004, de 17/03/2004 e o Parecer nº 53/2004 - CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2895/2014, de 17/06/2014 e Parecer nº 103/2014 - CEE/PR, com vigência até 17/03/2019.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 18/03/2019 a 17/03/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no 40.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente. Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de março de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 867/2020 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 33/2020 - CEIE, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Moreira Salles — Ensino Fundamental, situada na Avenida João Adamo, 605, do Município de Moreira Sales, NRE de Goioerê.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 7722/2012, de 19/12/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2241/2018, de 17/05/2018 e Parecer nº 1517/2018 - CEF/SEED, com vigência até 17/01/2023.

§ 2º Decreto nº 4561, de 18/01/1978, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 2971/1981, de 11/12/1981, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5536/2013, de 27/11/2013 e Parecer nº 6/2013 — CEE/PR, com vigência até 02/12/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 02/12/2017 a 02/12/2022.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no 40.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente. Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de março de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 868/2020 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 25/2020 - BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Campo Professora Maria Gomes Bizerra — Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Stélio Machado Loureiro, 290, do Município de Ubitatã, NRE de Goioerê.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5027/2012, de 15/08/2012, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4457/2018, de 20/09/2018, com vigência até 31/12/2020.

§ 2º O Ensino Fundamental (anos finais) foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 3246/1981, de 30/12/1981 e reconhecido pela Resolução nº 2037/1987, de 07/05/1987. O último prazo foi renovado pela Resolução nº 3188/2013, de 16/07/2013, com vigência até 04/09/2017.

§ 3º O Ensino Médio foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 09/2004, de 07/01/2004 e reconhecido pela Resolução nº 769/2008, de 28/02/2008. O último prazo foi renovado pela Resolução nº 4368/2013, de 24/09/2013, com vigência até 28/02/2018.

§ 4º A renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) é concedida no período de 05/09/2017, excepcionalmente, até 28/02/2023.

§ 5º A renovação do reconhecimento do Ensino Médio é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 29/02/2018 a 28/02/2023.

§ 6º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

§ 7º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente. Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de março de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

29650/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
RESOLUÇÃO N.º 1.016/2020 - GS/SEED

Súmula: Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19.

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, considerando a Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a Portaria n.º 356, de 11 de março de

2020, o Decreto Estadual n.º 4.320, de 20 de março de 2020, e a Deliberação do Conselho Estadual de Educação n.º 01, de 31 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte — SEED, em caráter excepcional, o regime especial para a oferta de atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em conformidade com o disposto na Deliberação n.º 01/2020 — CEE/PR, exarada em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19.

Parágrafo único. O regime especial previsto no caput deste artigo tem início retroativo a 20 de março de 2020 e será automaticamente finalizado por meio de ato do Governador do Estado do Paraná que determine o encerramento do período de suspensão das aulas presenciais ou por expressa manifestação do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Art. 2º Fica sob a responsabilidade da mantenedora da Rede Pública Estadual de Ensino, a oferta das atividades não presenciais para o Ensino Fundamental — anos finais e Ensino Médio.

Art. 3º As atividades escolares não presenciais são aquelas utilizadas pelo professor da turma ou pelo componente curricular destinadas à interação com o estudante por meio de orientações impressas, estudos dirigidos, quizzes, plataformas virtuais, correio eletrônico, redes sociais, chats, fóruns, diário eletrônico, videoaulas, áudiochamadas, videochamadas e outras semelhantes. Art. 4º As instituições de ensino da Rede Pública Estadual que ofertam Ensino Fundamental — anos finais, Ensino Médio, Educação Especial e conveniadas EJA — Fase I, EJA — Fase II, EJA — Ensino Médio e Profissionalizante, ofertarão atividades escolares no formato não presencial, nos termos da Deliberação n.º 01/2020 — CEE/PR

Art. 5º As instituições de ensino da Rede Pública Estadual que ofertam Ensino Fundamental — anos iniciais deverão manter a suspensão do calendário escolar e propor calendário de reposição, conforme estabelecido na Deliberação n.º 01/2020 — CEE/PR, garantindo o padrão de qualidade do processo de ensino aprendizagem. Art. 6º São atividades escolares não presenciais:

I — as ofertadas pela mantenedora ou pela instituição de ensino, sob responsabilidade do professor da turma ou do componente curricular, de maneira remota e sem a presença do professor e do estudante no mesmo espaço físico; II — metodologias desenvolvidas por meio de recursos tecnológicos, inclusive softwares e hardwares, adotadas pelo professor ou pela instituição de ensino e utilizadas pelos estudantes com material ou equipamento particular, cedido pela instituição de ensino, ou mesmo público;

III — as incluídas no planejamento do professor e contempladas na proposta pedagógica curricular da instituição de ensino;

IV — as submetidas ao controle de frequência e participação do estudante; V — as que integram o processo de avaliação do estudante.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, como mantenedora da Rede Pública Estadual de Ensino, disponibilizará videoaulas gravadas pelos professores da rede utilizando os seguintes meios:

I — TV aberta, com transmissão ininterrupta de todas as disciplinas constantes no currículo de cada ano/série;

II — Aplicativo "Aula Paraná" gratuito para iOS e Android, contendo material das aulas, com possibilidade de interação em tempo real com um ou mais professores da turma na qual o aluno encontra-se regularmente matriculado, mediante sincronia automática via plataformas de gerenciamento de dados.

§ 1º As videoaulas de que trata o caput deste artigo serão disponibilizadas na forma de 5 (cinco) aulas diárias de 45 (quarenta e cinco) a 50 (cinquenta) minutos, de acordo com o currículo da série/ano.

§ 2º As videoaulas serão ministradas por professores da Rede Estadual de Ensino, selecionados por meio de ato específico.

Art. 8º Para a oferta de aulas não presenciais serão disponibilizados aos estudantes e professores três (3) canais abertos com cobertura estadual, contemplando cinco (5) aulas diárias, de quarenta e cinco (45) a cinquenta (50) minutos, replicando a rotina diária de aulas de cada turma no seu contexto escolar, respeitando a distribuição curricular de cada disciplina, dispostas da seguinte forma: I — um canal para as aulas do 8.º e 6.º anos;

II — um canal para oferta das aulas do 9.º e 7.º anos;

III — um canal para o Ensino Médio, guardadas as suas especificidades.

Art. 9º Para garantir maior abrangência das aulas não presenciais, será disponibilizado, sem custo para o usuário, o aplicativo "Aula Paraná" e seus recursos, o qual deverá ser acessado durante o horário de disponibilização das aulas, conforme Anexo I, da seguinte forma:

I — os usuários, professores e estudantes deverão baixar o aplicativo "Aula Paraná", disponível para Android e iOS;

II — para acessar o aplicativo, o aluno deverá utilizar o seu número do CGM (Cadastro Geral de Matrícula) e a senha será a data de nascimento, com os quatro (4) dígitos do ano de nascimento (DDMMAAAA). Caso o estudante não tenha conhecimento do seu número do CGM, deverá entrar em contato com a Coordenação de Atendimento aos Sistemas da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, pelo e-mail, atendimento.sistemas@educacao.pr.gov.br, telefone 08006433340 e whatsapp 41 99119-1694, ou ainda acessar www.aredoaluno.seed.pr.gov.br e clicar em recuperar CGM;

III — para acesso, o professor deverá utilizar o número do RG com a letra p minúsculo no início, seguido do número do RG) e a senha será a mesma utilizada para o acesso ao e-mail Expresso. Caso o professor não tenha conhecimento de usuário e senha do e-mail Expresso, deverá entrar em contato com a CRTE (Coordenação Regional de Tecnologias Educacionais) de seu respectivo Núcleo Regional de Educação.

Art. 10. Serão disponibilizados os serviços Google Classroom e Google Forms, vinculados ao e-mail @Escola, disponível a todos os estudantes e professores da rede estadual de ensino, que consiste em uma sala de aula virtual sincronizada com o aplicativo Aula Paraná, permitindo ao professor autonomia em organizar de forma didática os materiais complementares da respectiva disciplina por meio de fóruns, imagens, vídeos, links, quizzes etc.

Art. 11. Para efeito de validação como período letivo, quando da oferta de atividades não presenciais, a instituição de ensino deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da suspensão das aulas presenciais, protocolar requerimento no respectivo Núcleo Regional de Educação endereçado à SEED, contendo:

I — ata de reunião do Conselho Escolar, aprovando a proposta;

II — descrição das atividades não presenciais abordando a metodologia utilizada, com remissão à proposta pedagógica presencial autorizada;

III — demonstração dos recursos tecnológicos utilizados, incluindo softwares e hardwares, se for o caso, para o acesso dos estudantes e desenvolvimento das atividades;

IV — demonstração do sistema remoto de validação de frequência ou participação dos estudantes nas atividades realizadas;

V — demonstração da metodologia remota de aproveitamento da oferta por meio das atividades escolares não presenciais realizadas; VI — data de início e término das atividades não presenciais.

Art. 12. São atribuições da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte: 1 elaborar documentos normativos referentes à implementação das aulas não presenciais;

II — publicar as normativas;

- III — orientar as instituições de ensino quanto aos procedimentos referentes às aulas não presenciais;
 IV — acompanhar amplamente o processo de implementação, garantindo que a carga horária a ser disponibilizada esteja em conformidade e com a carga horária do ensino presencial, observando a sincronia entre os recursos do aplicativo e o Livro Registro de Classe Online (LRCO), Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e demais sistemas e plataformas que fazem a gestão dos sistemas e garantem

Diário Oficial Certificado Digitalmente
 O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da
 garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado
 através do site <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>

Diário OFICIAL 1) —
 Poder Executivo Estadual

4ª feira 1 08/Abr/2020 - Edição 106 65 4 5

informações dos programas;

- V — dar suporte aos Núcleos Regionais de Educação (NRE) na mediação durante o processo de implementação das aulas não presenciais;
 VI — receber, analisar e emitir o ato de validação da oferta das aulas não presenciais, de acordo com a Deliberação n.º 01/2020 - CEE/PR*,
 VII — assegurar o cumprimento do Disposto na Deliberação n.º 01/2020 — CEE/ PR, com vistas à garantia da oferta de educação com qualidade e equidade.

Art. 13. São atribuições dos Núcleos Regionais de Educação:

- I — publicar todas as informações, normativas e especificidades do processo de aulas não presenciais;
 II — orientar as instituições de ensino no que concerne à implementação das aulas

não presenciais*,

- III — acompanhar o processo de implementação das aulas não presenciais nas instituições de ensino;
 IV — dar suporte aos profissionais da educação e comunidade escolar, quando necessário;
 V — monitorar a implementação do processo de aulas não presenciais e emitir parecer técnico para embasar a emissão do ato de validação da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED)*,
 VI — disponibilizar, ainda que em trabalho remoto, atendimento ao professor que não tenha conhecimento de usuário e senha do e-mail@escola, de forma a garantir que ele possa conectar-se com as aulas não presenciais ofertadas para os seus alunos;
 VII — viabilizar que o estudante tenha conhecimento do seu e-mail @escola caso não possa entrar em contato com a Coordenação de Atendimento aos sistemas da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no e-mail atendimento.sistemas@educacao.pr.gov.br, telefone 08006433340 e whatsapp 41 99119-1694.

Art. 14. São atribuições da Direção da instituição de ensino:

- I — dar publicidade ao processo de implementação das aulas não presenciais à comunidade escolar;
 II — assegurar a garantia do cumprimento das determinações da mantenedora; III — garantir o cumprimento do art. 6.º e seus incisos da Deliberação n.º 01/2020, do Conselho Estadual de Educação, que consiste em:
 a) protocolar no respectivo NRE, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da cessação do regime especial requerimento da oferta de atividades não presenciais contendo: Ata de reunião do Conselho Escolar acerca da proposta; descrição das atividades não presenciais ofertadas com remissão à proposta pedagógica autorizada; demonstração dos recursos utilizados; demonstração da participação dos alunos, frequência; demonstração do aproveitamento das atividades realizadas; data de início e término das atividades não presenciais; IV — viabilizar, quando necessário, acesso do docente aos recursos tecnológicos para o efetivo cumprimento desta Resolução, observando as normas técnicas determinadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, referente à pandemia COVID - 19;
 V — monitorar e garantir a efetividade do processo envolvendo toda comunidade escolar;
 VI — acompanhar a efetiva participação da equipe pedagógica e professores, registrando as ocorrências na frequência no Relatório Mensal de Faltas (RMF), garantindo a presença para o professor que participou do processo de implementação por meio do aplicativo "Aula Paraná" as faltas injustificadas só poderão ser excluídas mediante a comprovação de reposição (carga horária e conteúdo);
 VII — contribuir com os professores, caso seja necessário, no enriquecimento pedagógico das aulas via chat, aplicativo e Google Classroom.

Art. 15. São atribuições da Equipe Pedagógica:

- I — monitorar os acessos dos docentes e estudantes, via Livro Registro de Classe Online (LRCO);
 II — contactar os responsáveis, por meio dos sistemas de gestão online disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte quando os estudantes não acessarem o aplicativo;
 III — informar aos professores a importância da implementação das aulas não presenciais e as ações previstas;
 IV — contribuir com os professores, caso seja necessário, no enriquecimento pedagógico das aulas via chat, aplicativo e classroom;
 V — nos casos em que seja identificado e comprovado que existem estudantes sem acesso aos canais disponibilizados para a efetividade das aulas não presenciais, a equipe pedagógica deverá realizar a impressão dos materiais disponibilizados pela mantenedora, os quais deverão ser entregues aos estudantes quinzenalmente, no momento de entrega do kit de merenda escolar;
 VI — garantir o acesso ao material impresso encaminhado pela mantenedora aos estudantes que não tem acesso aos recursos para aulas não presenciais, a ser entregue pela escola na mesma data da entrega da merenda;
 VII — os alunos que não tem acesso aos recursos para aulas não presenciais receberão as atividades quinzenalmente.
 Parágrafo único. No caso de o pedagogo não acompanhar nenhuma das situações propostas pela mantenedora das aulas não presenciais, terá suas faltas computadas no RMF e apenas serão retiradas quando da efetiva reposição, salvo se estiver de atestado ou licença.

Art. 16. São atribuições do professor:

- I — fazer login no aplicativo "Aula Paraná", conforme Anexo I;
 II — respeitar a oferta diária das aulas para suas turmas, conforme Anexo I; III — participar efetivamente dos chats, estimulando a interação dos estudantes, promovendo a mediação da aprendizagem;
 IV — complementar e fazer o enriquecimento pedagógico das aulas do aplicativo e do Googleclassroom e Google forms por meio de recursos didáticos (imagens, textos, gráficos, entre outros, observando a legislação que trata dos direitos autorais).

Parágrafo único. No caso de o docente não acompanhar nenhuma das situações propostas pela mantenedora das aulas não presenciais e não executar a reposição durante o período do calendário escolar de 2020, este terá suas faltas computadas no RMF, as quais apenas serão retiradas quando da efetiva reposição, salvo se o professor estiver de atestado ou licença.

Art. 17. Os estudantes serão avaliados automaticamente ao realizar as atividades disponíveis no aplicativo "Aula Paraná", Googleclassroom e Google forms, pois os sistemas de gestão estarão sincronizados.

Art. 18. Os estudantes que necessitarem realizar as atividades mediante material impresso, deverão entregar as atividades na data do recebimento do kit de merenda escolar, sendo que estas atividades serão avaliadas após o retorno das aulas presenciais.

Art. 19. A frequência do estudante será registrada mediante login no aplicativo "Aula Paraná", conforme disposição das aulas — Anexo I.

Art. 20. Os estudantes que tiverem acesso apenas pela TV, canal aberto, deverão realizar as atividades e entregá-las na sua respectiva instituição de ensino, no prazo sete dias corridos, após o retorno das aulas presenciais.

Art. 21. A frequência dos professores será registrada mediante login no aplicativo "Aula Paraná", conforme disposição das aulas, Anexo I.

Art. 22. O Conselho Escolar deverá acompanhar, por intermédio de seus membros que estão ligados diretamente à instituição de ensino, a implementação de aula não presencial, garantindo o cumprimento do previsto na Deliberação n.º 01/2020— CEE/PR e na presente Resolução.

Art. 23. Nas modalidades de ensino abaixo elencadas, observar-se-á: I — Educação de Jovens e Adultos — EJA:

a) os estudantes do 1.º e 3.º Semestre do Ensino Fundamental — fase II deverão assistir às aulas no canal referente ao 6.º e 7.º Ano, conforme Anexo I. b) os estudantes do 2.º e 4.º Semestre do Ensino Fundamental — fase II deverão assistir às aulas no canal referente ao 8.º e 9.º Ano, conforme Anexo I.

c) os estudantes do Ensino Médio deverão assistir às aulas no canal referente ao Ensino Médio, conforme Anexo I. II — Educação Profissional:

a) o estudante deverá assistir às aulas referentes às disciplinas que compõe a Base Nacional Comum Curricular, conforme Anexo I;

b) em relação às disciplinas específicas/técnicas, serão repassadas orientações pela mantenedora. III — Educação Integral:

a) o estudante deverá assistir às aulas referentes às disciplinas que compõe a Base Nacional Comum Curricular, conforme Anexo I;

b) em relação às disciplinas específicas/componentes curriculares, aguardar novas orientações da mantenedora.

IV — Educação Especial: Para o Atendimento Educacional Especializado ofertado pelas escolas da Rede Estadual de Ensino no turno e contraturno as orientações serão repassadas posteriormente;

V — as instituições parceiras da SEED com oferta de escolarização e atendimento educacional especializado deverão aguardar orientações de suas mantenedoras;
 VI — Sareh/Cense/Unidade Prisional: em cumprimento às normas técnicas determinadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, referente à pandemia COVID-19, fica determinado que haverá reposição do calendário escolar.

Art. 24. A instituição de ensino que não requerer a validação das atividades escolares não presenciais deverá assegurar aos seus estudantes o cumprimento integral do plano de curso previsto para o período letivo de 2020, nos termos dos arts. 24, 31 e 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 25. Todas as instituições do Sistema Estadual de Ensino do Paraná deverão apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da suspensão das aulas presenciais, proposta de calendário escolar de 2020, devidamente reorganizado, com a garantia do cumprimento do período letivo, de acordo com orientações da SEED.

§ 1.º As instituições que requererem validação da oferta de atividades não presenciais, nos termos desta Resolução deverão encaminhar o calendário reorganizado e os documentos listados no art. 11.

Art. 26. As instituições de ensino que ofertam Educação Infantil, conforme disposto na Deliberação n.º 01/2020 — CEE/PR, deverão manter a suspensão do calendário escolar durante o período de regime especial e propor calendário de reposição.

Art. 27. A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no âmbito da sua atuação, como órgão executivo do Sistema Estadual de Ensino, e visando assegurar o cumprimento da Deliberação n.º 01/2020 — CEE/PR, orienta as instituições de ensino da Rede Municipal e da Rede Privada, nos seguintes termos:

I — que optarem por continuar a oferta de ensino não presencial, deverão no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da suspensão das aulas presenciais, protocolar requerimento no respectivo Núcleo Regional de Educação, endereçado à SEED, contendo os seguintes documentos:

- ata de reunião do Conselho Escolar;
- descrição das atividades não presenciais abordando a metodologia utilizada, com remissão à proposta pedagógica presencial autorizada;
- demonstração dos recursos tecnológicos utilizados, incluindo softwares e hardwares, se for o caso, para o acesso dos estudantes e desenvolvimento das atividades;
- demonstração do sistema remoto de validação de frequência ou participação dos estudantes nas atividades realizadas;
- demonstração da metodologia remota de aproveitamento da oferta por meio das atividades escolares não presenciais realizadas; O data de início e término das atividades não presenciais.

II — que optarem por interromper o calendário escolar para retomada posterior, apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da suspensão das aulas presenciais, proposta de calendário escolar de 2020, devidamente reorganizado, com a garantia do cumprimento do período letivo, nos termos da Deliberação n.º 01/2020 - CEE/PR.

4	4ª feira 1 08/Abr/2020 -	nº 10665	Diário0FICIAL1) —	Diário Oficial Certificado Digitalmente O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
6			Poder Executivo Estadual	

Art. 28. A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, a qualquer tempo, poderá expedir Instruções Normativas Complementares para garantir a efetividade da implantação do regime especial neste ato disciplinado.

Art. 29. Os casos omissos e os recursos referentes a esta Resolução deverão ser protocolados no NRE e encaminhados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Art. 30. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência nos termos do art. 1.º
Curitiba, 3 de abril de 2020.

Renato Feder

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

Republicada por ter saído com incorreções.

ANEXO 1 DA RESOLUÇÃO N.º 1.016/2020 - GS/SEED

GRADE - HORÁRIO CANAL 1

Canal 1 - 8.º ANO

1.ª aula		
2.ª aula		
3.ª aula		
Intervalo 10h45 – 11h05		
4.ª aula		
5.ª aula		

Canal 1 - 6.º ANO

1.ª aula		
2.ª aula		
3.ª aula		
Intervalo 15h130 - 15h150		
4.ª aula		
5.ª aula		

GRADE - HORÁRIO CANAL 2

Canal 2 - 9.º ANO

1.ª aula		
2.ª aula		
3.ª aula		
<i>Intervalo</i> <i>10h45 – 11h05</i>		
4.ª aula		
5.ª aula		

Canal 2- 7.º ANO

1.ª aula		
2.ª aula		
3.ª aula		
Intervalo		
4.ª aula		
5.ª aula		

GRADE - HORÁRIO CANAL 3

Canal 3 - 1.º ANO

1.ª aula		
2.ª aula		
3.ª aula		
Intervalo		
4.ª aula		
5.ª aula		

Canal 3 — 2.º ANO

1.ª aula		
2.ª aula		
3.ª aula		

Intervalo		
4.ª aula		
5.ª aula		

Canal 3 — 3.º ANO

1.ª aula		
2.ª aula		
3.ª aula		
Intervalo		
4.ª aula		
5.ª aula		

29549/2020 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

RESOLUÇÃO N.º 822/2020 - GS/SEED

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais conferidas pela Constituição do Estado do Paraná em seu art. 90, parágrafo único, pela Lei Estadual n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e pelo Decreto Estadual n.º 1.437, de 23 de maio de 2019, considerando a Lei Estadual n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, as Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, a Informação n.º 72/2020 — PRC/PGE, às fls. 216 a 222 do protocolado n.º 13.186.232-6, e acatando na íntegra o Relatório da Comissão Permanente de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade, às folhas 206 a 215 do citado protocolado, Autos n.º 107/2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Aplicar à empresa COMEPAR COMERCIAL MERCANTIL EIRELI - ME, CNPJ n.º 00.109.746/0001-38, a penalidade de ADVERTÊNCIA, em razão da comprovação de inércia na entrega dos documentos na fase de habilitação no Pregão Eletrônico n.º 90/2013 — SEED, com fundamento no disposto no art. 7.º, parte final, da Lei Federal n.º 10.520/2002, artigo 150, inciso I, e artigo 151 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de março de 2020.

Renato Feder

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

29467/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

RESOLUÇÃO N.º 838/2020 - GS/SEED

Instaura Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade em face da empresa Sul Licitacoes Ltda. - ME, em Contrato Administrativo celebrado com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte — SEED.

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e pelo Decreto n.º 1.437, de 23 de maio de 2019, e considerando:

I — o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil em seus artigos 5.º, inciso LV, e 37, caput, e a Constituição do Estado do Paraná nos seus artigos 1.º, inciso I, 12, inciso I, e 27, caput;

II — as Leis Federais n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;

III — o que dispõem as Leis Estaduais n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, e o Decreto Estadual n.º 4.993, de 31 de setembro de 2016;

IV — as evidências de possíveis irregularidades, relatadas no protocolado n.º 12.174.4333, ocorridas na execução do Contrato n.º 622/2014 — GAS/SEED, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 28/2014 - SEED - Lote 05,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário OFICIAL 1) —

Poder Executivo Estadual

4ª feira 108/Abr/2020 - Edição

106
654
7

Art. 1.º Com fundamento na autorização governamental, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 10148, de 14/03/2018, e nas leis acima citadas, INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE em face da empresa Sul Licitacoes Ltda. — ME, CNPJ n.º 18.017.034/0001-54, com sede à Rua Emiliano Pernet, n.º 390, sala 1408, Centro, município de Curitiba/PR.

Art. 2.º Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade - CPPAAR/SEED a INSTRUÇÃO do Processo Administrativo para apuração de possível infração administrativa e eventual responsabilidade da empresa citada no Art. 1.º desta Resolução, a qual ficará sujeita à aplicação das penalidades

previstas na Cláusula Décima Quarta do contrato, nos artigos 150 e 158 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, no artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/2002, e, subsidiariamente, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/1993, diante dos indícios de que teria descumprido cláusula contratual, caracterizando inexecução total do Contrato n.º 622/2014 — GAS/SEED — Objeto: Lote 5 — Item I — Micromotor elétrico de bancada para prótese, conforme especificações do anexo I do edital — marca/modelo: marathon/ECO 1000 — quantidade 03; Item 2 — Motor para polimento, 02 velocidades, conforme especificações do anexo I do edital — marca/modelo: OGP/2V — quantidade: 03; Item 3 — Motores de Bancada: Rotação de 45.000rpm, conforme especificações do anexo I do edital — marca/modelo: marathon/N7R Power quantidade: 03, no valor total de 19.665,00.

Art. 3.º A Comissão será composta pelas servidoras Diomara de Lima, RG n.º 4.232.535-0, Presidente; Genice Bratti, RG n.º 5.358.068-8, Membro Secretária; Miriam Cordeiro Mendonça, RG n.º 3.325.448-2, Membro; e Andréia Ferrari dos Santos Gomes, RG n.º 6.360.538-7, Membro Suplente.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de março de 2020.

Renato Feder
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

29469/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE RESOLUÇÃO N.º 839/2020 - GS/SEED

Autoriza a instauração de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade em relação à empresa Construtora Blue Box Ltda. — EPP, em Contrato Administrativo celebrado com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte — SEED.

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e pelo Decreto n.º 1.437, de 23 de maio de 2019, e considerando:

I — o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil em seus artigos 5.º, inciso LV, e 37, caput, e a Constituição do Estado do Paraná nos seus artigos 1.º, inciso I, 12, inciso I, e 27, caput;

II — as Leis Federais n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;

III — o que dispõem as Leis Estaduais n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, e o Decreto Estadual n.º 4.993, de 31 de setembro de 2016;

IV — as evidências de possíveis irregularidades, relatadas no protocolado n.º 10.620.8204, ocorridas na execução do Contrato n.º 0222/2013 — GAS/SEED, oriundo do procedimento licitatório Concorrência Pública n.º 026/2012 — SEED/SUDE, RESOLVE:

Art. 1.º Com fundamento na autorização governamental, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 10340, de 21/12/2018, e nas leis acima citadas, INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE em face da empresa Construtora Blue Box Ltda. — EPP, CNPJ n.º 03.041.754/000188, localizada na Rodovia PR 3 17, Chácara 141, Zona Rural, município de Santa Helena/PR.

Art. 2.º Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade - CPPAAR/SEED a INSTRUÇÃO do Processo Administrativo para apuração de possível infração administrativa e eventual responsabilidade da empresa citada no Alt. 1.º desta Resolução, a qual ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Oitava do contrato, bem como nos artigos 150 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07, diante dos indícios de que teria descumprido cláusula contratual, caracterizando inexecução parcial do Contrato n.º 0222/2013 — GAS/SEED — Objeto: execução de reparos e ampliação do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela, sito à Rua Maceió, 201, Jardim América, município de Assis Chateaubriand/PR, por supostamente ter executado o percentual de 91,90% do contrato.

Art. 3.º A Comissão será composta pelas servidoras Andréia Ferrari dos Santos Gomes, RG n.º 6.360.538-7, Presidente; Diomara de Lima, RG n.º 4.232.535-0 Membro Secretária; Miriam Cordeiro Mendonça, RG n.º 3.325.448-2, Membro; e Genice Bratti, RG n.º 5.358.068-8, Membro Suplente.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Curitiba, 13 de março de 2020.

Renato Feder
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

29472/2020

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 0080/2020

O Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional — FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 0095/2019 e, nos termos da Lei n.º 15.608/2007, RESOLVE: Designar como GESTOR(A) do Termo de Convênio n.º 001/2020, entre o Instituto FUNDEPAR e o Município de Jandaia do Sul, o(a) servidor(a) MARIN SCORISSA DE MOURA, CPF n.º 882.471.719-53 e suplente, o(a) servidor(a) CLÁUDIA AKEL, CPF sob o n.º 014.380.589-42. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação. Data da assinatura: 27/02/2020.

29680/2020

PARECER HOMOLOGADO PARCIALMENTE
Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, Pág. 32.
Ver Parecer CNE/CP nº 9/2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Pleno/Conselho Nacional de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.		
COMISSÃO: Luiz Roberto Liza Curi (Presidente), Eduardo Deschamps e Maria Helena Guimarães de Castro (Relatores) e Ivan Cláudio Pereira Siqueira (membro).		
PROCESSO Nº: 23001.000334/2020-21		
PARECER CNE/CP Nº: 5/2020	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 28/4/2020

Documento disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>

PARECER HOMOLOGADO PARCIALMENTE

Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 3/8/2020, Seção 1, Pág. 57. O item 8 deste Parecer foi reexaminado pelo Parecer CNE/CP 16/2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno		UF: DF
ASSUNTO: Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.		
COMISSÃO: Luiz Roberto Liza Curi (Presidente), Maria Helena Guimarães de Castro (Relatora), Eduardo Deschamps (Correlator), Alessio Costa Lima, Antonio Carbonari Netto, Antonio de Araujo Freitas Júnior e Joaquim José Soares Neto (membros).		
PROCESSO Nº: 23001.000334/2020-21		
PARECER CNE/CP Nº: 11/2020	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 7/7/2020

I – RELATÓRIO

1. Introdução

Este Parecer foi organizado em colaboração com o Ministério da Educação (MEC), e contou com a participação de entidades nacionais como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), a FNCEM, o Fórum das Entidades Educacionais (FNE), além da interlocução com especialistas e entidades da sociedade civil.

O processo de oferta educacional, nesses tempos da pandemia COVID-19, transcende decretos e normas que permitem flexibilizar o afastamento social.

A educação de qualidade é um dos pilares da sociedade contemporânea, por isso é assegurada em inúmeros diplomas legais. O direito à educação de qualidade se associa à dignidade do ser humano, um dos pilares da nossa ordem jurídica. O Conselho Nacional de Educação (CNE) repercute os valores constituídos na legislação e nas normas nacionais, daí que o conjunto de recomendações aqui presentes objetivam acima de tudo a preservação da vida, a diminuição das desigualdades e o desenvolvimento de uma sociedade brasileira plural, mas assentada sobre princípios e valores de promoção da cidadania. Como assinala Flávia Piovesan:

[...]

A dignidade da pessoa humana, (...) está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

(PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 4ed. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 54)

No caso da educação nacional, em todos os níveis e modalidades, estados, municípios e federação vêm orientando as redes públicas e as instituições particulares, no sentido de

Maria Helena Guimarães de Castro e outros

Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente

ampliar balizas legais que permitam a flexibilização em torno da adoção da oferta educacional não presencial, de forma a aprimorar medidas de qualidade ao aprendizado, ao tempo em que se amplia, também, a longevidade dessas medidas.

Está claro que, na oportunidade da possibilidade de retorno às atividades escolares presenciais, essas deverão estar repletas de cautelas e cuidados sanitários, mas também atentas aos aspectos pedagógicos. Nos apresenta, também, a possibilidade da continuidade das atividades não presenciais em conjunto com possíveis atividades presenciais, de forma a ampliar ou complementar a perspectiva de aprendizado e a corrigir ou mitigar as dificuldades de acesso à aprendizagem não presencial.

Nesse sentido, esse parecer aborda questões referentes, advindas das autonomias do processo legislativo dos entes educacionais, ou seja, às perspectivas futuras de admissão da possibilidade de atividades escolares presenciais, isso sem, de forma alguma, admitir sua plenitude ou mesmo estimulá-las em relação às autonomias do sistema educacional. Atua, assim, o CNE no âmbito de suas competências, organizando normas e orientações nacionais, na perspectiva da adoção mediada pelas legislações e normas institucionais e dos sistemas educacionais.

O retorno às atividades escolares, quando definido o cronograma de reabertura das escolas no contexto da crise da COVID-19, deverá enfrentar vários desafios. O objetivo deste parecer é, respeitando a autonomia das escolas e dos sistemas de ensino:

1. Apoiar a tomada de decisões para o retorno às aulas presenciais;

2. Oferecer diretrizes que orientem o planejamento dos calendários e dos protocolos específicos dos estabelecimentos de ensino, definidos pelas autoridades locais e regionais;
3. Oferecer sugestões e recomendações de cunho organizacional e pedagógico que podem ser desenvolvidos pelas escolas e sistemas de ensino.

Nos termos definidos pelo Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, recomenda-se que os sistemas e organizações educacionais desenvolvam planos para a continuidade da implementação do calendário escolar de 2020-2021, de forma a retomar gradualmente as atividades presenciais, de acordo com as medidas estabelecidas pelos protocolos e autoridades locais.

Com base em uma breve avaliação das experiências recentes de reabertura das escolas em diferentes países¹, é possível identificar tendências e necessidades a serem priorizadas nos planos de continuidade e implementação do calendário escolar de 2020. O documento ressalta a importância da formulação de planos capazes de oferecer respostas educativas coerentes e efetivas para assegurar o direito de todos à educação, considerando os limites impostos pela atual crise às condições de funcionamento das escolas no Brasil.

As limitações na capacidade de implementar atividades não presenciais ao longo do período de isolamento social poderão afetar de modo desigual as oportunidades de aprendizagem dos alunos. Sabe-se que o tempo investido no aprendizado, ou tempo de aprendizado, é um dos preditores mais confiáveis do processo de aprendizagem, como indicado no Parecer CNE/CP nº 5/2020 do CNE. Sabe-se também que a qualidade da educação em vários países comprovou que escolarização não é o mesmo que aprendizagem.

Nos Estados Unidos da América (EUA), pesquisas documentaram os efeitos da “perda de

1 Ver a respeito:

OCDE 2020; Banco Mundial, 10 de Abril de 2020; Reimers & Schleicher, *Schooling disrupted, schooling rethought*, Maio de 2020; JOHN HOPKINS, School of Education: THE RETURN (MAY 2020). Ver também: Nota Técnica do Todos pela Educação: *O Retorno às Aulas Presenciais no Contexto da Pandemia do Covid-19*; Fundação Roberto Marinho: *Protocolo para a Educação: Projeto Retomada Juntos* (junho 2020); MEC/SEB: *Levantamento Internacional—Abertura de Escolas COVID-19* (junho 2020)

aprendizagem⁶ nas férias de verão” indicando que a interrupção prolongada dos estudos pode causar uma perda dos conhecimentos e habilidades adquiridas. Uma análise das pesquisas sobre o retrocesso cognitivo nas férias de verão nos EUA sugere que os estudantes podem perder o equivalente a um mês de aprendizagem no ano letivo, sendo maior para os estudantes de menor renda⁷.

Além disso, é preciso considerar um conjunto de fatores que podem afetar o processo de aprendizagem remoto no período de isolamento da pandemia, tais como: as diferenças no aprendizado entre os alunos que têm maiores possibilidades de apoio dos pais; as desigualdades entre as diferentes redes e escolas de apoiar remotamente a aprendizagem de seus alunos; as diferenças observadas entre os alunos de uma mesma escola em sua resiliência, motivação e habilidades para aprender de forma autônoma on-line ou off-line; as diferenças entre os sistemas de ensino em sua capacidade de implementar respostas educacionais eficazes; e, as diferenças entre os alunos que têm acesso ou não à internet e/ou aqueles que não têm oportunidades de acesso às atividades síncronas ou assíncronas. Todos esses fatores podem ampliar as desigualdades educacionais existentes. No caso brasileiro, a pandemia surgiu em meio a uma crise de aprendizagem, que poderá ampliar ainda mais as desigualdades existentes. O retorno exigirá grande esforço de readaptação e de aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem.

6 Ver FILMER, Deon et al. *Learning to Realize Education's Promise*. World Bank, 2018.

7 Cooper, H., et al (1996). The effects of summer vacation on achievement test scores: uma revisão narrativa e meta-analítica. *Revisão Educacional* 66 (3): 227-268.

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/00346543066003227>

Um estudo recente da McKinsey⁸ para estimar o impacto potencial do fechamento das escolas de educação básica, identificou três cenários possíveis sobre a eficácia do aprendizado remoto em relação ao ensino presencial tradicional. O estudo salienta que o aprendizado dos alunos do ensino médio durante o fechamento das escolas varia de acordo com três fatores: a qualidade do acesso e da oferta do ensino remoto, o apoio domiciliar e o grau de engajamento do estudante. Os dados indicam que apenas 60% (sessenta por cento) dos estudantes de baixa renda nos EUA estão acessando o ensino remoto on-line. Os estudantes negros e os hispânicos, segundo o estudo, podem apresentar retrocessos cognitivos que variam de 9 (nove) meses a 1 (um) ano de estudo. O estudo leva em conta todos os estados dos EUA, inclusive a situação de 28 (vinte e oito) estados americanos que não obrigam o ensino remoto durante o isolamento social. Estima-se também um aumento de 30% (trinta por cento) a 40% (quarenta por cento) nas taxas de abandono do ensino médio, com base nos estudos dos efeitos do furacão Katrina sobre o aumento da evasão escolar.

O artigo de Alexandre Schneider (Folha de São Paulo, 13 de junho de 2020) cita três estudos importantes sobre o impacto da epidemia da COVID-19 no desempenho dos 55 (cinquenta e cinco) milhões de estudantes americanos. O primeiro deles, do Annenberg Institute da Universidade de Brown, indica que os estudantes norte-americanos devem voltar às escolas em setembro com uma perda de aprendizagem da ordem de 30% (trinta por cento) em leitura e de 50% (cinquenta por cento) em matemática. O segundo, da Universidade de Harvard, avaliou o efeito do uso de um software de matemática antes e depois da pandemia com 800 (oitocentos) mil alunos. De janeiro a abril, o desempenho dos estudantes de baixa renda caiu 50% (cinquenta por cento), enquanto os de estudantes que vivem em comunidades de renda mais alta não tiveram alteração de desempenho. Já em junho, a queda foi de 78% (setenta e oito por cento) para os de baixa renda. O terceiro, da consultoria McKinsey, estimou, em média, a perda de sete meses no aprendizado para estudantes brancos, e de dez para negros e latinos.

Segundo o editorial publicado pela The Lancet Child and Adolescent Health, na edição de 1º de julho de 2020, mais de 1,4 bilhão de crianças em todo o mundo estavam fora da escola em junho e 60% (sessenta por cento) delas não dispunham de recursos para desenvolver atividades pedagógicas remotamente. Artigo⁹ publicado na revista Educational Assessment, Evaluation and Accountability, mostra que 78% (setenta e oito por cento) dos estudantes da Alemanha, Áustria e Suíça avaliam que a falta de acesso ao computador ou notebook pessoal para estudar foi o maior obstáculo que enfrentaram durante o fechamento das escolas.

E no Brasil, quantos alunos da educação básica estão tendo acesso às atividades não presenciais? Quantos têm acesso à Internet e dispõem de computador ou celular para acompanhar atividades online? Quantas escolas e redes de ensino têm condições efetivas de oferecer atividades não presenciais aos estudantes? Quantas famílias têm condições de apoiar as atividades escolares dos seus filhos? Como as escolas poderão enfrentar os desafios das aprendizagens no retorno às aulas? Quais medidas devem ser tomadas para evitar o aumento da repetência e do abandono escolar?

Diante dos desafios da pandemia, é preciso definir diretrizes e medidas sensatas que possam apoiar respostas educacionais eficazes para proteger os direitos de aprendizagem e mitiguem os impactos da pandemia, de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem e a implementação do calendário escolar de 2020-2021.

2. Breve Diagnóstico da Educação Básica no Contexto da Pandemia

8 Mc Kinsey (June 2020): Emma Dorn et alli: *Covid 19 and Student Learning in the United States*.

9 Huber, S.G. e Helm, C. COVID-19 and schooling: evaluation, assessment and accountability in times of crises -reacting quickly to explore key issues for policy, practice and research with the school barometer. *Educational Assessment, Evaluation and Accountability*. P.1-34, 10 junho 2020.

Segundo dados do Censo Escolar de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil tem 47,9 milhões de estudantes na Educação Básica¹⁰ e 8,4 milhões no Ensino Superior, portanto, uma população de 56,3 milhões de estudantes fora das salas de aula desde março de 2020. Deste universo, 51,8 milhões de estudantes estão distribuídos em várias etapas de ensino:

- 9 milhões de estudantes de Educação Infantil¹¹ e 114.851 escolas;
- 15 milhões de estudantes nos Anos Iniciais e 109.644 escolas;
- 11,9 milhões de estudantes nos Anos Finais e 61.765 escolas;
- 7,5 milhões de estudantes no Ensino Médio e 28.860 escolas;
- 8,4 milhões de estudantes no Ensino Superior e 2.537 instituições de ES.

Cerca de 2,2 milhões de docentes atuam na Educação Básica e 384.474 docentes no Ensino Superior.

Um estudo realizado pela FRM¹² identificou os impactos da volta às aulas para os diferentes níveis e etapas da educação básica. O projeto descreve um quadro socioeconômico detalhado dos efeitos associados do retorno às aulas dos estudantes da educação básica. O estudo faz um levantamento das dimensões econômicas e sanitárias da reabertura e seus impactos sobre os transportes públicos, liberação da força de trabalho (professores e pessoal administrativo das escolas), alimentação (restaurantes, lanchonetes, comércio), enfim, um conjunto de fatores que podem aumentar o processo de contaminação. O projeto propõe uma reabertura em três etapas, de forma escalonada por níveis de ensino.

Considerando a quantidade de estudantes matriculados na educação básica, o estudo recomenda um protocolo com prioridade de retorno às crianças de educação infantil e dos anos iniciais, que representam 24 (vinte e quatro) milhões de alunos, 1,5 milhão de professores e envolvem milhões de famílias com rendimento domiciliar per capita de até meio salário mínimo. O retorno dos estudantes mais novos, além de liberar maior número de mão de obra para vários setores da economia formal e informal, tem menor impacto sobre os serviços de transporte, pois as crianças menores residem em geral mais próximas da escola. Outro ponto importante é o menor número de alunos por sala de aula, o que facilita a reorganização da sala de aula e o distanciamento. Em suma, o estudo destaca um conjunto de fatores que contribui para a reativação da economia e garantia da educação das crianças menores que têm mais dificuldade para desenvolver atividades não presenciais de modo autônomo.

Outro estudo, realizado pela Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB),¹³ mostra grande variedade e diversificação das redes de ensino para sua organização interna e disponibilização de conteúdos e atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia. Revela que 82% (oitenta e dois por cento) das redes municipais ofereceram aulas ou conteúdos pedagógicos aos estudantes utilizando diferentes estratégias. Em relação às redes estaduais pesquisadas, todas disseram ofertar algum tipo de conteúdo pedagógico no período de isolamento. A amostra do estudo é formada por 249 (duzentas e quarenta e nove) redes de ensino municipais de todas as regiões do país e abrange apenas 17 (dezessete) redes estaduais.

10 O número total de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, curso técnico concomitante, cursos técnico ubsequente, curso FIC concomitante e educação de jovens e adultos.

11 Na Educação Infantil, 3.755.092 estão matriculados em creche, e 5.217.686 na pré-escola.

12 **Fundação Roberto Marinho**, junho de 2020. Protocolo de volta às Aulas. Projeto Retomada Juntos.

13 **IEDE & Instituto Rui Barbosa**, junho 2020. A Educação Não Pode Esperar.

Em relação à educação infantil, a pesquisa mostra que 41% (quarenta e um por cento) das redes municipais disponibilizam semanalmente conteúdos aos alunos; 31% (trinta e um por cento) quinzenalmente e 28% (vinte e oito por cento) diariamente. Em geral, as redes ofereceram orientações aos pais sobre atividades lúdicas, interações e brincadeiras, alimentação saudável e suporte psicológico.

Nos anos iniciais, 44% (quarenta e quatro por cento) das redes oferecem conteúdos e atividades pedagógicas semanalmente, 27% (vinte e sete por cento) diariamente e 29% (vinte e nove por cento) quinzenalmente. Para os anos finais do ensino fundamental, a mesma tendência se repete, com maior proporção de redes oferecendo atividades diariamente. Em ambos os casos, as redes indicam que 93% (noventa e três por cento) das intervenções pedagógicas implementadas estão embasadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e 87% (oitenta e sete por cento) delas no currículo de referência. Segundo a pesquisa, não há um padrão em relação às atividades oferecidas aos alunos do ensino fundamental. No caso dos anos iniciais, predominam atividades de leitura, escrita, interpretação de texto e operações básicas de matemática. Nos anos finais, as redes priorizam atividades tendo como norte a BNCC e a matriz de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Entre as 17 (dezessete) redes estaduais do ensino médio, participantes da amostra, 33% (trinta e três por cento) asseguram conteúdos aos alunos diariamente; 60% (sessenta por cento) semanalmente e 7% (sete por cento) quinzenalmente. Em todas as redes do ensino médio pesquisadas há videoaulas ofertadas e preparação dos estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A maioria das secretarias afirma ter um bom controle dos estudantes que têm acesso aos conteúdos ofertados. Contudo, o monitoramento limita-se ao recebimento das atividades e não à verificação do aproveitamento dos alunos. Uma das maiores dificuldades diz respeito à formação dos professores para lidar com ferramentas e tecnologias educacionais. De acordo com a pesquisa, apenas 39% (trinta e nove por cento) das redes estão oferecendo formações para as atividades não presenciais. Essa situação reforça os resultados de recente pesquisa do Instituto Península, segundo a qual 83% (oitenta e três por cento) dos professores se sentem despreparados para o ensino virtual e gostariam de receber apoio neste sentido.

A maioria das redes, 84% (oitenta e quatro por cento) declararam que estão se preparando para a volta às aulas, mas salientam a importância de orientações dos órgãos e conselhos de educação para se organizarem melhor. O planejamento da volta às aulas ocorre em três frentes principais: acolhimento; avaliações diagnósticas para identificar os níveis de aprendizagem dos estudantes e, a partir disso, estabelecer intervenções; a reorganização do espaço físico e a adoção das medidas de higiene necessárias para evitar a contaminação da COVID-19. Destaca-se também atenção especial a medidas de combate à evasão, busca ativa de alunos, estratégias de recuperação da aprendizagem. A maior preocupação das redes para a retomada está ligada às condições de saúde e de segurança aos estudantes e profissionais da educação.

Uma pesquisa da Undime e vários parceiros¹⁴ aplicou questionários em 3.978 (três mil novecentos e setenta e oito) redes municipais com o objetivo de subsidiar protocolos de volta às aulas nos municípios. Os respondentes representam 70% (setenta por cento) do total de matrículas das redes municipais do país. Os resultados revelam o seguinte quadro:

- 83% (oitenta e três por cento) dos alunos das redes públicas vivem em famílias vulneráveis com renda per capita de até 1 (um) salário-mínimo;
- 79% (setenta e nove por cento) dos alunos das redes públicas têm acesso à internet, mas 46% (quarenta e seis por cento) acessam apenas por celular e 2/3 dos alunos não têm computador;
- 60% (sessenta por cento) das redes municipais que suspenderam as aulas presenciais estão oferecendo atividades remotas;

14 Undime, Itaú Social, Unicef, Plano CDE e Cieb. *Desafios das Secretarias Municipais de Educação*, maio de 2020.

- 43% (quarenta e três por cento) das redes municipais utilizam materiais impressos nas atividades remotas; 57% (cinquenta e sete por cento) conteúdos digitais e videoaulas gravadas;
- 958 (novecentos e cinquenta e oito) redes municipais têm políticas de monitoramento das atividades remotas e acompanhamento dos alunos; e
- Mais da metade das redes indica que as maiores dificuldades para a implementação das atividades não presenciais são: indefinição das normativas dos respectivos sistemas; dificuldades dos professores em lidar com as tecnologias e falta de equipamentos.

Com o objetivo de identificar se os alunos estão recebendo as atividades de aprendizado remoto e quais as dificuldades encontradas, pesquisa realizada pelo Datafolha¹⁵ entrevistou 1.208 (um mil duzentos e oito) pais ou responsáveis de estudantes das redes públicas municipais e estaduais numa amostra nacional, no final de maio de 2020. Entre os principais resultados, destacam-se:

- 74% (setenta e quatro por cento) dos estudantes participaram de alguma atividade não presencial, chegando a 94% (noventa e quatro por cento) na região Sul e a 52% (cinquenta e dois por cento) no Norte;
- 86% (oitenta e seis por cento) dos estudantes do ensino médio tiveram acesso a atividades remotas; 74% (setenta e quatro por cento) dos alunos nos anos finais e 70% (setenta por cento) nos anos iniciais do ensino fundamental;
- 81% (oitenta e um por cento) dos estudantes da rede estadual receberam algum tipo de material para as atividades em casa, contra 68% (sessenta e oito por cento) da rede municipal;
- 54% (cinquenta e quatro por cento) dos estudantes dos anos iniciais tiveram acesso a atividades via internet; nos anos finais 65% (sessenta e cinco por cento); e, 82% (oitenta e dois por cento) no ensino médio;
- Segundo a percepção dos responsáveis, 82% (oitenta e dois por cento) dos estudantes estão fazendo as atividades escolares enviadas pela escola;
- 47% (quarenta e sete por cento) dos estudantes do ensino fundamental e 69% (sessenta e nove por cento) do ensino médio não receberam orientações das escolas;
- 58% (cinquenta e oito por cento) apontam dificuldade na rotina das atividades em casa;
- 31% (trinta e um por cento) dos responsáveis temem que os estudantes desistam da escola;
- 46% (quarenta e seis por cento) estudam em escolas classificadas nos grupos inferiores de nível socioeconômico (INSE/Inep) e têm menos acesso a atividades não presenciais;
- 70% (setenta por cento) dos responsáveis são mulheres chefes de família; e
- 73% (setenta e três por cento) dos responsáveis têm renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos.

Em suma, os estudos disponíveis sobre a situação recente revelam que a maioria das redes públicas de ensino busca implementar atividades não presenciais alinhadas com as recomendações do Parecer CNE/CP nº 5/2020. Os maiores desafios são: a grande desigualdade no acesso à internet pelos estudantes; as dificuldades dos professores em desenvolver atividades remotas; as desigualdades no índice socioeconômico das escolas que também se revela na desigualdade da sua infraestrutura. Também fica claro que, em geral, as escolas das redes públicas não fazem o monitoramento do aprendizado das atividades não presenciais.

Há ainda uma questão central: as redes públicas estaduais e municipais terão condições de fazer as adaptações necessárias no ambiente escolar para o retorno às aulas.

15 Data folha, Lemann, Itaú Social. Educação não presencial, Onda 1 (Junho de 2020).

Um estudo do Instituto Unibanco¹⁶ estima que para evitar o colapso financeiro das redes públicas de educação básica, serão necessários recursos adicionais da ordem de R\$ 30 bilhões de reais, considerando as despesas previstas para 2020 num quadro de queda da arrecadação e restrição orçamentária, além do aumento das despesas para a adequação das escolas aos protocolos sanitários, aquisição de equipamentos, reformas nos lavatórios, materiais de higiene, ensino remoto, alimentação, compra de infraestrutura tecnológica, patrocínio de pacotes de dados de internet e adicional da folha salarial para garantir aulas de recuperação e a possível abertura das escolas nos finais de semana. Importante destacar que as redes de escolas particulares¹⁷ vêm fazendo adaptações importantes nas suas unidades, apresentam propostas detalhadas de planejamento da volta às aulas, revisão do planejamento curricular e guias de orientação aos responsáveis, alunos, professores e equipes administrativas.

Portanto, a possibilidade da continuidade das atividades remotas com o retorno das aulas presenciais requer grande esforço dos governos para assegurar condições de higiene e segurança nas escolas públicas, o acesso à internet aos estudantes de baixa renda, investimento na infraestrutura das escolas e na formação dos professores para o uso de novas metodologias e de tecnologias. Neste sentido, o auspicioso debate acerca da utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), R\$ 31 (trinta e um) bilhões de reais para garantir internet de alta velocidade a todas as escolas públicas e acesso gratuito à internet pelos alunos mais vulneráveis representa uma grande esperança para todos os estudantes e professores brasileiros.

3. Breve Diagnóstico da Educação Superior no Contexto da Pandemia

A Educação Superior foi alcançada pela pandemia da COVID-19 com os seguintes indicadores de desempenho de expansão, apresentados pelo Censo da Educação Superior do Inep, em 2018:

[...]

8.740.338 matrículas, sendo: 75% em IES particulares e 19,3% em licenciaturas e 2.056.511 em EAD e 58% no turno noturno (68% das matrículas particulares)

8% da matrícula na Região Norte, 8% na Centro oeste e 47% na Sudeste.

3.445.935 ingressantes para 13.529.101 vagas oferecidas em 2018 (25% das vagas ofertadas em 2018 foram ocupadas)

1.373.321 de novos ingressante em EAD (40% do total de ingressantes em 2018)

1.264.288 concluintes

2018 Faculdades, 230 Centros Universitários e 199 Universidades

Direito, Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia acumulam mais de 2.600.000 matrículas

Desistência ou Evasão em 2016 foi indicada em 57% (60% nas particulares, 47% nas Federais, 62% em EAD e 55% em Cursos de Engenharia)

21% da população de 18 a 24 anos frequenta a educação superior e apenas 13, 7% da população entre 55 e 64 anos possui curso superior, uma das menores taxas da América do Sul.

16 Instituto Unibanco e Todos pela Educação. COVID-19-Impacto Fiscal na Educação Básica. Junho de 2020.

17 Protocolos de redes e de escolas privadas descrevem várias adaptações sendo feitas para o retorno às aulas presenciais. Ver protocolos divulgados pela Federação Nacional de Escolas Particulares/Fenep; Associação Brasileira de Escolas Particulares/Abepar; Associação Nacional de Escolas Católicas/ANEC, além de vários protocolos já divulgados de escolas particulares.

Nesse cenário, a educação superior passou, durante a COVID-19, a ser ofertada como não presencial e a distância. Hoje, cerca de 90% (noventa por cento) das matrículas são predominantemente a distância. Uma série de ações regulatórias sustentou essa medida, entre Portarias do MEC e uma Medida Provisória (MP). As Portarias do MEC foram ampliadas em sua abrangência pelo Parecer CNE/CP nº 5/2020, reconhecida pela Portaria nº 544/2020 do Ministério da Educação que substituiu as anteriores relativas a substituição de aulas presenciais por aulas em meio digital. O parecer foi organizado em ampla mobilização com os sistemas de ensino, e a partir de entendimentos, diálogo e cooperação técnica com o Ministério da Educação.

Para fins desta Nota Técnica, nos baseamos fortemente no texto do Parecer CNE/CP nº 5/2020 já homologado, por vezes quase que literalmente.

Em um sentido geral, o parecer aprofunda orientações nacionais e indica algumas normas referentes à condução do processo educacional não presencial, de forma a ampliar as balizas propostas às instituições, redes e sistemas de ensino, sempre de forma limitada à duração da pandemia.

No que diz respeito à educação superior, aspectos referentes ao disposto nas Portarias de nºs 343 e 345, de março de 2020, foram tratados e, de certa forma, estendidos às práticas responsáveis de ofertas de cursos e as atividades e disciplinas a eles referentes, especialmente no que se refere às aulas laboratoriais e atividades práticas, como as complementares, de estágio, dentre outras.

Quanto às atividades práticas, estágios ou extensão, estão vivamente relacionadas ao aprendizado e muitas vezes localizadas nos períodos finais dos cursos. Se o conjunto do aprendizado do curso não permite aulas ou atividades presenciais, seria de se esperar que, aos estudantes em fase de estágio, ou de práticas didáticas, fosse proporcionada, nesse período excepcional da pandemia, uma forma adequada de cumpri-lo.

No caso dos cursos de licenciatura ou formação de professores, as práticas didáticas vão ao encontro de um amplo processo de oferta de aprendizado não presencial à educação básica, principalmente aos anos finais do ensino fundamental e médio. Produz, assim, sentido que estágios vinculados às práticas na escola, em sala de aula, possam ser realizados de forma igualmente virtual ou não presencial, seja a distância, seja por aulas gravadas etc.

Da mesma forma, outros cursos podem, também, especialmente nessa época ou período de afastamento social, ser objetos de práticas ou estágios não presenciais, dependendo do padrão de digitalização, ou de atividades e serviços já operados a distância, com trabalho remoto, laboratórios virtuais, telegestão, atendimento dos clientes a distância, sistemas de entrega eletrônica de documentos, projetos, petições etc.

A substituição da realização das atividades práticas dos estágios de forma presencial para não presencial, com o uso de meios e tecnologias digitais de informação e comunicação, podem estar associadas, inclusive, às atividades de extensão e pesquisa das instituições e dos cursos superiores.

O relevante é que haja a adequada metodologia pedagógica aplicada às atividades práticas, de forma a propiciar o aprendizado de conteúdos concernentes e integradores de competências esperadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos. A proximidade entre objetos de aprendizagem elegidos pelas práticas com as teóricas devem corresponder à construção das competências e facilitar a aplicação interdisciplinar do currículo. As formas não presenciais de aprendizado por meio de práticas e estágios podem ainda conter flexibilidades disponíveis pelos sistemas de tecnologias digitais aplicados, de forma a ampliar o processo de interação com diversos ambientes de trabalho e a troca em diversos níveis, de experiências teórico-práticas compartilhadas.

O processo de oferta não presencial, de atividades ou disciplinas práticas e laboratoriais, mesmo que considerado apenas o período da pandemia, poderá colaborar também para aprofundar o aprendizado digital e a interação virtual com diversos ambientes de trabalho que possuem como requisito práticas e experiências digitais ou de aplicação virtual aos meios de trabalho. Além de viabilizar a realização das atividades práticas dos estágios obrigatórios, garantindo a possibilidade de terminalidade do ensino superior no tempo de integralização do curso para estudantes na fase final do curso, dando a possibilidade, ainda que mediada com alguma reposição, de sua conclusão.

4. Previsão do Parecer e Condições de Obrigações e Abrangências Referentes às Ofertas Não Presenciais de Disciplinas ou Atividades Práticas e Laboratoriais, em Consonância com o Parecer CNE/CP nº 5/2020.

[...]

O processo de ingresso na oferta para atividades práticas não presenciais dependerá de projeto pedagógico curricular específico para as disciplinas ou atividades, informando as metodologias, infraestrutura e meios de interação com as áreas e campos de estágios e os ambientes externos de interação onde se darão as práticas do curso e a capacitação docente, do orientador ou preceptor do estágio em adotar o aprendizado a distancia e tele orientado. Essa documentação, bem como a informação da prática adotada, deverá ser transmitida à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

No âmbito da oferta da educação superior não presencial, deverão ser adotadas e normatizadas, para essa modalidade, atividades referentes às disciplinas práticas, inclusive de laboratório, estágios, ao TCC, avaliação, extensão, atividades complementares, processo seletivo de ingresso, capacitação docente, entre outras.

No exercício de autonomia e responsabilidade na condução de seus projetos acadêmicos, respeitando-se os parâmetros e normas legais estabelecidas, com destaque e em observância ao disposto na Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, as instituições de educação superior podem considerar a utilização da modalidade EaD como alternativa à organização pedagógica e curricular de seus processos de reposição das 800 horas de carga horária a distância e adotar medidas adequadas quanto ao retorno às atividades presenciais para cursos e instituições que não possuíam anteriormente a modalidade EaD.

Essas considerações conduzem as seguintes recomendações à educação superior, contidas no Parecer CNE/CP nº 5/2020, que dizem respeito às atividades remotas, não presenciais ou a distância, referentes às disciplinas ou atividades práticas e laboratoriais:

[...]

- *adotar a substituição de disciplinas presenciais por aulas não presenciais;*
- *adotar a substituição de atividades presenciais relacionadas à avaliação, processo seletivo, TCC e aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias;*
- *regulamentar as atividades complementares, de extensão e o TCC;*
- *organizar o funcionamento de seus laboratórios e atividades preponderantemente práticas em conformidade com a realidade local;*
- *adotar atividades não presenciais de práticas e estágios, especialmente aos cursos de licenciatura e formação de professores, extensíveis aos cursos de ciências sociais aplicadas e, onde couber, de outras áreas, informando e enviando à SERES ou de órgão de regulação do sistema de ensino ao qual a IES está vinculada, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais a distancia;*
- *adotar a oferta na modalidade a distancia ou não presencial, às disciplinas teórico-cognitivas dos cursos da área de saúde, independente do período em que são ofertadas;*

- supervisionar estágios e práticas profissionais na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis;
- definir a realização das avaliações de forma remota;
- adotar regime domiciliar para alunos que testarem positivo ou que sejam do grupo de risco;
- organizar processo de capacitação de docentes para o aprendizado a distância ou não presencial;
- implementar teletrabalho para professores e colaboradores;
- proceder o atendimento ao público dentro das normas de segurança editadas pelas autoridades públicas e com espeque em referências internacionais;
- divulgar a estrutura de seus processos seletivos de forma remota totalmente digital;
- reorganização dos ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis nas IES para atendimento do disposto nos currículos de cada curso;
- realização de atividades on-line síncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- oferta de atividades on-line assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- realização de testes on-line ou por meio de material impresso entregues ao final do período de suspensão das aulas; e
- utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos e projetos.

Para além do disposto no Parecer, consideramos, de forma esquemática, os seguintes pontos, como relevantes às obrigações das IES:

- Identificar espaços de trabalho, de oferta de estágio ou de atividades práticas, que integrem, na organização de suas atividades, práticas a distância, relacionadas, por exemplo, a prestação de serviços, desenvolvimento de projetos técnicos, atendimento aos clientes, entrega de projetos, petições, pareceres ou demais produtos ofertados de formas remota;
- Considerar, para fins de abrangência, as grandes áreas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como integradora dos cursos identificados no parecer, assim indicadas:
 - Área de Ciências Sociais Aplicadas; - Área de Ciências Humanas;
 - Área de Linguística, Letras e Artes;
 - Área de Ciências Exatas e da Terra;
 - Área de Engenharias;
 - Área Multidisciplinar;
 - Área de Ciências da Saúde;
 - Área de Ciências Biológicas; - Área de Ciências Agrárias.

□ Em relação às áreas acima indicadas, considerar as seguintes abrangências:

Área de Ciências da Saúde: com exceção dos Cursos de Medicina, considerar, a partir de critérios técnicos definidos e redigidos pela coordenação do curso, as etapas do estágio possíveis de serem ofertadas a distância, especialmente relacionadas às orientações e interações entre discentes,

preceptores, orientadores e tutores, possíveis de ser fornecidas remotamente com suporte de ambientes virtuais, laboratórios virtuais e interações virtuais com espaços de trabalho reais. As etapas definidas devem ser consideradas em relação às horas e conteúdos de aprendizado declarados pela coordenação do curso e devidamente avaliadas como atividades não presenciais.

Pode-se admitir que estágios em clínicas com atendimento remoto profissional, como psicoterápico, entre outras atividades, poderão ensinar, com os critérios já indicados, estágios remotos às etapas remotas praticadas.

Essas ações deverão ensinar registros em anexo, adequados no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos da área de saúde, quanto à descrição e temporalidade da ação e sua pertinência e justificativa frente a organização do curso.

Cursos de Medicina poderão, em observância ao disposto no item 2.15 do Parecer CNE/CP nº 5/2020: *“adotar a oferta na modalidade a distância ou não presencial, às disciplinas teórico-cognitivas dos cursos da área de Ciências da Saúde, independente do período em que são ofertadas”*.

Cursos de Medicina, em acordo com o disposto acima, do Parecer CNE/CP nº 5/2020, poderão, em relação ao internato, considerar como atividades teórico-cognitivas o máximo de 20% (vinte por cento) de tempo dos 70% (setenta por cento) das horas totais destinadas ao internato, de acordo com o artigo 24, § 6º, da Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014, que institui as DCNs de Medicina:

[...]

§ 6º Os 70% da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% do total por estágio, em cada uma destas áreas.

As demais áreas deverão observar o disposto no Parecer CNE/CP nº 5/2020, devendo, no entanto, acrescentar relatório técnico do coordenador do curso com a justificativa da oferta de estágios, atividades práticas e laboratoriais, considerando as etapas, horas e procedimentos adotados.

As indicações ou novos normativos referidos ao período da pandemia da COVID-19, especialmente por meio do Parecer CNE/CP nº 5/2020, dispõem sobre normas e orientações, estabelecendo, temporariamente, a amplitude da oferta de cursos e atividades não presenciais, bem como as exigências de registro e organização dessas atividades pelas Instituições de Educação Superior (IES), cursos e atividades, junto aos órgãos do Ministério da Educação, para que, nesse âmbito, possa colaborar com as IES no sentido do ordenamento qualitativo da oferta de seus cursos.

5. Algumas Lições da Recente Experiência Internacional

Experiências recentes de países ¹⁸ que passaram pelo fechamento de escolas em razão da COVID-19, indicam que o retorno às atividades presenciais é bastante complexo e requer um planejamento detalhado. Ainda não há estudos para medir o impacto do fechamento provisório das escolas em mais de 190 (cento e noventa) países. No entanto, os efeitos adversos associados à segurança, bem-estar e aprendizagem das crianças estão bem documentados em diferentes estudos (Unesco, Banco Mundial). Há indícios de que as interrupções das aulas presenciais podem ter grave impacto na capacidade de aprendizado futuro das crianças, além de efeitos emocionais e físicos, que

18 WORLD BANK, April 10 2020- *Education Systems Response to Covid-19; Framework for Reopening Schools*, Unicef/Unesco/ Banco Mundial 7 May 2020; John Hopkins University, *THE RETURN-How should Education Leaders prepare for Reentry and Beyond?*, May 2020; American Education Enterprise, *A Blueprint- for- Back- to- School*, May 2020; OCDE, Schleicher, A.; Reimers, F.: *Education and Pos Pandemic*, May 2020.

podem se prolongar por um longo período. Estudos indicam que, quanto mais tempo os estudantes socialmente vulneráveis estiverem fora da escola, maior será o retrocesso nas aprendizagens e maior a probabilidade de aumento do abandono escolar.

A reabertura das escolas, segundo a recente experiência internacional¹⁹, deve ser segura e consistente de acordo com as orientações das autoridades sanitárias locais e das diretrizes definidas pelos sistemas de ensino. Em geral, as experiências internacionais recomendam as seguintes diretrizes:

- Coordenação de ações entre os entes federados, em especial entre o governo central, Estados e Municípios; e, no contexto local, entre o estado e seus municípios para assegurar maior efetividade e segurança do processo;
- Análise criteriosa do contexto local e coordenação de ações intersetoriais envolvendo as áreas de educação, saúde e assistência social para a definição dos protocolos de retorno às aulas;
- Medidas de proteção à comunidade escolar, sobretudo aos alunos, funcionários, professores e suas famílias, a partir de uma avaliação dos benefícios e riscos associados a questões sociais e econômicas no processo de reabertura;
- Prioridade ao acolhimento dos estudantes e cuidados com aspectos sócioemocionais no retorno às atividades presenciais, considerando também os traumas emocionais que podem afetar alunos e educadores durante a crise da pandemia. Atenção especial deve ser dada aos estudantes mais vulneráveis;
- Mapeamento geral da situação local: antes da reabertura, recomenda-se às autoridades educacionais locais a realização de um levantamento dos efeitos da pandemia nas comunidades escolares para identificar casos de estudantes que sofreram perdas familiares; professores e profissionais da educação afetados pela COVID-19;
- Monitoramento: mapeamento das condições de acesso dos alunos às atividades não presenciais e levantamento dos estudantes que não tiveram acesso às atividades e, quando possível, recomenda-se uma avaliação formativa do processo de aprendizagem durante o período de isolamento;
- Comunicação: o planejamento da reabertura deve ser acompanhado por intensa comunicação com as famílias, os alunos, os professores e profissionais de educação, explicando com clareza os critérios adotados no retorno gradual das escolas e os cuidados com as questões de segurança sanitária;
- Investimento nas escolas: as autoridades locais e gestores escolares devem assegurar os investimentos necessários em água, higiene, lavatórios, máscaras etc. É importante considerar a possibilidade de nova onda da pandemia, eventual necessidade de fechamento de escolas e a manutenção das atividades não presenciais;
- Cuidados específicos com a merenda e transporte escolar: considerando o risco potencial de ampliação das possibilidades de contaminação existentes durante a entrega e consumo dos alimentos a serem consumidos e do distanciamento entre estudantes dentro dos ônibus, além da movimentação das crianças e jovens dentro do município. Reorganização da merenda escolar, atenção especial aos talheres, pratos e alimentação;
- Orientações claras e planejamento organizacional adaptativo: a volta às aulas deve ser gradual, por etapas ou níveis. Em geral, as medidas são definidas por meio de protocolos que envolvem questões como distanciamento físico dos estudantes, cuidado com aglomerações, escalonamento de horários de entrada e saída, reorganização do horário de merenda, protocolos de higiene, uso de máscaras, lavagem das mãos com frequência; proteção aos funcionários mais velhos.

¹⁹ Ver também estudo do **MEC/SEB**, realizado por Eduardo Celino e equipe SEB, sobre as principais tendências da experiência internacional.

Intervalos e recreios alternados, atenção ao uso dos banheiros. Recomenda-se janelas e portas abertas na sala de aula e nos espaços coletivos de atividades;

- Etapas e níveis de ensino priorizados na abertura: cabe aos sistemas de ensino, redes e às escolas definir as prioridades das etapas e níveis de ensino priorizados no processo gradual de retorno, bem como planejar a reorganização das turmas. Em geral, as experiências internacionais priorizam o retorno dos alunos de educação infantil, dos anos iniciais e do final do ensino médio no retorno às aulas. Convém ressaltar que em muitos países não há oferta de creche em seus sistemas de ensino. Não há consenso sobre as etapas a serem priorizadas;

- Retorno gradual em geral, prioriza-se o retorno dos alunos menores (educação infantil e anos iniciais)²⁰ devido à falta de maturidade desses alunos para atividades não presenciais e da necessidade de os pais voltarem ao trabalho. Prioridade também aos alunos de final de ciclo (9º Ano e 3º Ano do ensino médio) que precisam concluir a etapa, assim como aos alunos mais vulneráveis, orientação específica aos alunos a partir do 5º ano, que poderão frequentar a escola em dias alternados, por semana, complementados por atividades não presenciais;

- Número limitado de alunos por sala de aula. Redistribuição dos alunos; reorganização dos horários e dias de atendimento aos alunos e às famílias, de acordo com os protocolos locais;

- Organização dos espaços físicos para professores e funcionários das escolas;

- Formação e capacitação de professores e funcionários: é essencial a preparação sócio emocional de todos os professores e funcionários que poderão enfrentar situações excepcionais na atenção aos alunos e respectivas famílias; preparação da equipe para a administração logística da escola; formação de professores alfabetizadores; formação de professores para as atividades não presenciais; uso de métodos inovadores e tecnologias de apoio ao professor;

- Avaliação: planejamento da avaliação formativa e diagnóstica; revisão de critérios de promoção dos estudantes; avaliações para efeito de decisões de final de ciclo; redefinição de critérios de reprovação; atenção às avaliações externas com foco nos conteúdos e objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas escolas;

- Flexibilização Curricular e Acadêmica: revisão do currículo proposto e seleção dos objetivos ou marcos de aprendizagem essenciais previstos para o calendário escolar de 2020-2021; foco nas competências leitora e escritora, raciocínio lógico matemático, comunicação e solução de problemas. Planejar período integral ou carga horária maior para o ano escolar de 2020-2021; planejamento curricular para cumprir objetivos de aprendizagem não oferecidos em 2020.

Segue abaixo quadro apresentado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), com resumo dos modelos de retorno às aulas presenciais identificados na experiência internacional:

Planejamento de Aulas	
Modelos de Retorno:	Ensino e Conteúdos:
☐ intermitente – presencial em alguns dias;	☐ Atenção na seleção de conteúdos e de

²⁰ Estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal *Recomendações aos municípios no planejamento para a retomada no contexto da pandemia de COVID-19, julho de 2020*, apresenta importantes recomendações para o planejamento do retorno às aulas presenciais nas escolas de educação infantil e recomenda que as crianças de zero a 2 anos de idade necessitam de muitos cuidados, sendo importante primeiro o retorno das crianças de 4 e 5 anos, seguidas do retorno gradual das crianças de 3 e 2 anos, e, por último, as de zero a 2 anos.

• alternado – grupos alternando frequência presencial; • excepcional – somente determinados grupos de alunos retornam presencialmente (alunos sem possibilidade de acesso remoto); • integral – retorno de todos os alunos; • virtual – casos em que não é possível o retorno do aluno presencialmente (risco de contaminação, contágio, doença pré-existente); • híbrido – utilização de mais de uma estratégia de retorno.	didáticas adequadas ao contexto de distanciamento social; • Formação e orientação para professores; • Orientação aos pais; • Orientação para elaboração de aulas e atividades: - Presenciais; - On-line.
--	--

6. Diretrizes e Orientações Pedagógicas do Parecer CNE/CP nº 5/2020.

Importante ressaltar que as principais diretrizes e orientações do referido parecer sobre a Reorganização do Calendário Escolar já indicavam medidas importantes para subsidiar o planejamento de volta às aulas, muitas delas alinhadas às recomendações observadas na recente experiência internacional. Além de destacar a autonomia dos entes federados na reorganização dos calendários, o parecer indica aspectos estratégicos a serem observados no processo de reabertura das escolas, como se depreende dos itens aqui reproduzidos.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 5/2020, o item 2.1 Dos Direitos e Objetivos de Aprendizagem, destaca que:

[...]

A principal finalidade do processo educativo é o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino de Educação Básica ou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e currículos dos cursos das instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica.

O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares.

A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em “continuum” o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do art. 23, “caput”, da Lei no. 9.394, de 1996.

Obviamente, isto não pode ser feito para os estudantes que se encontram nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Para esses, serão necessárias medidas específicas relativas ao ano letivo de 2020. As soluções possíveis dependerão das decisões de reorganização dos calendários escolares dos sistemas de ensino e da adequada preparação dos professores.

Mais adiante, o item 2.17 do referido parecer estabelece diretrizes para a reorganização dos calendários escolares, reproduzido a seguir:

[...]

Preliminarmente, deve-se levar em consideração que existem várias implicações para uma norma nacional sobre reorganização do calendário escolar:

- 1. O período de suspensão das aulas é definido por cada ente federado por meio de decretos de cada Estado ou Município. Portanto, pode-se ter situações muito diferentes de reposição em cada parte do Brasil;*
- 2. Qualquer limitação que se fizer no formato da reposição/ajuste dos calendários deve considerar que será aplicada não apenas para as escolas públicas, mas também para as escolas particulares que possuem uma dinâmica completamente diferente;*
- 3. Muitas redes públicas têm encontrado soluções para a situação, ainda que reconhecendo que não são perfeitas. Cabe respeitar o que está acontecendo;*
- 4. Existe um esforço nacional de várias entidades para criar condições de estudo e desenvolvimento de atividades pedagógicas para as crianças ao longo deste período de forma não presencial;*
- 5. A nota de esclarecimento do CNE procura, no limite do possível, indicar que cada sistema deve encontrar a melhor solução para seu caso em particular ao mesmo tempo em que reforça o disposto na lei, decretos e normas existentes e realça que padrões de qualidade devem ser mantidos;*
- 6. Existe, no âmbito de cada Estado, o acompanhamento do Ministério Público para evitar abusos;*
- 7. É importante que as escolas e sistemas de ensino planejem cuidadosamente o retorno às aulas considerando o contexto bastante adverso do período de isolamento social e mantenham um sistema de comunicação permanente com as famílias; e*
- 8. Considerando a probabilidade de que ocorra evasão escolar, que seja realizado um esforço de busca ativa dos estudantes ao fim do período de suspensão das aulas.*

Assim, o CNE reitera que a normatização da reorganização do calendário escolar de todos os níveis e etapas da educação nacional, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB em seus artigos 24 e 31, é função dos currículos e de competência de cada sistema de ensino. Assim também, as Instituições de Educação Superior possuem autonomia para definir seus calendários acadêmicos, desde que respeitada a legislação do ensino superior, como para administrar livremente diversos aspectos da atividade acadêmica. Para tal, as IES guiam-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e por normas estabelecidas em seus regimentos internos ou estatutos, os quais são avaliados pelo Ministério da Educação nos processos avaliativos para fins de credenciamento e reconhecimentos.

Para reorganização do calendário escolar, os sistemas de ensino deverão observar, além do disposto neste parecer, os demais dispositivos legais e normativos relacionados a este tema.

Além disso, o uso de meios digitais por parte das crianças deve observar regulamentação própria da classificação indicativa definida pela justiça brasileira e leis correlatas.

O cumprimento da carga horária mínima prevista poderá ser feita por meio das seguintes alternativas, de forma individual ou conjunta:

1. reposição da carga horária de forma presencial ao final do período de emergência;
2. cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares coordenado com o calendário escolar de aulas presenciais; e

3. cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades.

A reposição de carga horária de forma presencial se dará pela programação de atividades escolares no contraturno ou em datas programadas no calendário original, como dias não letivos, podendo se estender para o ano civil seguinte.

Por atividades pedagógicas não presenciais, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou não, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições para realização de atividades escolares com a presença física de estudantes na unidade educacional da educação básica ou do ensino superior.

Além disso, o CNE orienta que cada sistema de ensino, ao normatizar a reorganização dos calendários escolares para as instituições ou redes de ensino a eles vinculados, deve considerar:

1. Que a reorganização do calendário escolar deve assegurar formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados à BNCC e/ou proposta curricular de cada sistema, rede ou instituição de ensino da educação básica ou superior por todos os estudantes;

2. Que a reorganização do calendário escolar deve levar em consideração a possibilidade de retorno gradual das atividades com presença física dos estudantes e profissionais da educação na unidade de ensino, seguindo orientações das autoridades sanitárias;

3. Que as instituições ou redes de ensino devem destinar, ao final da suspensão das aulas, períodos no calendário escolar para:

a) realizar o acolhimento e reintegração social dos professores, estudantes e suas famílias, como forma de superar os impactos psicológicos do longo período de isolamento social. Sugere-se, aqui, a realização de um amplo programa de formação dos professores para prepará-los para este trabalho de integração. As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido (considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias) bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outros;

b) realizar uma avaliação diagnóstica de cada criança por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e construir um programa de recuperação, caso necessário, para que todas as crianças possam desenvolver, de forma plena, o que é esperado de cada uma ao fim de seu respectivo ano letivo. Os critérios e mecanismos de avaliação diagnóstica deverão ser definidos pelos sistemas de ensino, redes de escolas públicas e particulares, considerando as especificidades do currículo proposto pelas respectivas redes ou escolas;

c) organizar programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas, bem como de eventuais atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial;

d) garantir a segurança sanitária das escolas, reorganizar o espaço físico do ambiente escolar e oferecer orientações permanentes aos alunos quanto aos cuidados a serem tomados nos contatos físicos com os colegas, de acordo com o disposto pelas autoridades sanitárias;

e) garantir a sistematização e registro de todas as atividades pedagógicas não presenciais, durante o tempo de confinamento, para fins de comprovação e autorização de composição de carga horária por meio das entidades competentes;

f) garantir critérios e mecanismos de avaliação ao final do ano letivo de 2020, considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas escolas e redes de ensino, de modo a evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar.

Ao normatizar a reorganização dos calendários escolares para as instituições ou redes de ensino, considerando a reposição de carga horária presencialmente, deve-se considerar a previsão de períodos de intervalos para recuperação física e mental de professores e estudantes, prevendo períodos, ainda que breves, de recesso escolar, férias e fins de semana livres.

Os sistemas de ensino deverão considerar a impossibilidade, em algumas escolas, de realização de atividades presenciais de reposição no contraturno para a reposição de carga horária presencialmente, devendo, para isso, justificar as dificuldades encontradas.

Ao deliberar sobre a possibilidade de realização de atividades pedagógicas não presenciais, para fins de cumprimento de carga horária mínima exigida por lei e reduzir a necessidade de realização de reposição presencial, o sistema de ensino deve observar:

1. o cômputo desta carga horária apenas mediante publicação pela instituição ou rede de ensino do planejamento das atividades pedagógicas não presenciais, indicando:

- os objetivos de aprendizagem da BNCC relacionados ao respectivo currículo e/ou proposta pedagógica que se pretende atingir;
- as formas de interação (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) com o estudante para atingir tais objetivos;
- a estimativa de carga horária equivalente para o atingimento deste objetivo de aprendizagem considerando as formas de interação previstas;
- a forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital durante o período de suspensão das aulas ou ao final, com apresentação digital ou física), relacionadas aos planejamentos de estudo encaminhados pela escola e às habilidades e objetivos de aprendizagem curriculares; e
- as formas de avaliação não presenciais durante situação de emergência ou presencial após o fim da suspensão das aulas.

2. previsão de formas de garantia de atendimento dos objetivos de aprendizagem para estudantes e/ou instituição de ensino que tenham dificuldades de realização de atividades pedagógicas não presenciais;

3. realização, quando possível, de processo de formação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas; e

4. realização de processo de orientação aos pais e estudantes sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas.

Observa-se, portanto, que muitas das recomendações propostas no Parecer CNE/CP nº 5/2020 para o planejamento do retorno às aulas seguem de perto as sugestões das diferentes experiências internacionais mencionadas anteriormente.

7. Recomendações e Orientações Pedagógicas para o Planejamento da Volta às Aulas.

7.1 Recomendações Gerais²¹ para os Sistemas de Ensino:

²¹ Há vários protocolos de volta às aulas já divulgados, a saber: Protocolo do Consed Subsídios para os Protocolos das Redes Municipais, Undime Protocolo de Volta às Aulas da ANEC; protocolos de vários Estados e Municípios; protocolos recomendados por entidades do terceiro setor; protocolos de escolas particulares, entre outros.

Observação dos protocolos sanitários nacional e local. O Ministério da Saúde publicou no Diário Oficial da União (DOU), em 19 de junho, a Portaria nº 1.565, de 18 de junho de 2020, que estabelece as diretrizes gerais e orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada das atividades e o convívio social seguro. A Portaria estabelece que cabe às autoridades locais e aos órgãos de saúde locais decidir, após avaliação do quadro epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde, quanto à retomada das atividades, que deve ocorrer de forma segura, gradativa, planejada, regionalizada, monitorada e dinâmica de forma a preservar a saúde e a vida das pessoas. Os setores das diferentes atividades devem elaborar e divulgar protocolos específicos de acordo com os riscos avaliados para o setor, respeitando as especificidades e características de cada setor e as características locais. O MEC publicou um protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino no dia 1º de julho de 2020, estabelecendo medidas de proteção e prevenção à COVID-19, como instrumento de apoio no retorno gradual das atividades, com manutenção de um ambiente seguro e saudável para alunos, servidores e colaboradores.

Coordenação e cooperação de ações entre os níveis de governo: os governos federal, estaduais e municipais devem apoiar as escolas e redes de ensino assegurando os recursos necessários para o enfrentamento dos efeitos da crise sanitária. A articulação colaborativa entre os entes federados é essencial para a definição das estratégias de ação de forma a garantir às redes públicas condições de adaptação das escolas às determinações dos protocolos sanitários locais e fazer frente às necessidades operacionais impostas pela pandemia.

Estabelecimento de redes colaborativas entre níveis educacionais e entidades públicas e particulares: com o objetivo de desenvolver estratégias curriculares comuns, compartilhamento de infraestrutura, estratégias avaliativas, organização de processos integrados de capacitação e docente e ordenamento de ações e rotinas destinadas ao processo atual e à perspectiva de retorno às atividades pedagógicas ou aulas presenciais. A organização de redes de cooperação deverá proporcionar, também na pós pandemia, um formato contínuo de cooperação entre sistemas, níveis de formação, formação continuada de professores e cooperação curricular.

Coordenação territorial: estados, municípios, sistemas de ensino e escolas devem criar protocolos e regras a serem observadas. Os protocolos do Consed e da Undime recomendam a constituição de comitês estaduais articulados com seus respectivos municípios. A Undime recomenda também a organização, em cada município, de uma Comissão Municipal de gerenciamento da Pandemia e Comissões Escolares. A coordenação territorial de ações intersetoriais de educação, saúde e assistência social é fundamental para assegurar a segurança sanitária e condições adequadas de atendimento, objetivando o retorno gradual.

Estabelecimento do calendário de retorno: autoridades locais e estaduais têm competência e responsabilidade para definir medidas de relaxamento da quarentena. Não há uma solução única. É importante a coordenação de ações nos estados e nos municípios, em base territorial, considerando os diferentes impactos e tendências da pandemia. Cabe a cada estado ou município definir o calendário de retorno, considerando o ritmo e intensidade da pandemia em cada localidade. A cooperação entre os entes federados deve identificar quais os riscos envolvidos na volta às aulas e, quando possível, organizar um mapeamento dos riscos locais e/ou regionais.

Planejamento do calendário de retorno: deve-se considerar também a necessidade de se garantir a saúde do ecossistema educacional do território que envolve não apenas as instituições públicas, mas também instituições privadas de ensino. Como o financiamento destas últimas se dá por meio das mensalidades escolares regidas pelos contratos de prestação de serviços educacionais anuais, um eventual planejamento do calendário de retorno que tenha a previsão do prolongamento de atividades educacionais do ano letivo de 2020 para o ano de 2021, poderá ensejar em desorganização dos contratos e do fluxo financeiro destas instituições acarretando em descontinuidade das atividades de diversas instituições de ensino.

Da mesma forma, deve-se considerar a situação das instituições de educação superior, de ensino técnico e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que possuem seus calendários acadêmicos, via de regra, organizados de forma semestral. Assim, sugere-se uma avaliação da possibilidade de retorno diferenciado para instituições privadas tanto de educação básica como de ensino superior, bem como para instituições públicas e privadas de ensino técnico e de EJA.

Comunicação: é essencial uma ampla divulgação dos calendários, protocolos e esquemas de reabertura. Os sistemas de ensino, redes de ensino e escolas devem preparar informes claros de comunicação permanente com as famílias, estudantes e professores: antes, durante e depois da reabertura. A comunicação permanente com os estudantes, as famílias e profissionais de educação é crucial para o planejamento do calendário escolar de 2020-2021, como também para esclarecer a população acerca dos cuidados sanitários essenciais na prevenção à COVID-19.

Formação e capacitação de professores e funcionários: é essencial a preparação sócio emocional de todos os professores e funcionários que poderão enfrentar situações excepcionais na atenção aos alunos e respectivas famílias, como também a preparação da equipe para a administração logística da escola. A formação de professores alfabetizadores; a formação de professores para as atividades não presenciais; a capacitação de professores para o uso de métodos inovadores e tecnologias de apoio são também ações indispensáveis do replanejamento curricular no contexto pós pandemia.

Acolhimento: a organização do retorno deve dar atenção especial a todos os alunos considerando as questões socioemocionais que podem ter afetado muitos estudantes, famílias e profissionais da escola durante o isolamento. É importante fortalecer os vínculos socioafetivos entre estudantes, professores e comunidade; preparar as equipes escolares para o pós pandemia; e, estimular o engajamento das famílias para que participem da trajetória do aprendizado dos estudantes. O diálogo com os estudantes e suas respectivas famílias e a troca de experiências entre os professores a respeito de boas práticas de atividades não presenciais são essenciais na retomada.

Planejamento das atividades de recuperação dos alunos: as escolas deverão encontrar maneiras de atender as necessidades de todos os estudantes. Os planos das redes de ensino e escolas deverão definir diferentes estratégias para atender as diferentes necessidades dos alunos, mediante a aplicação de avaliações diagnósticas que subsidiem o trabalho dos professores. As redes de ensino e escolas poderão utilizar estratégias não presenciais para a reposição a recuperação da aprendizagem em complementação às atividades presenciais de acompanhamento dos alunos. Importante lembrar que a aprendizagem não acontece somente dentro do ambiente escolar²². Aprender a gerenciar vários espaços e a integrá-los de forma aberta, equilibrada e inovadora é essencial. As atividades remotas e o acompanhamento das práticas, dos projetos e das experiências, que ligam o estudante ao mundo que o cerca, podem integrar a carga horária dos diferentes componentes curriculares, flexibilizando o tempo de presença em sala de aula e incrementando outros tempos de aprendizagem.

Flexibilização acadêmica: a flexibilização curricular deverá considerar a possibilidade de planejar um *continuum* curricular de 2020-2021, quando não for possível cumprir os objetivos de aprendizagem previstos no calendário escolar de 2020, como indicado no Parecer CNE/CP nº 5/2020. É importante que o replanejamento curricular do calendário de 2020 considere as competências da BNCC e selecione os objetivos de aprendizagem mais essenciais relacionados às propostas curriculares das redes e escolas e, no caso de opção para continuidade de 2020-2021, as instituições deverão definir o planejamento de 2021 incluindo os objetivos de aprendizagem não cumpridos no ano anterior. Recomenda-se também a flexibilização dos materiais e recursos pedagógicos; ênfase no ensino híbrido e o aprendizado com base em competências de acordo com as indicações da BNCC.

Coordenação do Calendário de 2020-2021: é importante prever a possibilidade de antecipar o início do ano letivo de 2021 para assegurar o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem que porventura não tenham sido cumpridos no ano de 2020, de forma a garantir as aprendizagens futuras,

22 José Moran. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Papyrus, 21ª. Ed, 2013, p.27-29.

o pleno desenvolvimento das competências e habilidades da BNCC e a formação integral de todos os estudantes. Isso significa a possibilidade de ampliação dos dias letivos do calendário escolar de 2021, tal como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a BNCC, por meio da antecipação do início do ano letivo, ampliação da carga horária diária como também pela continuidade das atividades remotas em complementação às aulas presenciais. Os debates sobre a MP nº 934 no Congresso Nacional discutem também a possibilidade de que a integralização da carga horária mínima do ano letivo de 2020 possa ser feita em 2021, inclusive por meio da adoção de um *continuum* de duas séries ou anos escolares. Importante ressaltar a não obrigatoriedade de um contínuo curricular de 2020-2021. Trata-se de uma sugestão de reorganização do calendário, a depender das condições de cumprimento do calendário de 2020 de cada sistema, rede, escola pública ou particular.

Flexibilização regulatória: um dos pontos mais importantes para a reorganização dos calendários escolares e replanejamento curricular de 2020-2021 é a revisão dos critérios adotados nos processos de avaliação com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar. O CNE reconhece que as decisões acerca dos critérios de promoção são de exclusiva competência dos sistemas de ensino, das redes e de instituições, no âmbito da autonomia respectiva, responsáveis pela aplicação do processo avaliativo. No entanto, recomenda fortemente adoção de medidas que minimizem a evasão e a retenção escolar neste ano de 2020. Os estudantes não podem ser mais penalizados ainda no pós pandemia.

Flexibilização da frequência escolar presencial: recomenda-se a possibilidade de opção das famílias pela continuidade das atividades não presenciais nos domicílios em situações específicas, como existência de comorbidade entre os membros da família ou outras situações particulares, que deverão ser avaliadas pelos sistemas de ensino e escolas.

7.2 Monitoramento, Avaliação e Estratégias de Recuperação

Monitoramento: durante o período de isolamento e fechamento das escolas, a direção da escola ou rede de ensino deve verificar se as atividades não presenciais foram recebidas, se os alunos estão ou não acompanhando as atividades propostas, identificar as dificuldades encontradas. O ideal é fazer um mapeamento das condições de acesso dos alunos às atividades não presenciais a partir do segundo ano do ensino fundamental. Caso os alunos não tenham condições de serem monitorados durante o período de isolamento, sugere-se que as escolas façam um levantamento da situação no retorno às aulas presenciais e definam estratégias de recuperação da aprendizagem com base na avaliação de cada caso.

Registro de Atividades Não Presenciais: todas as escolas devem organizar um registro detalhado das atividades desenvolvidas durante o fechamento das escolas; apresentar uma descrição das atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem da BNCC de acordo com a proposta curricular da escola, rede ou sistema de ensino, considerando a equivalência das atividades propostas em relação ao cumprimento dos objetivos propostos no currículo, para cada ano e componente curricular. O registro das atividades não presenciais durante o isolamento é fundamental para a reorganização do calendário e computo da equivalência de horas cumpridas em relação às 800 horas previstas na legislação, quando for o caso, tal como prevê o Parecer CNE/CP nº 5/2020.

Currículos e Marcos de Aprendizagem²³: o Consed está preparando documentos de orientação pedagógica para o retorno às aulas da rede pública, o qual será posteriormente discutido com a Undime, para uma maior participação das equipes das secretarias e parceiros. As propostas destacam

²³ CAED. Propostas e REÚNA, propostas. A proposta do Consed e da Undime em parceria com o CAED e o Reúna inclui diferentes ações: avaliação diagnóstica com aplicação de testes para todos os alunos do 2º.ano até o final do Ensino Médio, com foco em Língua Portuguesa e Matemática segundo os Marcos de Aprendizagem definidos embasados na BNCC; atividades de avaliação formativa; formação de professores; materiais de apoio às escolas. Os documentos são bem detalhados e indicam os Mapas de Foco da Aprendizagem com base na BNCC.

os marcos de aprendizagem na reformulação da proposta pedagógica. As entidades, redes e escolas do setor privado também estão preparando documentos detalhados de replanejamento curricular. Algumas secretarias estaduais já definiram as diretrizes pedagógicas de retorno às aulas, como por exemplo São Paulo; Rio Grande do Sul; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais, entre outras²⁴. A proposição de marcos de aprendizagem e o replanejamento curricular das redes e escolas devem seguir diretrizes de acordo com as suas respectivas propostas curriculares articuladas às competências e objetivos de aprendizagem estabelecidos na BNCC. A criatividade da gestão pedagógica das escolas e das boas práticas docentes são essenciais neste processo.

7.3 Avaliação Diagnóstica e Formativa

A avaliação diagnóstica e formativa dos alunos no retorno às aulas presenciais busca avaliar o que o aluno aprendeu e quais as lacunas de aprendizagem. Recomenda-se que as avaliações sejam realizadas pelas escolas e utilizem questões abertas, além dos testes de múltipla escolha, podendo ocorrer de vários modos:

- Avaliações normalmente aplicadas pelas escolas ao final do bimestre ou trimestre, para identificar as lacunas do aprendizado que orientem o plano de recuperação dos alunos que não atingiram os objetivos propostos por meio das atividades não presenciais no período de isolamento.
- Utilização de portfólio, onde registram-se as evidências de aprendizagem que poderão subsidiar a avaliação formativa, tais como: projetos, pesquisas, atividades em grupo, participação em bandas, corais, peças de teatro, danças, fotografias, filmagem, dentre outras possibilidades;
- Prioridade à avaliação da leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, comunicação e solução de problemas;
- Definição de projetos de pesquisa para um grupo de alunos; avaliação da leitura de livros indicados no período de isolamento;
- Avaliação formativa para identificar quais competências e habilidades foram desenvolvidas pelos alunos durante o período de isolamento, como os alunos lidaram com as atividades não presenciais, quais as dificuldades encontradas;
- Caberá ao professor, com base nas diretrizes e orientações da escola ou rede de ensino, implementar a estratégia de avaliação diagnóstica a ser adotada e alinhada aos objetivos de aprendizagem da BNCC relacionadas ao currículo da escola;
- Recomenda-se que as avaliações diagnósticas externas sejam implementadas somente após o período de acolhimento e da avaliação formativa dos alunos feitas nas escolas no contexto de reorganização das rotinas escolares. Ou seja, avaliações diagnósticas externas devem ser realizadas quando o ambiente escolar estiver adaptado à nova situação pós isolamento. Recomenda-se evitar situações de tensão e stress nos primeiros dias de retorno às aulas presenciais;
- Atenção especial à avaliação formativa e diagnóstica das seguintes etapas: transição dos anos iniciais para os anos finais, na medida em que o sexto ano representa uma transição complexa na vida dos estudantes.

5º e 9º anos: recomenda-se especial atenção aos critérios de promoção do 5º e 9º anos, por meio de avaliações, projetos, provas ou exames que cubram rigorosamente somente os conteúdos e objetivos de aprendizagem que tenham sido efetivamente cumpridos pelas escolas.

²⁴ Plano de Retorno de Aulas, São Paulo; Plano Educacional de Enfrentamento à Covid-19, Mato Grosso do Sul; Indicativos Pedagógicos para a Reabertura das Instituições de Ensino do Rio Grande do Sul; Undime: Subsídios para a Elaboração de Protocolos das Redes Municipais; Consed Diretrizes para protocolo de Retorno às Aulas Presenciais; Minas Gerais: Guia Prático para Professores e Guia de Orientação para os Alunos. ANEC: Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais. Várias redes e escolas do setor privado também já organizaram protocolos específicos abrangendo aspectos de biossegurança sanitária e orientações pedagógicas.

Avaliação da Alfabetização: as crianças dos anos iniciais em processo de alfabetização devem receber uma atenção maior para evitar déficits futuros de aprendizado e garantir o seu desenvolvimento integral. Considerada uma das fases mais delicadas e importantes da vida escolar, a alfabetização depende de um trabalho contínuo de estímulo, análise e conhecimento de quem vai ensinar. É bastante provável que um número significativo de crianças apresente algum tipo de prejuízo acadêmico neste ano de pandemia. O planejamento do ano letivo para a alfabetização presencial obrigou as escolas a se adaptarem emergencialmente para reduzir os danos. Importante destacar as dificuldades da oferta de atividades não presenciais para crianças de 6 (seis) anos frequentando o primeiro ano de alfabetização formal. A BNCC prevê que a alfabetização deve ser consolidada até o final do segundo ano. A Política Nacional de Alfabetização (PNA) do Ministério da Educação indica orientações específicas para a alfabetização e materiais didáticos de apoio. O retorno às aulas deverá prever um processo de adaptação e revisão do currículo de alfabetização, além de uma avaliação diagnóstica cuidadosa para identificar até onde as crianças conseguiram avançar e quais as dificuldades que deverão ser repostas nas aulas presenciais. A avaliação diagnóstica individual das crianças do 1º e 2º anos em fase de alfabetização em leitura, escrita e matemática, devem ser consideradas prioritárias no retorno às aulas presenciais para evitar prejuízos que poderão afetar a vida escolar de toda uma geração.

7.4 Avaliação Somativa

As avaliações somativas internas da escola deverão considerar o currículo efetivamente cumprido no ano de 2020. Recomenda-se evitar avaliações externas para efeito de avaliação do desempenho das redes ou sistemas de ensino em 2020. É importante garantir uma avaliação equilibrada dos estudantes em função das diferentes situações enfrentadas em cada sistema de ensino, assegurando as mesmas oportunidades a todos que participam das avaliações em âmbitos municipal, estadual e nacional.

As avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, considerando o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar. É importante registrar que vários países, entre eles a Itália e vários estados americanos aprovaram leis que impedem a reprovação de alunos no ano de 2020. O maior desafio é evitar o abandono escolar e reconhecer o esforço dos estudantes e equipes escolares para garantir o processo de aprendizagem durante a pandemia, em condições bastante adversas²⁵.

7.5 Exames de final de ano (promoção):

Atenção especial deve ser dada aos estudantes que estão cursando os anos das etapas finais do ensino fundamental e médio. Concluintes do ensino médio, cursando o 3º ano, deverão ter a oportunidade de recuperação necessária para submeter-se a exames que lhes garantam o certificado de conclusão da educação básica, de modo a não serem prejudicados em relação aos seus objetivos futuros de ingresso no mercado de trabalho ou de acesso ao ensino superior.

De outra parte, o projeto de lei de conversão da MP nº 934 prevê a possibilidade de ofertar o 4º ano do ensino médio, de modo a não prejudicar os alunos concluintes e oferecer nova oportunidade de aprendizagem. Alunos cursando as etapas finais do ensino fundamental necessitam de programa específico de recuperação que garanta a conclusão dos anos iniciais e/ou dos anos finais para

25 Documentos da Associação Nacional das Escolas Católicas/ANEC apresentam propostas detalhadas de reorganização curricular prevendo a possibilidade de não reprovar alunos neste ano de 2020. Sugerem a adoção de avaliações formativas e diagnósticas que enfatizem aspectos qualitativos da aprendizagem e fatores socioemocionais. ANEC: Contribuições ao CNE para o Retorno às Aulas, Junho de 2020.

prosseguir nas etapas posteriores. Em geral, alunos do 5º e do 9º anos costumam mudar de escola ou de sistema de ensino, migrando das escolas municipais para as redes estaduais de ensino ou particulares.

A possibilidade de um calendário de 2020-2021 para os alunos em final de ciclo ou etapa de ensino deve ser cuidadosamente avaliada nestes casos. Considerando o cenário educacional do país, o CNE faz a recomendação de que cada instituição ou rede de ensino avalie cuidadosamente os impactos da reprovação dos estudantes ao final do ano letivo de 2020, considerando que muitas das lacunas de aprendizagem que ocorrerão neste ano, em virtude das restrições impostas pela pandemia da COVID-19 no processo educacional, deverão ser recuperadas nos anos seguintes, em particular em 2021.

Por fim, destacam-se as recomendações do item 2.16 do Parecer CNE/CP nº 5/2020:

[...]

2.16 Sobre avaliações e exames no contexto da situação de pandemia - Sugere-se que as avaliações nacionais e estaduais considerem as ações de reorganização dos calendários de cada sistema de ensino para o estabelecimento de seus cronogramas. É importante garantir uma avaliação equilibrada dos estudantes em função das diferentes situações que serão enfrentadas em cada sistema de ensino, assegurando as mesmas oportunidades a todos que participam das avaliações em âmbitos municipal, estadual e nacional. Não obstante, faz-se necessário ressaltar que os ajustes propostos neste parecer não possuem o condão de impedir, inviabilizar ou prejudicar, de qualquer forma ou por qualquer meio, a realização do ENEM. É cediço que o ENEM é uma política pública perene e consolidada, não suscetível a retrocessos ou a incertezas. Ademais, as ações empreendidas no âmbito do ENEM são prerrogativas privativas do Inep, que sob a supervisão do Ministério da Educação, reveste-se na instância competente para executar todas as etapas conexas ao certame, conforme disposto no art. 8º. do Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018. Sugere-se também que os sistemas de ensino desenvolvam instrumentos avaliativos que possam subsidiar o trabalho das escolas e dos professores, tanto no período de realização de atividades pedagógicas não presenciais como no retorno às aulas presenciais, a saber:

- *criar questionário de autoavaliação das atividades ofertadas aos estudantes no período de isolamento;*
- *ofertar, por meio de salas virtuais, um espaço aos estudantes para verificação da aprendizagem de forma discursiva;*
- *elaborar, após o retorno das aulas, uma atividade de sondagem da compreensão dos conteúdos abordados de forma remota;*
- *criar, durante o período de atividades pedagógicas não presenciais, uma lista de exercícios que contemplem os conteúdos principais abordados nas atividades remotas;*
- *utilizar atividades pedagógicas construídas (trilhas, materiais complementares etc.) como instrumentos de avaliação diagnóstica, mediante devolução dos estudantes, por meios virtuais ou após retorno das aulas;*
- *utilizar o acesso às videoaulas como critério avaliativo de participação através dos indicadores gerados pelo relatório de uso;*
- *elaborar uma pesquisa científica sobre um determinado tema com objetivos, hipóteses, metodologias, justificativa, discussão teórica e conclusão;*
- *criar materiais vinculados aos conteúdos estudados: cartilhas, roteiros, história em quadrinhos, mapas mentais, cartazes; e*
- *realizar avaliação oral individual ou em pares acerca de temas estudados previamente.*

8. Orientações para o Atendimento ao Público da Educação Especial:

Compete à área da Educação Especial, especificamente, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), assim, o retorno à escola do público da Educação Especial deve seguir as mesmas orientações gerais, de acordo com o poder regulatório próprio dos sistemas de ensino federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que possuem a liberdade de organização do fazer pedagógico.

Enquanto durar a situação de pandemia, somente deverão retornar às aulas presenciais ou ao atendimento educacional especializado por indicação da equipe técnica da escola, ou quando os riscos de contaminação estiverem em curva descendente. O CNE recomenda que o atendimento educacional especializado aos estudantes de Educação Especial, incluídos aqueles com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, seja oferecido de acordo com as seguintes orientações:

- O atendimento deve ser ofertado, pelos sistemas de ensino, em atividades não presenciais ou presenciais, a partir de uma avaliação do estudante pela equipe técnica da escola. O estudante e suas famílias devem ser contatados para informar as possibilidades de acesso aos meios e tecnologias de informação e comunicação;
- Os professores do Atendimento Educacional Especializado deverão elaborar com apoio da equipe escolar, um Plano de Ensino Individual (PEI), para cada aluno, de acordo com suas singularidades;
- As orientações e atividades não presenciais deverão ocorrer através de ações articuladas entre o professor do AEE e o acompanhante (mediador presencial) no domicílio, ou com o próprio estudante quando possível, por meio de tecnologias de comunicação;
- Deverão ser previstas ações de apoio aos familiares ou mediadores, na realização de atividades remotas, avaliações e acompanhamento;
- Aos professores especializados cabe a promoção de acessibilidade nas atividades, disponibilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os surdos, materiais pedagógicos acessíveis e adequados à interação e comunicação aos alunos com outros impedimentos;
- Aos alunos com altas habilidades e superdotação deve ser garantido acesso ao atendimento educacional especializado, presencial ou não presencial, considerando seu programa de enriquecimento curricular e atividades suplementares.

8.1. Os estudantes da Educação Especial devem ser privados de interações presenciais, considerando questões como:

- Os alunos surdos sinalizantes não podem usar máscaras, pois as expressões faciais são elementos linguísticos da LIBRAS, e os estudantes com deficiência auditiva que se beneficiam de oralidade precisam fazer leitura labial;
- Os estudantes que necessitam do profissional de apoio escolar para alimentação, higiene e locomoção ficam em risco, pela exigência de contato físico direto;
- Os estudantes cegos precisam de contatos diretos para locomoção, seja com pessoas ou objetos como bengalas, corrimões, maçanetas etc.
- Os alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades em atendimento de regras sobre as recomendações de higiene e cuidados gerais para evitar contágio;
- Os estudantes com autismo têm dificuldades nas rotinas e de obediência de regras, tocam sempre olhos e boca, além de exigirem acompanhamentos nas atividades de vida diária;

- Os estudantes com síndromes e/ou os que apresentam disfunções da imunidade, cardiopatias congênitas, doenças respiratórias e outras podem ser suscetíveis a maior risco de contaminação, por isto o contato deverá ser revestido de todos os cuidados possíveis, inclusive com a exigência de equipamentos de proteção individual para ambos;
- Os estudantes com comprometimento na área intelectual podem apresentar dificuldades de compreensão e atendimento das normas e recomendações de afastamento social e prevenção de contaminação, por isto, o contato deverá ser revestido de todos os cuidados possíveis, inclusive com a exigência de equipamentos de proteção individual para ambos;
- Aos estudantes com deficiência física por lesão medular ou encefalopatia crônica como paralisia cerebral, hemiplegias, paraplegias e tetraplegias e outras, e aos que estão suscetíveis à contaminação pelo uso de sondas, bolsas coletoras, fraldas e manuseios físicos para a higiene, alimentação e locomoção, recomenda-se não apenas o uso de equipamento de proteção individual, mas extrema limpeza do ambiente físico.

8.2 Quando determinado no ambiente de cada Sistema, o retorno das atividades escolares presenciais ao atendimento educacional especializado deverá observar:

As orientações de trabalho e atendimento escolar e do Atendimento Educacional Especializado, referentes ao planejamento de aulas, orientações pedagógicas, avaliação e estratégias de recuperação propostas nesse parecer, considerando os direitos dos estudantes da Educação Especial, no que se refere a apoios e suporte diferenciados para que alcancem as expectativas e metas traçadas nos processos de ensino e aprendizagem.

A obediência rígida dos protocolos de higiene, a não permissão de aglomerações, a avaliação das pessoas de atendimento quanto aos sintomas do vírus e manter distanciamentos, promovendo atividades individuais agendadas.

Considerar que estudantes autistas podem ter dificuldades ampliadas no retorno às aulas, dado que lhes é difícil reconhecer, estabelecer e manter os vínculos afetivos anteriormente construídos no contexto da escola. Ademais, devem ser protegidos de hiperestimulação visual ou auditiva e de ambientes desorganizados.

Vale ressaltar que estudante com deficiências e/ou transtorno do espectro autista, por razões supracitadas de maior vulnerabilidade, não devem retornar às aulas presenciais ou Atendimento Educacional Especializado, enquanto perdurarem os riscos de contaminação com o coronavírus.

9. Considerações Finais

As orientações para realização de atividades presenciais e não presenciais no processo de reorganização dos calendários escolares e replanejamento curricular, no contexto atual de pandemia, devem ser consideradas como sugestões aos sistemas de ensino, redes, escolas, professores e gestores em complementação ao Parecer CNE/CP nº 5/2020.

Recomenda-se que as soluções encontradas, no âmbito das autonomias dos estados e municípios, considerem o desenvolvimento das competências e habilidades da BNCC a serem alcançados no replanejamento curricular de 2020-2021, com atenção especial às ações de recuperação das aprendizagens e processos avaliativos que resgatem a confiança dos estudantes no sucesso dos seus percursos escolares futuros.

Cumprir reiterar a importância do regime de colaboração entre os três níveis de governo e entre os estados e seus municípios na definição dos critérios de retorno às atividades presenciais, no momento atual bem como a observância das condições locais da pandemia, que obrigatoriamente nortearão as decisões das autoridades estaduais e municipais quanto à definição do calendário de retorno.

Ao mesmo tempo, cabe reiterar o disposto na LDB, e em diversas normas do CNE, sobre a necessidade de que as soluções encontradas pelos sistemas e redes de ensino sejam também realizadas em regime de colaboração. É desejável grande esforço de todos os atores envolvidos com a educação local e nacional na articulação de ações para mitigar os efeitos da pandemia no processo de aprendizagem, evitando o aumento da reprovação e da evasão que poderão ampliar as desigualdades educacionais existentes.

Cumprir destacar, também, a importância da formação de professores para o uso de novas tecnologias, assim como a necessidade de viabilizar o acesso à internet gratuita para todas as escolas da rede pública de ensino. Não há como negar a importância do acesso às tecnologias existentes como rádio, TV, internet, plataformas e blogs educacionais, para assegurar maior equidade na formação integral de todas as crianças e jovens para o enfrentamento dos desafios do nosso século.

Cumprir reiterar que este parecer deverá ser desdobrado em normas específicas, a serem editadas pelos órgãos normativos de cada sistema de ensino no âmbito de sua autonomia.

II. VOTO DA COMISSÃO

Nos termos deste parecer, a Comissão submete ao Conselho Pleno a aprovação de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais, quando definido o retorno gradual às aulas, de acordo com as autoridades sanitárias locais, em razão da pandemia da COVID-19.

Brasília (DF), 7 de julho de 2020.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi (CES/CNE) – Presidente

Conselheira Maria Helena Guimarães de Castro (CEB/CNE) – Relatora

Conselheiro Eduardo Deschamps (CEB/CNE) – Correlator

Conselheiro Alessio Costa Lima (membro)

Conselheiro Antonio Carbonari Netto (membro)

Conselheiro Antonio de Araujo Freitas Júnior (membro)

Conselheiro Joaquim José Soares Neto (membro)

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova, por unanimidade, o voto da Comissão.
Sala das Sessões, em 7 de julho de 2020.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi – Presidente

Documento disponível em:

< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192>

TABELA 1 - AS REDES SOCIAIS DO NRE MARINGÁ UTILIZADAS NA PESQUISA DE CAMPO

POSTAGENS NAS REDES SOCIAIS DO NRE MARINGÁ UTILIZADAS NA PESQUISA DE CAMPO

01/07/20

Boas Práticas! 🙌🙌

Mesmo a distância, nossos alunos estão tendo a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, por meio da orientação de seus professores. A professora Raquel Pereira Dias da **disciplina de Geografia**, do Colégio Estadual Gastão Vidigal, nas 2^{as} séries I e J, apresentou a ferramenta Google my Maps. Orientou seus alunos pelo mural a explorar a ferramenta com os dados das 20 maiores cidades do mundo (população, densidade, tamanho e curiosidades). Em seguida, elaborou um formulário com os dados apresentados. Uma forma divertida e diferente do aluno estudar, explorar o conteúdo e ampliar seu domínio cultural.

Parabéns professora pelo empenho e dedicação!

[#paranainovador](#) [#seedpr](#) [#Nremaringa](#) [#GestaoEscolar](#)

[remaringa](#)

Boas Práticas - Varal Solidário do Colégio Estadual Vinicius de Moraes

No dia 03/07/2020 houve as entregas de Atividades Pedagógicas no Colégio Estadual Vinicius de Moraes. Neste mesmo dia, foram **entregues as Cestas do Programa** Bolsa Família e houve a participação da Professora Geisa Luz, Coordenadora do projeto Costurando Vidas [#MáscarasQueSavamVidas](#), que tem como objetivo a proteção da vida, por meio da divulgação do uso correto da máscara, com a entrega de 200 máscaras a nossa comunidade. A Professora Mariléia Bonilha, Diretora do Colégio abraçou esse trabalho de solidariedade e ajuda ao próximo e nesse dia com a ajuda dos funcionários e professores da escola, realizou a ação do VARAL SOLIDÁRIO, com a distribuição de peças de roupas para os pais e ou responsáveis. Momento de muita emoção e felicidade por fazer o nosso trabalho e ao mesmo tempo ajudar a comunidade que precisa dessa atenção especial.

15/07/20

[nremaringa](#)

SOCIALIZANDO BOAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPO DE PANDEMIA

O Núcleo Regional de Educação de Maringá, realizou, nesta manhã, 15 de julho, a LIVE “Socializando boas práticas educacionais em tempo de pandemia”, onde as professoras de **Línguas Estrangeiras/CELEM** demonstraram como realizam aulas dinâmicas usando ferramentas que tornam as aulas mais produtivas para os alunos durante esse momento de afastamento social, provando que o professor é e sempre será o Protagonista da Educação.

O chefe do NRE, prof. Luciano Pereira dos Santos, considerou a necessidade do tema como contribuição para as ações nesse tempo de aulas remotas, aproximando os Professores/mestres de seus alunos. Foi destacado o uso de aulas via MEET (Ferramenta da plataforma Google)

Comprovando que o professor estabelece condições favoráveis de ensino na sala de aula. Razão pela qual a adaptação a essa nova realidade tem sido uma experiência muito forte para todos nós.

Nossos agradecimentos às Educadoras que colaboraram com este Projeto e participaram com dinamismo e sublimidade.

Evelyn Romera Canassa – Professora de LEM

Claudia Aparecida Simões – Professora de Língua Italiana - CELEM

Andréa Zingara Miranda – PROFESSORA DE LÍNGUA FRANCESA - CELEM

Paula Adriana de Oliveira Silva - Professora de Língua Espanhola – CELEM

As Interpretes em Libras: Maria Elizabeth Dumont NEGRELLI e Priscila Baena Castillo.

Assista a live no link abaixo ou por meio do QR code disponível na imagem da notícia:

<https://www.youtube.com/watch?v=LocLioHtYVk>

[nremaringa](#) 17/07/20

Boas Práticas!

Na primeira quinzena do mês de julho aconteceu um SEMINÁRIO via Google Meet, desenvolvido pelos alunos do 3º Série A, sob a orientação do Profº Rodolfo Rodrigo Oliveira do Colégio Estadual Márcia Vaz Toste de Abreu do município de São Jorge do Ivaí. O Seminário teve como temática central os "Movimentos sociais no Brasil", tendo em vista o andamento dos direitos adquiridos por meio de uma constante luta por parte de anônimos e personalidades. A realização do trabalho, promovida pela **disciplina de Sociologia**, foi precedida de pesquisa em grupo realizada pelos os alunos no seu ambiente domiciliar. Posteriormente, alunos e professor socializavam os resultados das pesquisas através de mensagens e reuniões virtuais para esclarecimento de dúvidas e organização do seminário. A realização do seminário, consideradas as diversas etapas, permitiu aos alunos, adquirir conhecimento por meio da pesquisa e debate, onde cada um pode explanar o conhecimento adquirido e construir novos conceitos a respeito do tema.

[nremaringa](#)

Boas Práticas!

No dia 16/07/20, na Escola Estadual São Vicente Pallotti de Mandaguari, a Profª Valéria Pinheiro e os alunos da **Sala de Recursos Multifuncional de Altas Habilidades** se caracterizaram para produzir desenhos sobre o tema Diversidade Cultural, com o objetivo de refletir e levantar aspectos e características sobre a cultura caipira, valorizando a mesma.

Parabenizamos a Profª Valéria e os alunos pela atividade significativa que promove o respeito a diversidade.

[#NreMaringa](#) [#Seedpr](#) [#GestãoEscolar](#)

nremaringa

Boas Práticas!

No dia 30 de julho/2020, o Colégio Estadual Vereador Luiz Zanchim promoveu uma atividade de acolhimento e motivação aos alunos. Foi realizada uma palestra via Google Meet pela professora Dr. Verônica Ipólito que abordou o tema: “As cinco maiores pandemias da História: da Peste Negra ao Covid-19”. Houve participação dos alunos, pais, professores, pedagogas e equipe gestora. As estratégias e recursos usados pela professora encantaram todos os participantes. Ela fez uso do Aplicativo Snap Câmera do Google Meet, que chamou muito a atenção de todos. Ela realizou várias demonstrações com o auxílio do aplicativo, inclusive como era o uso da máscara dos médicos da morte, durante a terrível Peste Negra.

Parabéns Professora pelo empenho e dedicação!

[#NreMaringa](#) [#Seedpr](#) [#GestãoEscolar](#) [#AulaParaná](#)**03/08/2020****nremaringa**

Boas Práticas! Buscativa!

UM NOVO MOMENTO, UM NOVO OLHAR

O Colégio Estadual Vinicius de Moraes, por meio da Equipe Gestora, Equipe Pedagógica e Funcionários, sob a gestão da Professora Marciléia Bonilha - Diretora, tem se destacado nas ações para com a comunidade escolar. Sabendo da necessidade em atender todo o alunado e com as dificuldades encontradas para conseguir atingir a totalidade deles, encontrou uma forma bastante inusitada de conseguir atingir o objetivo de “Nenhum aluno a menos” nas buscas ativas dos mesmos. Através do brilhante trabalho e desempenho do Funcionário Nilton Cesar Arantes, que se prontificou a ajudar nessa ação pedagógica e tem se deslocado, com todos os cuidados próprios de precaução, ao endereço dos alunos que não têm conseguido algum tipo de contato e entregue uma carta de Comunicado para os pais ou responsáveis, com a convocação de comparem a escola, para regularizar a vida escolar desses alunos.

Com isso, o Colégio tem recebido um número promissor de responsáveis que vêm e buscam as atividades para seus filhos e são orientados com todas as informações necessárias para o andamento do ano letivo.

Vemos dessa forma que, Novos Momentos necessitam de Novas Ações e um Novo Olhar para que possamos conquistar e atingir todos os nossos objetivos.

nremaringa 14/08/2020

Encontro Virtual

Socialização de Boas Práticas:

Organizado pelo Setor de Tutoria Pedagógica do NRE. O Encontro aconteceu por polos, atingiu um público de mais de 400 profissionais da educação, dentre eles, diretores (as), diretores (as) auxiliares e pedagogos (as). O foco foi apresentar por meio das boas práticas desenvolvidas durante o ensino remoto emergencial, ações vinculadas ao protagonismo juvenil, gestão escolar, ações com o uso de aplicativos e busca priorizando a permanência dos alunos.

Na ocasião o chefe, professor Luciano Pereira, aproveitou para enfatizar que a empatia, a acolhida aos alunos e famílias, a boa organização das ações escolares e a boa comunicação podem facilitar em muito o trabalho, além de evidenciar a escola como um braço do Estado cumprindo efetivamente sua função. Apresentaram as ações realizadas no Polo 01 os seguintes colégios:

Colégio Estadual Presidente Kennedy, Maringá

Colégio Estadual Adaile Maria Leite, Maringá

Colégio Estadual Vinicius de Moraes, Maringá

Colégio Estadual Duque de Caxias, Maringá

21/08/2020

[nremaringa](#)

Ações realizadas pela Equipe Gestora do Colégio Estadual Cora Coralina

A Equipe Gestora do Colégio Estadual Cora Coralina **desenvolve diversas ações com vistas a manter a interação e o atendimento aos alunos nesse momento de ensino remoto:**

- realização de Meets com os alunos, a fim de discutir os conteúdos e sanar as dúvidas com relação as atividades propostas;
- divulgação, nas redes sociais, de mensagens incentivando o acesso aos aplicativos Classroom e Aula Paraná;
- criação de grupos de WhatsApp com cada turma, nas quais os professores e pedagogas orientam, incentivam a participação nesses aplicativos;
- quando necessário, os alunos são atendidos na escola.
- confecção de máscaras e montagem cestas de alimento para os alunos carentes, que não são atendidos pelo programa Bolsa família, com a participação dos professores.

Parabéns a todos pelo empenho e dedicação!

[nremaringa](#) **11/08/2020**

Plataforma Redação Paraná

Na Escola Estadual Honório Fagan de Floráí, a professora Maria Rosangela Ananias tem utilizado a **Plataforma Redação Paraná** como ferramenta de apoio em suas aulas.

Nos sextos anos "Maninha ", como é carinhosamente chamada, propôs um Relato oportunizando ao aluno a exposição dos seus sentimentos, expectativas e esperanças em tempo de pandemia e retorno às aulas.

Parabéns professora e toda a equipe.

[#seedparana](#) [#NREMariné](#)

[nremaringa](#) **08/10/2020**

Boas Práticas!

Colégio Estadual Theobaldo Miranda Santos_ Ensino Fundamental e Médio, do município de Maringá, aproveitou o momento da **entrega das atividades impressas aos pais e responsáveis** para homenagear com muito carinho seus alunos com uma delicada lembrança preparada pela Equipe Pedagógica, em comemoração ao Dia das Crianças.

[#AulaParaná](#) [#NreMaringa](#) [#GovernoPR](#) [#SeedPR](#)

10/10/2020

[nremaringa](#)

Boas práticas!

A Escola Estadual Cecília Meireles do município de Santa Fé, aproveitou o momento de **entrega de atividades impressas e levou o pipoqueiro em comemoração ao Dia das Crianças.**

[#AulaParaná](#) [#NreMaringa](#) [#GovernoPR](#) [#SeedPR](#)

19/10/2020

[nremaringa](#)

Boas Práticas!

Em comemoração à Semana das Crianças, a Professora Raquel Pereira Dias **(Geografia)** e o Professor Maddox Cleberson Diego Gonçalves (Arte) do Colégio Estadual Rodrigues Alves - Maringá, organizaram uma aula virtual intitulada  ArteGeo . O intuito do encontro foi apresentar aos

discentes um espaço virtual, visando e oportunizando uma visita ao Museu Histórico Nacional (<https://artsandculture.google.com/project/museu-nacional-brasil>). Com caráter multidisciplinar e multicultural, os professores dialogaram com os(as) alunos(as) presentes, sendo eles(as) de turmas diversas, mas discentes dos mesmos professores. A aula teve duração de uma hora e trinta minutos, esta ocorreu no Dia do Professor (15) de outubro, no período matutino via videoconferência.

07/11/2020

[nremaringa](#)

Boas Práticas!

O Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha de Marialva, na busca por uma maior adesão dos alunos nas videoaulas, realizou um **trabalho interdisciplinar**, no qual os(as) professores(as): Luciano; Simone; Siulene; Elaine; Fabiana; Sheila e Tânia, das disciplinas de **Arte, História e Inglês** Procuraram por meio de uma data comemorativa diferente da nossa brasileira, o “Halloween”, apresentar de forma lúdica os conteúdos, enriquecendo assim, o processo de ensino e aprendizagem.

07/11/20

[nremaringa](#)

Boas Práticas!

O Colégio Estadual Presidente Kennedy de Maringá com o objetivo de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem e torná-lo muito mais efetivo e prazeroso, está desenvolvendo inúmeras atividades diferenciadas via videoaulas. Esse engajamento não só melhora **a interação entre professores e alunos**, mas também, reforça o vínculo afetivo nesse momento de ensino remoto. Parabéns a toda equipe pelo empenho e dedicação!

[nremaringa](#) 25/11/20

Boas Práticas!

Na Semana em que comemora-se o dia da Consciência Negra , os alunos dos sextos anos, turmas A, B, C e D, do Colégio Estadual Helena Kolody de Sarandi, tiveram uma Aula especial, na **disciplina de Arte**, com a professora Débora Santos.

A aula via webconferência foi dedicada a reflexão sobre a Cultura Negra e Conscientização sobre a importância da data na luta antirracista. A partir do filme “Pantera Negra”, estudou-se a origem dos Panteras Negras e o significado dos punhos fechados e erguidos, símbolo de luta, resistência e solidariedade, aspecto muito difundido nesse ano de 2020, a partir do movimento “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam). Os alunos produziram trabalhos deixando neles suas mensagens de conscientização contra o racismo.

Para conhecer mais trabalhos acesse o link: <https://youtu.be/cQyJ1INuoNM>

Parabéns a professora e alunos pelo trabalho desenvolvido!

07/12/20

[nremaringa](#)

Boas Práticas!

Alunos dos 6º anos do Colégio Estadual Rodrigues Alves de Maringá realizam exercício de escrita durante a pandemia e transformam seus sentimentos em poesia criando uma ferramenta divertida e poderosa para lidar com as emoções em tempo de isolamento social.

Com o objetivo de aliviar as tensões e o distanciamento provocado pela pandemia surgiu a ideia de reunir os alunos dos sextos anos para um exercício de escrita, originalmente inspirado no projeto “Escrita no agora” (<https://noagora.museudalinguaportuguesa.org.br/>) do Museu da Língua Portuguesa. Durante dois meses realizamos semanalmente reuniões virtuais com alunos dos 6º anos A e B do Colégio Estadual Rodrigues Alves, mediadas pelas professoras Daniele Benício, de **Língua Portuguesa** e Raquel

Dias, de Geografia, onde os alunos compartilharam suas emoções, sentimentos e aprenderam a registrá-las. Os encontros resultaram em belíssimos poemas e desenhos que ajudaram os alunos a superar situações difíceis, elevar a autoestima e se perceberem como escritores, lidos e admira dos por seus pares. Para a professora Daniele Benício, a escrita funciona como um espelho onde lemos nossas emoções, aperfeiçoamos nossos sentimentos e realizamos descobertas. A professora Raquel Dias que leciona Geografia e Ensino Religioso para os alunos destas turmas destaca que a parceria estabelecida com a professora de Língua Portuguesa oportunizou o desenvolvimento cognitivo da linguagem escrita e oral tão importante para alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental II, além da interdisciplinaridade.
28/04/21 nremaringa Boas Práticas No Colégio Estadual Márcia Vaz Tostes de Abreu, a Diretora Cecília Alice Ossak e os professores realizam atividades diferenciadas nesse momento de pandemia. Dentre as atividades desenvolvidas destaca-se o trabalho colaborativo entre professores do ensino comum e da Educação especial, como o trabalho de Educação Física desenvolvido pelo professor Orlei Coelho Bosque em colaboração com a Professora de Apoio Educacional Especializado Bianca Bruna Borges Rafalski. O conteúdo trabalhado foi Ginástica de condicionamento físico: flexibilidade e alongamento, tendo como objetivos aumento da resistência, força e massa muscular; flexibilidade; maior mobilidade articular, melhora da coordenação, do ritmo e da memória, entre outros. Como adaptação foi confeccionado um dado, com alguns nomes de atividades, no qual a aluna joga o dado, e realiza a atividade de acordo com o face sorteada. Desse modo, por meio de uma metodologia diferenciada a estudante se sentiu à vontade para participar da atividade e desenvolver suas potencialidades. Evidencia-se que a prática de atividade física é essencial por oportunizar melhor a qualidade de vida e o desenvolvimento integral do estudante com TEA.
Repeti
17/03/21 nremaringa BOAS PRÁTICAS O Colégio Estadual Prof. Benoil Francisco Marques Boska de Ourizona, levando em consideração a necessidade de retomada de conteúdos, e também de acordo com o plano de nivelamento, que está sendo desenvolvido pelos Professores em todas as disciplinas e áreas de estudos, está desenvolvendo, com trabalho firme e forte dos Professores, inúmeras ações pedagógicas que tem por objetivo proporcionar aos alunos grandes conhecimentos, e recuperação de conteúdos básicos e essenciais. Diante desta situação, a Professora Maria de Fátima Baltazar Trevisan, da disciplina de ciências, desenvolveu um belíssimo trabalho com os alunos do sétimo ano B, onde os objetivos foram a compreensão das principais características das células (estrutura) e função, e também do entendimento que a célula é a unidade inicial e fundamental da vida. Os alunos, diante desta situação da pandemia, e com a realização das aulas online, via meets, e também com conhecimentos em gastronomia, produziram e representaram as células e suas especificações, com alimentos preparados pelos mesmos, com apoio dos familiares, estreitando ainda mais os laços de integração escola/família. Foram produzidas guloseimas que lembram as estruturas celulares, e que depois foram saboreadas pelas famílias. A apresentação dos trabalhos foi realizada durante as Meets da Professora, com a explicação dos alunos ao vivo. Excelente trabalho, com alto valor pedagógico. Parabéns à Professora pela iniciativa, e agradecimentos aos alunos e familiares (pais) pelas preparações e responsabilidade.
nremaringa 16/04/21 Boas Práticas Trabalho da disciplina de Inglês, alunos do 6º ano do Colégio Estadual Cívico Militar Duque de Caxias - Maringá. Tema: Gênero textual "Campaign Poster" - produção de cartaz para promover a adoção de animais de estimação de abrigos. Uso da lousa virtual Whiteboard.fi, professora Márcia Alamino C. de Alcântara.

16/04/21

nremaringa

Boas Práticas

Aula prática de Geografia - confecção de uma Bússola - 6ºB/Colégio Estadual Jardim Panorama - Sarandi.

Profª. Juliana Castilho Bueno.

Parabéns a todos pelo empenho e dedicação.

16/04/21

nremaringa

Boas Práticas

No Colégio Estadual Profº. Benoil Francisco Marques Boska de Ourizona, professores realizam trabalhos pedagógicos diferenciados, com os alunos durante as videoconferências, com o objetivo de motivação, retomada de conteúdos e também da apropriação de novos conhecimentos. Neste sentido, o Profº. Rodolfo Rodrigo Oliveira, realizou com os alunos dos sextos anos A e B, na **disciplina de História**, um belíssimo e importante trabalho, sobre "Fontes Históricas/Materiais", com o objetivo de entender o significado de fontes materiais e imateriais, e compreensão da importância dos vestígios históricos que permitem conhecer a história da humanidade e também local, além do resgate de equipamentos e utensílios utilizados no processo de colonização, em especial dos familiares (avós, bisavós). Excelente participação dos alunos e seus familiares na elaboração do trabalho, e ótima orientação do Professor. Parabéns a todos!

20/04/21

nremaringa

BOAS PRÁTICAS

Colégio Estadual Jardim Panorama

Professora Rosinéia

Programa Mais Aprendizagem

Conteúdo: conceitos matemáticos

Recursos tecnológicos: plataforma de aprendizagem Google (Classroom, Google Meet) e plataforma Wordwall de jogos interativos digitais.

11/05/21

nremaringa

Boas Práticas!

No Colégio Estadual Professor Benoil F. M. Boska de Ourizona, a professora Cleia Cristina P. S. Sgobero de **Língua Portuguesa**, ao ministrar nos 8º anos A e B, as aulas 31, 32 e 33 do Aula Paraná, sobre o gênero textual paródia, encerrou o conteúdo com uma proposta de atividade, para que os alunos produzissem uma paródia do poema de Casimiro de Abreu "Meus oito anos".

Nestas duas turmas estão inseridos dois alunos da educação especial um aluno PAEE e uma aluna PAC, sendo assim com a parceria e o trabalho colaborativo das professoras Claudineia Corrêa Pereira (PAEE) e Elis Regina Valensola Picoli(PAC), a professora Cleia adaptou a atividade para esses alunos que por sinal teve um resultado surpreendente.

Vejam o resultado:

02/06/21

nremaringa

Boas Práticas!

Estrutura da Terra

Profª. Eliane Cristina da Silva

Disciplina de Geografia - Instituto de Educação Estadual de Maringá

Parabéns professora pelo trabalho.

#Seedpr #Nremaringa @seedparana @ieem_oficial_2021 @elianee814
02/06/21 nremaringa Boas Práticas No Colégio Estadual Prof Benoil Francisco Marques Boska de Ourizona, alunos do sexto ano turma B, na disciplina de geografia, sob a orientação da Professora Ísis Aparecida Murba Felicidade, e com as aulas sendo desenvolvidas de forma online, realizaram um maravilhoso trabalho com o conteúdo "a formação do planeta terra - teoria do Big Bang", com o objetivo de compreender, analisar e despertar a curiosidade e conhecimento de como foi o processo que originou o universo atual, considerando o fenômeno como uma teoria. Os alunos criaram cartazes, imaginando e descrevendo como teria acontecido o Big Bang, e apresentaram durante os meets.
23/06/21 nremaringa Boas Práticas no Colégio Estadual Santa Maria Goretti com uma aluna surda do 8º B. Os professores Tatiane de Souza Teixeira - disciplina de Matemática e Herculanum Ghirello Pires – disciplina de História em um trabalho colaborativo com a Tradutora/intérprete de Libras Eliane Braga, durante a realização de uma aula remota, via google meet pensaram em uma alternativa para garantirem maior acessibilidade para a aluna surda, pois percebiam a dificuldade que a aluna estava enfrentando para acompanhar as aulas on-line pelo celular em função de ter de escolher entre acompanhar a projeção dos slides ou ver a intérprete sinalizando as explicações dos professores. Com um olhar carinhoso e cheio de empatia, a professora Tatiane pesquisou e encontrou um aplicativo que facilitou o acesso da aluna nas aulas sem ter que escolher entre a intérprete ou os slides. O Aplicativo “On Top Replica”, baixado e rapidamente aplicado pela professora, permite recortar a janela da intérprete de libras e fixá-la nos slides apresentados pela professora. Com isso a aluna visualiza na mesma tela a imagem da professora, os slides e a janela da intérprete. O professor Herculanum Ghirello Pires que ministra a disciplina de História, aprovou a ideia e também está utilizando em suas aulas. Vejam o resultado:
23/06/21 nremaringa O uso do CLASSCRAFT nas aulas de Geografia Durante as aulas de Geografia dos sextos e sétimos anos é aplicado o Classcraft, auxiliando na assimilação dos conteúdos através da gameificação, tendo alcançado resultados satisfatórios. Com a implantação do Classcraft, houve um aumento do número de alunos na participação dos meets não apenas para assistir as aulas, mas com participação efetiva durante a exposição dos conteúdos, pois precisam do conhecimento para conseguir vencer os desafios propostos pelo jogo. Sendo o objetivo assimilar o conteúdo de forma lúdica e, para manter o aluno motivado existem Xps (pontos de experiência), que são obtidos com a conclusão das tarefas ao longo do jogo e com as batalhas. O jogo é constituído por ilhas que apresentam questões sobre o conteúdo trabalhado em sala de aula. O atrativo principal para o aluno é, sem dúvida, o avatar que evolui no decorrer do jogo aprimorando os seus poderes que serão utilizados durante as batalhas, que consistem em confrontar o conhecimento das equipes.
23/06/21 nremaringa Conteúdo trabalhado: Índice de Desenvolvimento Humano Este trabalho, na temática, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi aplicado aos alunos do 2º ano C e L do Ensino Médio na disciplina de Geografia, no C. E. Dr. Gastão Vidigal, sob a mediação da

Professora Raquel Pereira Dias, a partir de uma sugestão pedagógica apresentada no curso de Formadores em Ação. Após apresentação e conceituação do conteúdo, foi solicitado aos alunos que investigassem a temática, problematizando por meio de pesquisa e, logo após, que elaborassem um infográfico como recurso didático com as informações obtidas. Os alunos foram orientados a construí-lo a partir de modelos do site Canva, uma novidade, para eles. E o resultado foi surpreendente, sendo que o material produzido pelos alunos abordou todos os conteúdos problematizados anteriormente. A elaboração e apresentação dessa atividade propiciou aos alunos pensar criticamente analisando os problemas levantados agravados com a pandemia em nosso país como a desigualdade social e econômica, desemprego, educação e expectativa de vida.

23/06/21

nremaringa

Boas Práticas

O Kahoot é uma plataforma de aprendizagem baseada em jogos de múltipla escolha que pode ser usado de modo síncrono e assíncrono nas aulas remotas. No modo assíncrono a professora Luciana Takahashi Hatanaka de Biologia, disponibiliza o jogo como um desafio. O link fica disponível na aba atividades e os alunos tem o prazo de jogarem até o dia da aula. Durante a aula, via Google meet, a professora apresenta o relatório gerado pela plataforma Kahoot para esclarecer as dúvidas e corrigir as questões consideradas mais difíceis. No modo síncrono, os alunos jogam durante a aula e a cada pergunta ela comenta as respostas e esclarece as dúvidas.

Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – EFMP

Disciplina Biologia

Professora Luciana Takahashi Hatanaka

SÉRIE: 2º Ano do Ensino Médio

25/06/21

nremaringa

Boas Práticas!

Aula de Ciências teórico-prático, relacionada às misturas homogêneas e heterogêneas. Alunos do colégio Maluf do 6º anos, participaram da aula prática via google meet e realizaram seus experimentos em casa. Os alunos identificaram, classificaram e nomearam às substâncias em homogêneas e heterogêneas - bifásicas, trifásicas e polifásicas.

#Nremaringa #seedparana

28/06/21

nremaringa

Boas Práticas

Folheto Turístico desenvolvido pelos alunos dos 1ºs A, B, C, L e M - referência a aula 43 - SEED - na **aula de português** pela Professora Viviane Seyr Garcia.

Lugares que eles gostariam de conhecer- mantendo o padrão de título, frase apelativa e fotos. Usado programa Canva entre outros. Trabalho muito bem aceito pelos alunos, que se empenharam na confecções, soltando a imaginação e sonhos.

#NreMaringa #seedparana

29/06/21

nremaringa

Boas Práticas

O Colégio Estadual Monteiro Lobato – Município de Floresta, em parceria com a Instituição de Ensino Superior IAP (Instituto Adventista Paranaense), realizou um **PROJETO DE EMPREENDEDORISMO**, com vistas à valorização e crescimento pessoal/profissional e incentivo à ação empreendedora de cada estudante.

O projeto é direcionado aos alunos do Ensino Médio. Essa ação vem de encontro ao objetivo principal da instituição, que é a aprendizagem dos alunos.
nremaringa Na tarde do dia 29/06/2021 os alunos da Sala de Altas Habilidades do Colégio Estadual José Luiz Gori de Mandaguari foram convidados pela secretária de Educação do município, Selma Bertoline, para fazer a abertura do curso: "Diálogos: Capacitando Gestores Educacionais em meio aos desafios da Atualidade". O evento ocorreu no Anfiteatro Waldemar Vasques Rodrigues, no Módulo Cultural Participaram do evento os alunos: Rafael Guimarães Pinheiro, Júlia Mariane Borges de Andrade, Filipe Miranda Jitiako, Júlia Roberta Soares Lima e Natália Gabriela Barbosa de Paula.
07/07/21 nremaringa Boas Práticas! Colégio Estadual Princesa Izabel - Paçandu Professora Joyce Allane Apolinário Ferreira GEOGRAFIA 🌐
08/07/21 nremaringa Boas Práticas! Professora: Ana Cláudia Almeida “O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.” (Preâmbulo - Declaração Universal dos Direitos Humanos). Os direitos humanos foram abordados nas aulas de Geografia com as turmas de 3º ano do Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha - Marialva. Após a discussão e a reflexão sobre as questões que envolvem o tema, um excelente resultado foi apresentado através de ilustrações e fotos produzidas pelos alunos!
23/07/21 nremaringa Boas práticas! Arraiá Científico Alunos do 8º ano do Colégio Gastão Vidigal e 6º anos do Colégio Alfredo Moisés Maluf, participarão do evento online, Arraiá Científico com objetivo de estimular momentos de maior interação entre os alunos, resgatar valores culturais brasileiros, e aplicação do conteúdo de forma dinâmica. Em tempos pandêmicos, com o atual distanciamento social, é necessário investir em métodos de aprendizagem que incentivem nossos alunos, proporcionando comprometimento aos estudos.
27/07/21 nremaringa Boas Práticas! A professora Rosângela Clemente Galvão acompanhada da equipe pedagógica e diretiva do Colégio Estadual Cívico Militar Serafim França, do município de Astorga, núcleo de Maringá, durante a pandemia buscaram alternativas para atrair a atenção dos alunos para as aulas de Língua Portuguesa. Neste momento de incertezas e distanciamento social, a Professora Rosângela decidiu trazer seus alunos para perto, mesmo que virtualmente, “Está sendo difícil para todos ficarmos em casa, então decidi mudar a rotina das aulas e a melhor maneira que encontrei foi trabalhar com os sentimentos e a diversão individual e coletiva dos alunos”, relata a professora. Nas aulas via meet pelo classroom com as turmas do primeiro e oitavos anos, Rosângela, utiliza as ferramentas: Plataforma Redação Paraná, Jamboard, Google apresentações, Wordwall, Canva, Padlet e Storyboard, que fazem com que os alunos fiquem ansiosos para assistirem as aulas de Língua

Portuguesa. Muitos alunos não estavam assistindo as aulas virtuais, e outros estavam desanimados e desistindo, então em meados do primeiro trimestre, a professora pesquisou e começou a utilizar vários aplicativos de jogos, produção textual, e outros presentes no aplicativo Google Docs, isso fez com que as participações dos alunos aumentassem de maneira significativa.

27/07/21

nremaringa

PROFESSOR SE REINVENTA NAS **AULAS DE ARTE**

Nossa educação tem aprendido muito com as novas tecnologias de aprendizagens, nos conduzindo cada vez mais a um processo de aprendizado inovador, onde o aluno possa construir seu conhecimento junto ao professor engajando, pensando no momento no qual estamos passando. O professor Marcelo Siquiera Marques da disciplina de Arte, do Colégio Estadual Cívico Militar Serafim França da cidade de Astorga, em um de seus conteúdos que abordavam a origem do palhaço e os respectivos tipos: BRANCO E AUGUSTO, propôs aos seus alunos do 6º ano uma atividade prática com o intuito de aproximação com os mesmos, e principalmente a relação entre os alunos, o qual resultou também na participação de alguns pais no processo da atividade.

A atividade teve início com uma pergunta engajadora “Qual a menor máscara do Mundo?”, justamente para que os alunos se interessassem por meio da curiosidade e da pesquisa a busca das características do palhaço.

Foram avaliados desde a origem do palhaço, quais foram as primeiras figuras que representam o palhaço, o bobo da corte a comédia Dell Art. Na Idade Média surge o palhaço branco e depois o palhaço Augusto. A proposta dessa atividade era identificar a característica do palhaço Branco e a característica do palhaço Augusto. O palhaço branco é caracterizado como o palhaço espertalhão, querendo sempre tirar vantagem em cima do outro palhaço, tendo toda a face branca e somente o nariz vermelho, usa sempre suspensório e gravata. Já o palhaço Augusto é sempre aquele que leva “cacetadas”, ele tem o roto branco, os olhos pintados, a boca pintada, o nariz vermelho e a roupa é mais detalhada, bastante parecida com o palhaço dos dias atuais. O objetivo da aula/ tema era apresentar os palhaços aos alunos e ver quais alunos se identificavam, e no final da aula o professor propôs que os estudantes fizessem uma maquiagem.

Fez uso dos vídeos do YouTube e slides mostrando alguns palhaços para que os alunos pudessem compreender melhor o tema. O professor também ensinou os estudantes a fazer uma receita de tinta em casa, e a maioria optou por comprar o paquê, que é uma maquiagem mais acessível, outros alunos usaram a criatividade

28/07/21

nremaringa

Boas Práticas!

O aluno Gustavo de Melo dos Santos, 6º ano F, do Colégio Estadual Cívico-Militar Luiz Zanchim de Sarandi, é exemplo de aprendizagem e **disciplina nas aulas de Educação Física**. Identificou a marcação do ritmo do xote e colocou na batucada e enviou a tarefa por meio de vídeo no Google Classroom. O conteúdo trabalhado trata-se de ritmos e tempos musicais, típicos do 6º ano, conteúdo este que está sendo trabalhado pelo professor Matheus Frota.

04/08/21

nremaringa

Alunos dos 6º anos do Colégio Cívico-Militar Duque de Caxias em Maringá, apresentando trabalho na disciplina de **Língua Inglesa** com a temática: Repertório lexical relativo a família. Gênero discursivo: árvore genealógica.

O presente trabalho fora desenvolvido com os alunos dos 6º anos, pela professora Michelle Perin da Silva, cujo objetivo fora visar a autonomia dos estudantes, a prática da escrita e a criatividade. Onde foi proposto que eles criassem uma árvore genealógica (family tree) utilizando vocabulários do tema Família em inglês, e também utilizando recursos tecnológicos como Canva e outros aplicativos.

13/08/21

nremaringa

Boas Práticas!

Colégio Princesa Izabel - Paçandu

EJA - 2A Fundamental

Professora Jane Gezualdo

Arte Contemporânea - Tinta sobre garrafa

20/08/21

nremaringa

BOAS PRÁTICAS!

Projeto Coquetel - Colégio Estadual Marco Antônio Pimenta/Maringá

Nas aulas vagas do 6º ano realiza-se exercício da leitura e memória.

📅 Todo aula é momento de aprendizagem!

Parabéns a todos pela boa prática! 🙌🙌😊

25/08/21

nremaringa

Boas Práticas!

Durante as aulas remotas, de leitura e prática de Cartum no Canva, os alunos do sexto ano foram motivados a **criarem suas próprias histórias ou HQ**. Tudo ocorreu dentro da sequência de produção, revisão e reescrita. A ilustração ou modelo de apresentação, HQ ou vídeo foi livre. Vale destacar que esse planejamento é fruto da formação de professores e das metodologias ativas.

6º Ano E - Alunas: Melissa Caires, Danieli Mozer Ventura.

Professora: Profª Elisabeth Natale.

Colégio Estadual Parigot de Souza - Mandaguaçu.

30/08/21

nremaringa

Boas Práticas Colégio Estadual Neide Bertasso Beraldo, de Paçandu

Com o retorno das aulas no presencial o Colégio Estadual Neide Bertasso Beraldo tem realizado **Atividades**, com a participação do Grêmio Estudantil.

Parabéns a todos os envolvidos pelo empenho e dedicação!

31/08/21

nremaringa

#Repost @seedparana

...

💎 Boas Práticas + Ações Criativas! 💎

📷 CÂMERA DE PINHOLE 📷

📖 A Professora Vívian Damares Figueiral, do Colégio Estadual Princesa Izabel, de Paçandu, NRE Maringá, trabalhou com seus alunos do 6º ano a **Câmera de Pinhole**.

📷 Podendo ser fabricada com uma caixa de papelão/sapato, folha de papel sulfite e papel alumínio, a câmera tem um orifício em uma de suas facetas, onde a luz é refletida por algum objeto externo, entrando por essa abertura e atravessando a caixa para atingir a superfície interna oposta, onde é formada uma imagem invertida daquele objeto.

✓ O resultado foi o aprendizado de forma dinâmica, interação e descontração!

31/08/21**nremaringa**

Boas Práticas - Comemorando o Mês do Estudante com a Gamificação "Gincana Espacial".

Alunos do 8º ano do Colégio Gastão Vidigal, de Maringá, participaram durante a aula da **disciplina de ciências** da Profª. Daniele Araújo Canazart de uma Gincana Espacial via google meet. O objetivo foi comemorar o mês do estudante de forma interativa, tomando o conteúdo mais atrativo, despertando o interesse e estimulando o aprendizado.

01/09/21**nremaringa**

Descontração e muita alegria no intervalo desta quarta-feira no Instituto de Educação Estadual de Maringá.

Atuando *na arte da palhaçaria desde 2012, o grupo de palhaços Meu Clown*, de Maringá, realizaram uma apresentação de teatro no Instituto de Educação de Maringá com objetivo de dar boas vindas aos estudantes. Agora é concentrar e focar nos novos aprendizados e descobertas de 2021!

03/09/21**nremaringa****Projetos Pedagógicos** - C. E. JOSE LUIZ GORI - Mandaguari

☐ O Projeto Girolescas Narrativas II, é um projeto de incentivo à leitura por meio ações online com estudantes de sexto ano do fundamental II a primeiro ano do ensino médio.

☐ Projeto de Xadrez oferecido pela Prefeitura Municipal de Mandaguari, e tem o auxílio da professora Daniele Botion.

08/09/21**nremaringa****BOAS PRÁTICAS**

No Colégio Estadual Profº. Benoil Francisco Marques Boska de Ourizona, após o retorno das aulas presenciais, os alunos sob a orientação dos professores, já estão realizando trabalhos práticos e de pesquisa científica que enriquecem as aulas e aprimoram o conhecimento. Aqui mais um dos trabalhos realizados, lembrando que foram observadas todas as regras do Protocolo de Biossegurança, e com utilização de materiais individualmente.

O trabalho foi coordenado pela Professora Ísis Murba Felicidade, na **disciplina de Geografia**, com os alunos do 6º ano, turma B, onde os alunos montaram o globo terrestre, com conteúdo apresentando as características gerais do planeta terra, tendo como objetivos principais, levar o aluno à compreender a localização geográfica e a disposição dos continentes, ilhas e oceanos no planeta. Acompanharam também a finalização e apresentação dos trabalhos na quinta-feira, dia 02/09/2021, as tutoras pedagógicas do NRE de Maringá Margarete Fernandes e Débora Nunes.

09/09/21**nremaringa****BOAS PRÁTICAS**

A Prof. Tamiris Anversi realizou uma Competição de Foguetes na **disciplina de Física** das turmas do 1ºB, C e D (manhã) do Colégio Estadual Jardim Panorama. A atividade foi dividida em partes. Na primeira parte, os conteúdos relacionados ao funcionamento do foguete e seu movimento foram estudados, destacando as Leis de Newton. A Terceira Lei de Newton, ou Lei da Ação e Reação, por exemplo, descreve que “Quando um corpo exerce uma força sobre um segundo corpo, o segundo corpo exerce simultaneamente uma força de mesma magnitude e direção, mas de sentido contrário, sobre o primeiro corpo”. Na segunda parte, os alunos trouxeram os materiais que seriam utilizados para a construção dos foguetes. Foram utilizados garrafas pet, tinta, papel colorido, e caixa de papelão. Durante

a aula, cada aluno construiu seu próprio foguete. Na terceira parte, todos os foguetes foram preparados e lançados. Por fim, o foguete mais bonito e aquele com melhor desempenho foram premiados.
<u>10/09/21</u> nremaringa Boas Práticas Aula Prática Sistema Respiratório. Com intuito de reforçar a prática pedagógica na disciplina de Biologia, a professora Daniele Araújo apresentou aos alunos do Ensino Médio do CEEBJA-Sarandi e da APED-Olinda, um pulmão suíno (pulmão de anatomia semelhante ao pulmão humano). Os alunos observaram no pulmão suíno a anatomia interna e externa. A professora Daniele também explicou as funções de cada estrutura do pulmão. Parabéns professora pelo empenho e dedicação.
<u>10/09/21</u> nremaringa Releitura da bandeira brasileira nos dias atuais. Colégio Estadual Cívico-Militar Vereador Luiz Zanchim Sarandi Profª. Eni Voos de Argolo. Atividade desenvolvida na disciplina de Arte, junto aos alunos do 7º ano e Ensino Médio. Os alunos expressaram-se de forma criativa e o resultado foi surpreendente. Parabéns professora e alunos pelo empenho e dedicação.
<u>16/09/21</u> nremaringa Boas Práticas! No Colégio Estadual Prof Benoil Francisco Marques Boska de Ourizona, após o retorno das aulas presenciais, os alunos sob a orientação dos professores, já estão realizando trabalhos práticos e de pesquisa científica que enriquecem as aulas e aprimoram o conhecimento. Aqui mais um dos trabalhos realizados, lembrando que foram observadas todas as regras do Protocolo de Biossegurança, e com utilização de materiais individualmente. O objetivo do trabalho, é a apresentação da plataforma para auxiliar os alunos durante o primeiro acesso e orientar sobre as ferramentas disponíveis na mesma e como utilizar cada uma delas. A partir da data de ontem, 13 de setembro, está sendo utilizada em sala de aula dando suporte às aulas de Língua Inglesa, onde os alunos que desejarem poderão utilizar a plataforma em casa, de forma gratuita para se aprofundarem nos conteúdos, tendo inclusive a possibilidade de conquistarem certificados de conclusão nos níveis básico, intermediário, pós intermediário, avançado e pós avançado. Excelente trabalho da Professora, com apoio de toda equipe do Colégio. O trabalho está sendo coordenado pela Professora da disciplina de Língua Inglesa Luciana Nunes Piveta Rocha, que está trabalhando durante as aulas, a Plataforma EF English Live, com utilização do laboratório de informática e projeção com data show. Excelente trabalho desenvolvido pela Professora.
<u>21/09/21</u> nremaringa Boas Práticas - Programa Mais Aprendizagem Professores responsáveis pelo PROGRAMA MAIS APRENDIZAGEM, do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva – Santa Fé, realizaram neste período de pandemia um trabalho diferenciado, buscando incorporar uma prática pedagógica motivadora para desenvolver os temas sugeridos pelo programa/AULA PARANÁ. Partindo de temas interdisciplinares e sempre objetivando a necessidade pedagógica, social e emocional do educando realizou-se um ciclo de BATE PAPOS, com diferentes profissionais da cidade local. Muitos desses colaboradores, foram ex-alunos e pais, que atuam e se destacam na área profissional. Esses encontros foram inicialmente de forma remota, utilizando-se a ferramenta GOOGLE MEET e após o retorno das aulas presenciais, recebemos os profissionais em nossa

escola respeitando o protocolo de segurança e todas as orientações pedagógicas necessárias. As atividades escolares do MAIS APRENDIZAGEM, proporcionaram um engajamento entre comunidade/alunos/ professores, ressaltando a importância de assumir papéis participativos no contexto escolar. Outro ponto relevante observado é que os educandos conseguem entender as profissões, o que com certeza, auxiliará em suas escolhas futuras.

Parabéns a todos pelo excelente trabalho.

[#seedparana](#) [#NREMariné](#)

24/09/21

[nremaringa](#)

Boas Práticas

A Professora Creuza Valério, durante o mês de setembro juntamente com os alunos do Ensino Médio, do CEEBJA SANTA CLARA de Mandaguari, realizou um **trabalho de decoração de garrafas de vidros com filtros de café usados**. O Objetivo da aula foi mostrar aos alunos que é possível reutilizar vários materiais e dessa forma, contribuir com o meio ambiente.

[#seedparana](#) [#NREMariné](#)

14/10/21

[nremaringa](#)

No mês de setembro foram realizadas algumas ações no Colégio Estadual Rodrigues Alves de Maringá, com foco na campanha “Setembro Amarelo” de Prevenção ao Suicídio. As ações foram realizadas com a supervisão da professora Fabiana Virginio da Rocha **de Sociologia** com as turmas do Ensino Médio. A metodologia utilizada contou com aula expositiva, presencial e via Google Meet (formato híbrido), interativa com o uso de slides, vídeos, música etc. Foram trabalhados os conceitos da Teoria Sociológica de Émile Durkheim como Anomia, Fato Social e Suicídio, o conteúdo foi contextualizado, problematizado e trouxe discussões atuais sobre o suicídio e sua prevenção. A prática contribuiu de forma efetiva na formação dos estudantes bem como na conscientização sobre esse importante tema que é a prevenção do suicídio. Os alunos participaram e interagiram de forma expressiva nas atividades propostas:

debate sobre o tema e vídeo utilizado nas aulas, confecção de cartões com frases positivas, criação da “Árvore da Esperança”, Palestra “Condições emocionais: um processo de autoconhecimento” etc. Também foram confeccionados cartazes para as dependências da escola e placas com frases motivacionais para os banheiros dos alunos.

O apoio da direção, professores, estudantes e funcionários da escola bem como de parceiros externos como a SIEP - Sociedade de Integração dos Estudantes Paranaense e da Psicóloga Stefani Azevedo, foi fundamental na concretização deste trabalho.

[#NREMariné](#) [#seedparana](#)

[nremaringa](#) 14/10/21

[#Repost @seedparana](#)

...

CÉLULAS – **AULA DE CIÊNCIAS**

✅ A Professora Maria de Fátima Baltazar Trevisan, do Colégio Estadual Prof. Benoil Francisco Marques Boska, localizado no município de Ourizona - NRE de Maringá, realizou a atividade na disciplina de ciências com os alunos do 7º ano B.

✅ O trabalho foi realizado com o objetivo da compreensão das principais características das células (estrutura) e função, e também do entendimento que a célula é a unidade inicial e fundamental da vida. Os estudantes produziram e representaram as células e suas especificações, com alimentos e guloseimas que lembram as estruturas celulares.

✓ Excelentes trabalhos preparados pelos alunos, após a apresentação, puderam se deliciar com a degustação dos mesmos. #BoasPráticas #Educação #Paraná #EducaçãoPública
15/10/21 nremaringa Boas Práticas Projeto Adote um Descritor Colégio Estadual Tânia Varella Ferreira - Maringá #seedparana #NREMaringá
nremaringa 08/11/21 Projeto de Superação a Evasão Escolar na EJA - C. E. Alfredo Moises Maluf - Maringá O C. E. Alfredo Moises Maluf vem realizando uma série de projetos e atividades para aumentar o engajamento dos alunos, além de fornecer um ambiente no qual eles podem trocar ideias, experiências e aprenderem com os colegas. Parabéns a todos pelo empenho e dedicação. #NREMaringá #seedparana
09/11/21 nremaringa No Colégio Estadual Prof Benoil Francisco Marques Boska de Ourizona, alunos do 6º ano B, sob a orientação da Professora Maria de Fátima Baltazar Trevisan, na disciplina de matemática, realizam atividades pelo programa Matific, com ótima participação dos alunos nas atividades propostas pela Professora, com utilização do laboratório de informática. #seedparana #matific #NREMaringá
16/11/21 nremaringa No Colégio Estadual Prof Benoil Francisco Marques Boska de Ourizona, alunos dos sextos anos A e B, na disciplina de ciências, sob a orientação da Professora Maria de Fátima Baltazar Trevisan, realizaram trabalho prático confeccionando materiais para a simulação do eclipse nas fases lunar e solar, em ambiente externo e com luminosidade. O objetivo do trabalho, foi levar aos alunos à compreenderem na prática como ocorre o fenômeno eclipse. Esteve presente também acompanhado a apresentação do trabalho, a Tutora Pedagógica do Núcleo de Educação de Maringá, Margarete Fernandes. #seedparana #NREMaringá
nremaringa 18/11/21 Projeto Pizza Literária A professora de Língua Portuguesa Rosineide Aparecida Bortulucci do Colégio Estadual Doutor Camargo, realizou um projeto com os alunos 3ºA/B, com o objetivo de estudar o Modernismo. Durante o desenvolvimento do Projeto os alunos pesquisaram vários temas referentes ao conteúdo abordado e transcreveram o mesmo em embalagens de pizza. Para finalizar, o trabalho será exposto e apresentado em uma confraternização, que literalmente acabará em pizza. #seedparana #NREMaringá #boaspraticas
23/11/21 nremaringa Boas Práticas No dia 05/11/2021 o grupo de Teatro Cia do Riso apresentou no Colégio Estadual Cívico-Militar Ver. Luiz Zanchim - Sarandi, a peça "Eu, Dindim e uma história sem fim..." Trata de uma forma divertida e engraçada sobre Educação Financeira. Ocorreram duas sessões para os alunos da manhã e duas sessões

para os alunos da tarde.
[#NREMaringá](#) [#seedparana](#)

nremaringa 01/12/21

Boas Práticas.

A aula realizada no jardim e na horta do Colégio Estadual Adaile Maria Leite, teve por objetivo estimular todos os cinco sentidos: tato, olfato, gustação/paladar e audição, além da visão". "Ao trazer os alunos no jardim temos a oportunidade de interagir com o meio-ambiente, um jardim sensorial aguçando os cinco sentidos, promovendo o equilíbrio, é uma forma de despertar o aprendizado. Beneficiando os alunos com esse contato com a natureza, adequando o cultivo às espécies que favoreçam a percepção e o uso dos sentidos.

Professora: Vilma Otake

Disciplina: Ciências

[#NREMaringá](#) [#SeedParana](#) [#boaspraticas](#)

06/12/21

nremaringa

Boas práticas

Os alunos(as) Kathellen, Arthur dos Anjos, Kevin Egídio e Luís Felipe do Colégio Estadual Juscelino K. Oliveira, construíram uma maquete representando o Teatro Reviver Magó de Maringá. O trabalho foi orientado pelo professor Márcio Tavares da **disciplina da Parte Diversificada: Espaço, Patrimônio e Cultura**.

Parabéns a todos pelo excelente trabalho!

08/12/21

nremaringa

Boas Práticas

Maquete Sistema Respiratório.

Com intuito de reforçar a prática pedagógica na **disciplina de Ciências**, alunos do 8º ano do Colégio Gastão Vidigal, visitaram o museu virtual do sistema respiratório da plataforma "polly" e realizaram uma maquete sobre o sistema respiratório. Com objetivo de estimular curiosidade sobre o tema, momentos de maior interação entre os alunos e aplicação do conteúdo de forma dinâmica. Em tempos pandêmicos, com o atual distanciamento social, é necessário investir em métodos de aprendizagem que incentivem nossos alunos, proporcionando comprometimento aos estudos.

[#SeedParana](#) [#NREMaringá](#) [#boaspraticas](#)

22/12/21

nremaringa

Boas Práticas.

[#nremaringá](#) [#seedparana](#)

[nremaringa](#) 02/06/21 vídeo

Boas Práticas!

Estrutura da Terra

Profª. Eliane Cristina da Silva

Disciplina de Geografia - Instituto de Educação Estadual de Maringá

Parabéns professora pelo trabalho.

TABELA 2 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO NRE

Tabela com as Práticas Pedagógicas do NRE= 68
Disponibilizadas em: @nremaringa

21/01/20 nremaringa Nesta terça-feira (21), às 13h30, aconteceu a abertura do 19º Campeonato Centro-Sul Americano de Handebol masculino. Os jogos serão realizados nos ginásios Chico Neto, Parque do Japão e no Centro de Excelência de Handebol da UEM inaugurado no próprio evento. O torneio conta com a participação das seleções do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai. O evento é organizado pela Secretaria de Esportes e Lazer (SESP) e Associação Maringaense de Handebol. Estavam presentes, o chefe do NRE Maringá, professor Luciano Pereira dos Santos, o Prefeito de Maringá, Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, o Reitor, professor Júlio César Damasceno, professor Décio Sperandio, o Secretário de Esporte, professor Valmir Augusto Fassina, o professor Dorivaldo Teixeira, a professora Priscila Garcia Marques, entre outros. A Seleção Brasileira estreia ainda hoje às 19h no Ginásio do Parque do Japão enfrentando a Seleção do Paraguai. A entrada é 1 kg de alimento não perecível. #paranainovador #NreMaringá #govemopr @setiparana #uem
26/01/20 nremaringa Não poderíamos ficar de fora! #dollypartonchallenge Facebook, instagram, linkedin, tinder
06/02/20 nremaringa Inspira Space! Núcleo Regional de Educação presente, nesta quarta dia 05/02, no lançamento do ambiente destinado a professores e alunos que visa promover aprendizado, integração e reflexão. Um espaço totalmente reestruturado onde a inteligência artificial evidencia a busca pela inovação. @unicesumaroficial @wilsonmatosfilho @profrenatofeder #NREMaringá

#paranainovador
#unicesumar

06/02/20

nremaringa

PROJETO ALURA

Nesta quinta-feira (06), foi realizada uma reunião no SEBRAE com o intuito de organizar um Grupo Especial de Trabalho para implantação do Projeto ALURA nas Escolas da Rede Estadual de Maringá.

Estiveram presentes o Chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, Professor Luciano Pereira dos Santos, os representantes da SEED Thiago Mariano e Cleiton Rosa, Adriano Henrique da ALURA, Nikolas Kretzmann do SEBRAE, Luis Marcos Campos do SBM, Edney Mossambani do CODEM e demais atores do setor empresarial ligados a TI.

#GoParaná #paranainovador #GonreMaringá #NREMarinã #governopr #seedpr @profrenatofeder @ratinho_junior @makito5517 @rpatroni @wrquessada @nickolasszk @edneymarcosmossambani @cleiton_fisica

nremaringa 10/02/20

As Instituições de Ensino do Núcleo Regional de Maringá, juntamente com as Regionais de Saúde, e demais Secretarias, estão mobilizadas no combate à dengue.

No dia 10/02/2020, em ação “A Escola no combate ao Aedes aegypti” desenvolveram atividades voltadas à sensibilização do combate aos possíveis focos do mosquito, mobilizando os estudantes, familiares, professores, agentes educacionais I e II, equipe pedagógica, diretores e diretores auxiliares, Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e a comunidade, para o desenvolvimento de ações interdisciplinares, de cunho científico, inclusive buscando possíveis parceiros para a realização. As diversas ações serão realizadas em todas as Escolas da Rede ao longo do ano, e envolverão toda a comunidade escolar, objetivando desenvolver mudança de atitude, eliminação dos criadouros e combate efetivo da doença.

Como eliminar o criadouro do mosquito da dengue?

http://www.dengue.pr.gov.br/img/cards/1_post_.jpg

<http://www.dengue.pr.gov.br/>

#GoParaná #paranainovador #GonreMaringá #NREMarinã #governopr #seedpr @betopretoparana

nremaringa 22/04/20

Com a colaboração da SEJUF, SEAB, SESA, UEM e Cooperativas o Núcleo Regional de Educação de Maringá realiza a entrega de Álcool 70% líquido e Máscaras para as Escolas da Rede Estadual de Educação dos 25 municípios ligados ao NRE-Maringá. Esses Materiais reforçarão os cuidados para com os servidores responsáveis pela entrega do kit da merenda escolar que acontece quinzenalmente e a entrega do programa leite das crianças que acontece três vezes por semana nas escolas.

#Goveropr #NreMaringá #Seab #Sejuf #SESA PR #Uem @seedparana

28/04/20

nremaringa

Alunos!! Fiquem Ligados!! Vocês já podem garantir sua presença na plataforma Classroom!! É fácil, basta acessar o Google Sala de Aula (Classroom) por meio do aplicativo ou em um computador, ir nas Atividades e na pergunta: “Essa atividade deve contar como presença?”, assinalar SIM.

<http://abre.ai/aulaparananremga>

#Seedpr #NreMaringá

@profrenatofeder @roni.miranda @adriana.kampa

30/04/20

nremaringa

Aula Paraná: atividades desenvolvidas por meio da plataforma Google Classroom

Colégios Estadual Vereador Luiz Zanchim – Ensino Fundamental e Médio - Sarandi/PR

Alunos(as): 6º, 7º, 8º e 1º Anos

Colégios Estadual Jardim Universitário – Ensino Fundamental e Médio - Sarandi/PR

Alunos(as): 8º e 1º Anos - Sarandi/PR

Professora: Elaine Cristina Martins – Disciplina - Arte

[#paranainovador](#) [#seedpr](#) [#Nremaringa](#) [#GestaoEscolar](#)

01/05/20

nremaringa

AULA PARANÁ - atividades desenvolvidas por meio da plataforma Google Classroom

Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal - Maringá /PR

Alunos (as): 7º e 8º Anos

Professor: Charles Stein – Disciplina - Arte

Tema: Teatro de Sombras e Impressionismo

Técnicas: Sombra, mapa mental, família dos instrumentos musicais, desenho, pintura, questões, entre outros.

Recursos: Uso da tecnologia, luz, materiais artísticos (caderno, lápis de cor, tinta

etc). [#paranainovador](#) [#seedpr](#) [#Nremaringa](#) [#GestaoEscolar](#)

[@profrenatofeder](#)

[@seedparana](#)

[@ratinho_junior](#)

[@roni.miranda](#)

[@adriana.kampa](#)

nremaringa 04/05/20

Aula Paraná e Classroom!

Aulas a todo vapor!

[#paranainovador](#) [#seedpr](#) [#Nremaringa](#) [#GestaoEscolar](#)

[@profrenatofeder](#)

[@seedparana](#)

[@roni.miranda](#)

[@adriana.kampa](#)

112 sem

nremaringa 04/05/20

Classroom

Professora da disciplina de Língua Portuguesa, Aparecida Bastida da Escola Estadual Princesa Izabel de Paçandu, realizando o Feedback do conteúdo: Figuras de Linguagens para seus alunos do 9º ano do ensino Fundamental.

O feedback do professor fornece informações para o aluno de como ele pode progredir e melhorar.

[#paranainovador](#) [#seedpr](#) [#Nremaringa](#) [#GestaoEscolar](#)

nremaringa 06/05/20

AULA PARANÁ - atividades da disciplina de Educação Física desenvolvidas por meio da plataforma Google Classroom.

Parabéns pelo trabalho Professor Guilherme Mammus!

#paranainovador #seedpr #Nremaringa #GestaoEscolar
07/05/20 nremaringa AULA PARANÁ - atividades da disciplina de Arte e História desenvolvidas por meio da plataforma Google Classroom. C.E. Princesa Izabel #paranainovador #seedpr #Nremaringa #GestaoEscolar
09/05/20 nremaringa Aula Paraná e Classroom É muito bonito ver o empenho e dedicação de nossos alunos. NOSSOS ALUNOS, NOSSO ORGULHO! Juntos, enfrentaremos esse período desafiador, com solidariedade e dedicação!
nremaringa Nesta terça-feira, 12/05/20, foi realizada uma transmissão ao vivo para orientação sobre o uso da Google Classroom e a interação do Professor neste ambiente virtual. O professor Luciano conduziu a orientação com o apoio do Coordenador da CRTE Alexandre Suguimoto e Coordenadora de Gestão Escolar Marisa Castilho que apresentaram orientações pedagógicas e técnicas sobre o uso do classroom, abordando as possibilidades de edição de atividades e mediação por parte do professor. A Coordenadora do Setor de Documentação Escolar Silvana apontou a necessidade de readequação do LRCO, em virtude da reorganização do calendário escolar. Tivemos também a presença da pedagoga do Instituto de Educação Estadual de Maringá, Sandra Ortiz, que apresentou uma proposta de pré conselho de classe online que utiliza recursos do Google drive que possibilitam a interação e mediação dos professores a fim de acompanhar o rendimento escolar dos alunos. A Coordenadora da Educação Especial Márcia Marussi orientou sobre as situações específicas que são próprias da gestão pedagógica da modalidade. Assim, registramos mais uma ação de apoio do NRE - MARINGÁ com objetivo de fazer chegar as orientações e esclarecimentos aos profissionais da educação de maneira assertiva e profícua. #NreMaringá #Paranainovador @profrenatofeder @roni.miranda @silvanaavelar @adriana.kampa @seedparana
nremaringa 18/05/20 Desde que houve a suspensão das atividades presenciais para enfrentamento à COVID-19, o Colégio Estadual Luiz Zanchim, tem se reinventado, com novas formas de trabalho, predominante remotas, para manter o contato próximo com toda a equipe. Sempre procurando dialogar com a comunidade, incluindo servidores e estudantes, para esclarecer sobre as decisões tomadas e sanar dúvidas que vão surgindo. Com muita transparência e construção democrática a escola tem procurado superar esse período desafiador com estratégias diferentes e inovadoras, como a realização de reuniões virtuais via Google Meet, denominadas de “Café” Virtual do Zanchim, que buscam incentivar o uso do aplicativo, estabelecer contato permanente com os servidores e alunos a fim de esclarecer situações de interesse institucional e discutir com todos as melhores estratégias para dar continuidade aos trabalhos. A escola também tem utilizado outras possibilidades pedagógicas, como a ferramenta de comunicação instantânea WhatsApp e tem organizado equipes de trabalho remoto que entram em contato com os alunos com o objetivo de fornecer informações para o acesso a plataforma Google Classroom. Parabéns a toda equipe pelo empenho e dedicação!
nremaringa 28/05/20 Entrega Cartão Comida Boa O Cartão Comida Boa, um auxílio emergencial pago pelo governo estadual através de um voucher com um valor para

compras de alimentos em mercados credenciados foi entregue na data de hoje em 18 escolas estaduais da rede pública. É mais uma ação de união entre SEJUF, SEAB e SEED, organizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, para aliviar o impacto da pandemia da COVID-19 sobre os mais vulneráveis. #GovernoPR #NreMaringa #GestaoEscolar
<u>29/06/22 vídeo</u> cebi_maringa Trabalhando atividade de listening com o 7º ano A, música: Never Ending story.
nremaringa <u>07/10/20 vídeo</u> Mês do professor Iniciando o mês do professor com uma homenagem criada pelo Colégio Estadual Vinicius de Moraes - Maringá. Nosso agradecimento a equipe gestora, alunos e maestro por tão bela demonstração de carinho.
<u>04/10/21 vídeo</u> nremaringa Colégio Estadual Jardim Independência - Sarandi - Projeto: Quero Ser Repórter - Surdez em Foco.
<u>31/10/21 vídeo</u> nremaringa Halloween HALLOWEEN NAS ESCOLAS DO NRE DE MARINGÁ #seedparana #nremaringa Música Thriller (Instrumental) Artista Michael Jackson Compositores Rod Temperton Licenciado para o YouTube por SME (em nome de Epic); LatinAutorPerf, UNIAO BRASILEIRA DE EDITORAS DE MUSICA - UBEM, LatinAutor - Warner Chappell, ASCAP, Warner Chappell, PEDL, CMRRA e 10 associações de direitos musicais
04/10/21 nremaringa vídeo Colégio Estadual Jardim Independência - Sarandi - Projeto: Quero Ser Repórter - Surdez em Foco.
<u>ospedagogicos</u> 16/03/22 Você quer estar entre as mais 1.000 vagas previstas para professor efetivo? Nós d'Os pedagógicos preparamos um curso EXCLUSIVO para arrasar no concurso do Paraná! Lá você terá acesso a muito conteúdo de qualidade: ☒ Fundamentos da Educação ☒ ECA Completo ☒ LDB Completa ☒ Atualidades ☒ Informática para concurso

Faça parte das mais de 1000 vagas previstas!

Além de todo conteúdo voltado para sua prova, você receberá um BÔNUS sobre inteligência emocional e um acesso ao Clube d'Os Pedagógicos por 30 dias.

A fórmula para ser aprovado está aqui!

Clique em saiba mais!

[nremaringa](#) vídeo 15/10/21

[#Repost @seedparana](#)

...

Vivemos um período difícil em relação ao Ensino, mas graças ao bom trabalho das professoras e professores da nossa Rede, vencemos.

E neste Dia dos Professores, nós queremos homenagear justamente as pessoas que mantiveram a Educação funcionando, mesmo quando a vida também era difícil para elas.

Neste dia de quem é fundamental para todos nós, mais uma vez, o sentimento é de gratidão. Obrigado pelo compromisso e dedicação!

Feliz Dia dos Professores!

13/05/21

[nremaringa](#) vídeo

Sala de Altas Habilidades da Escola Cívico-Militar São Vicente Pallotti

O Instituto Cultive Brasil Suíça é uma organização que apoia e oportuniza a produção literária e estimula os jovens escritores. A Sala de Altas Habilidades da Escola Cívico-Militar São Vicente Pallotti sempre incentiva as produções textuais nos mais variados temas. Esse tipo de atividade é uma prática constante da nossa sala.

Nossa parceria com o Instituto Cultive vem resultando em produções literárias excelentes e em várias premiações.

Em 2020 os alunos Igor Tadashi Miamoto, Maria Gabriela Brensis e Dercílio Santana Júnior participaram de um concurso de poemas, cujo Tema foi: “Era uma vez um anjo”. Esse poemas foram publicados na Revista Revue Cultive de dezembro de 2020.

Um segundo momento do Concurso, seria a publicação destes poemas em um Livro. Essa publicação ocorrerá agora em maio, em Genebra. Nossos três jovens talentos participarão de uma live no dia 15 de maio, falando das suas produções.

<https://salaodolivrodegenebra.com/participantes>